



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

FERNANDA LEAL BARRETO

**O USO DE DADOS PÚBLICOS NO TELEJORNALISMO PARAIBANO:
uma análise da série “Obras inacabadas” produzida pela TV Cabo Branco**

JOÃO PESSOA - PB

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

**O USO DE DADOS PÚBLICOS NO TELEJORNALISMO PARAIBANO:
uma análise da série “Obras inacabadas” produzida pela TV Cabo Branco**

FERNANDA LEAL BARRETO

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Jornalismo, na Área de Concentração *Produção Jornalística* e na Linha de Pesquisa *Processos, Práticas e Produtos* da Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Dra. Fabiana Cardoso de Siqueira

João Pessoa (PB), fevereiro de 2025

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

B273u Barreto, Fernanda Leal.

O uso de dados públicos no telejornalismo paraibano : uma análise da série "Obras inacabadas" produzida pela TV Cabo Branco / Fernanda Leal Barreto. - João Pessoa, 2025.

148 f. : il.

Orientação: Fabiana Cardoso de Siqueira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCTA.

1. Jornalismo paraibano. 2. Telejornalismo - TV Cabo Branco. 3. Jornalismo investigativo. 4. Jornalismo - Telas. I. Siqueira, Fabiana Cardoso de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 070(813.3)(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA | UFPB
CENTRO DE COMUNICAÇÃO, TURISMO E ARTES | CCTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO | PPJ



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2025, às 15 horas, por videoconferência, foi realizada, em sessão pública, Banca de Defesa de Dissertação de Mestrado do(a) aluno(a) **FERNANDA LEAL BARRETO**, sob a matrícula **20231005556**, cuja pesquisa intitula-se “**O USO DE DADOS PÚBLICOS NO TELEJORNALISMO PARAIBANO: uma análise da série “Obras inacabadas” produzida pela TV Cabo Branco**”, para obtenção do título de Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba.

AVALIAÇÃO:

(x) Aprovado(a) () Reprovado(a) () Insuficiente

As observações sobre o trabalho acadêmico encontram-se no verso desta ata.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof(a). Dr(a). FABIANA CARDOSO DE SIQUEIRA
Presidente

Prof(a). Dr(a). MARCELO RODRIGO DA SILVA
Examinador(a) Interno(a)

Prof(a). Dr(a). RODRIGO ARAGÃO
Examinador(a) Externo(a) ao Programa

À minha família,

Pelo amor incondicional, pelo apoio nos momentos difíceis, pelas palavras de incentivo que me fortaleceram ao longo dessa jornada e, sobretudo, por sempre acreditarem no meu potencial.

Com todo o meu carinho e gratidão.

“Journalism will kill you, but it will keep you alive while you’re at it.”
- Horace Greeley

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Fabiana Siqueira, por sua dedicação, paciência e orientação cuidadosa ao longo desta caminhada. Seu olhar atento e sua generosidade acadêmica foram essenciais para a construção deste trabalho e para o meu crescimento profissional.

À minha família pelo amor, pelo apoio incondicional e por acreditarem em mim em cada etapa desta jornada. Vocês foram minha base, minha força e minha motivação para seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores. Sou imensamente grata por cada palavra de incentivo, por cada gesto de carinho e por estarem sempre ao meu lado.

Aos coordenadores do curso, Zulmira Nóbrega, que esteve presente no início dessa trajetória, e Marcelo Rodrigo, que me acompanhou na reta final e me concedeu a honra de estagiar ao seu lado na cadeira de Técnica de Reportagem em Base de Dados.

Aos meus colegas de turma, que sempre estiveram dispostos a ajudar, compartilhando conhecimento e apoio nos momentos mais intensos da caminhada acadêmica. A parceria e o companheirismo de cada um tornaram essa jornada mais leve e enriquecedora.

A todos vocês, minha eterna gratidão.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a utilização de dados públicos na série de reportagens “Obras inacabadas”, exibida pela TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo, em João Pessoa, na Paraíba, no programa JPB2 entre 17 e 20 de julho de 2023. A pesquisa investigou como a integração desses dados no jornalismo investigativo contribuiu para a fiscalização da aplicação de recursos públicos, a promoção da transparência e a amplificação da voz dos cidadãos locais. Além disso, abordou conceitos fundamentais como jornalismo de dados, telejornalismo e jornalismo para telas, discutindo a relevância dessas abordagens para a construção de narrativas mais importantes e acessíveis. A série analisada ofereceu visibilidade a diferentes regiões da Paraíba, como Brejo, Sertão e Cariri, destacando denúncias sobre obras públicas inacabadas e fornecendo elementos para responsabilização dos envolvidos nos atrasos das mesmas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada na análise de conteúdo das reportagens e no cruzamento de dados públicos utilizados na construção das matérias. A coleta de dados foi realizada em diferentes etapas, incluindo a transcrição manual das reportagens, permitindo uma organização criteriosa do material investigativo. Além disso, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com os jornalistas Laerte Cerqueira, Beto Silva, responsáveis pela série, e com Dani Fachine, coordenadora do Núcleo de Dados da Rede Paraíba de Comunicação, da qual a TV Cabo Branco faz parte. Os resultados obtidos demonstram que o uso de dados públicos no jornalismo investigativo amplia a capacidade de fiscalização e cobrança social, promovendo um debate mais qualificado sobre a gestão de recursos públicos. A análise também revela os desafios enfrentados pelos jornalistas na obtenção e interpretação dessas informações, destacando a necessidade de maior letramento em dados por parte dos profissionais da área. Reforça ainda a importância da continuidade desse tipo de cobertura jornalística, evidenciando seu potencial de impacto tanto na sociedade quanto nas políticas públicas.

Palavras-chave: Jornalismo de Dados, Jornalismo feito para Telas, Jornalismo Investigativo, TV Cabo Branco.

ABSTRACT

This study aims to analyze the use of public data in the investigative series “Obras inacabadas”, aired by TV Cabo Branco, a Rede Globo affiliate in João Pessoa, Paraíba, on the *JPB2* program between July 17 and 20, 2023. The research examines how the integration of these data into investigative journalism contributed to monitoring the allocation of public resources, promoting transparency, and amplifying the voices of local citizens. Additionally, it explores fundamental concepts such as data journalism, television journalism, and screen journalism, discussing the relevance of these approaches in constructing more impactful and accessible narratives. The analyzed series provided visibility to different regions of Paraíba, such as Brejo, Sertão, and Cariri, highlighting reports on unfinished public works and offering elements for holding those responsible for the delays accountable. The study adopts a qualitative and descriptive approach, based on content analysis of the reports and the cross-referencing of public data used in their construction. Data collection was carried out in multiple stages, including the manual transcription of the reports, ensuring a thorough organization of the investigative material. Additionally, semi-structured interviews were conducted with journalists Laerte Cerqueira and Beto Silva, who led the series, as well as Dani Fechine, coordinator of the Data Unit at Rede Paraíba de Comunicação, of which TV Cabo Branco is a part. The findings indicate that the use of public data in investigative journalism enhances the ability to monitor government actions and demand accountability, fostering a more informed debate on public resource management. The analysis also highlights the challenges journalists face in obtaining and interpreting these data, emphasizing the need for greater data literacy among professionals in the field. Furthermore, it underscores the importance of sustaining this type of journalistic coverage, demonstrating its potential impact on both society and public policies.

Keywords: Data Journalism, Journalism for Screens, Investigative Journalism, TV Cabo Branco.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Matriz de classificação do JD.....	16
QUADRO 02: Matriz de habilidades e competências no Jornalismo de Dados brasileiro.....	20
QUADRO 03: Programação TV Cabo Branco.....	47
QUADRO 04: Episódios "Obras inacabadas".....	52
QUADRO 05: Episódio 01 - "Obras inacabadas".....	66
QUADRO 06: Personagens presentes no primeiro episódio.....	67
QUADRO 07: Episódio 02 - "Obras inacabadas".....	79
QUADRO 08: Personagens presentes no segundo episódio.....	81
QUADRO 09: Episódio 03 - "Obras inacabadas".....	96
QUADRO 10: Personagens presentes no segundo episódio.....	97
QUADRO 11: Episódio 04 - "Obras inacabadas".....	110
QUADRO 12: Personagens presentes no quarto episódio.....	111
QUADRO 13: Notas das prefeituras envolvidas.....	117

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Qualidade do acesso de dados por país.....	24
FIGURA 02: Perfil do instagram da TV Cabo Branco.....	47
FIGURA 03: Araçagi no mapa da Paraíba.....	57
FIGURA 04: Número de crianças prejudicadas.....	57
FIGURA 05: Ano inicial da obra de Araçagi.....	58
FIGURA 06: Valor investido na obra de Araçagi.....	58
FIGURA 07: Guarabira no mapa da Paraíba.....	59
FIGURA 08: Número de crianças prejudicadas em Guarabira.....	60
FIGURA 09: Valor investido na obra de Guarabira.....	60
FIGURA 10: Catingueira no mapa da Paraíba.....	61
FIGURA 11: Ano de construção da obra em Catingueira.....	62
FIGURA 12: Valor utilizado na construção da obra em Catingueira.....	62
FIGURA 13: Condado no mapa da Paraíba.....	63
FIGURA 14: Conjunto da Creche.....	64
FIGURA 15: Patos no mapa da Paraíba.....	72
FIGURA 16: Investimento Vila Olímpica de Patos.....	72
FIGURA 17: Novo investimento do governo federal na Vila Olímpica de Patos.....	73
FIGURA 18: Novo investimento do governo estadual na Vila Olímpica de Patos.....	74
FIGURA 19: Investimento necessário para conclusão da obra do CIE.....	75
FIGURA 20: Cidade de Marizópolis no mapa da Paraíba.....	75
FIGURA 21: Ano de início da obra em Marizópolis.....	76
FIGURA 22: Investimento da obra em Marizópolis.....	76
FIGURA 23: Investimento da obra em Riachão (zona rural de Marizópolis).....	77
FIGURA 24: Ano de início da obra em Riachão (zona rural de Marizópolis).....	78
FIGURA 25: Monteiro no mapa da Paraíba.....	87
FIGURA 26: Investimento da obra em Monteiro.....	88
FIGURA 27: Investimento realizado até o momento na obra de Monteiro.....	89
FIGURA 28: Patos no mapa da Paraíba.....	89
FIGURA 29: Ano de abertura do inquérito em Patos.....	90
FIGURA 30: Ano de início da obra do Teatro em Patos.....	91
FIGURA 31: Valor investido no Teatro em Patos.....	91
FIGURA 33: Valor inicial para conclusão do Teatro de Patos.....	93
FIGURA 34: Valor atualizado para a conclusão do Teatro Municipal de Patos.....	93
FIGURA 35: Pedra Branca no mapa da Paraíba.....	94
FIGURA 36: Ano de início da obra em Pedra Branca.....	94
FIGURA 37: Pirpirituba no mapa da Paraíba.....	103
FIGURA 38: Investimento no Mercado Público de Pirpirituba.....	104
FIGURA 39: Itaporanga no mapa da Paraíba.....	105
FIGURA 40: Tempo de espera pelo Matadouro de Itaporanga.....	106
FIGURA 41: Monteiro no mapa da Paraíba.....	107

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 JORNALISMO E DADOS PÚBLICOS.....	15
2.1 Jornalismo de Dados.....	17
2.2 O uso de dados no jornalismo brasileiro.....	21
2.3 Jornalismo Investigativo e sua relação com dados públicos.....	25
2.4 Transparência pública e o uso de dados governamentais.....	28
3 TELEJORNALISMO E O JORNALISMO PARA TELAS.....	32
3.1 Panorama do telejornalismo no Brasil.....	34
3.2 O Jornalismo feito para telas.....	39
3.3 O jornalismo para telas na Paraíba: características e contexto regional.....	43
3.4 História e papel da Rede Paraíba de Comunicação no telejornalismo local.....	45
3.4.1 A TV Cabo Branco.....	46
4 METODOLOGIA E ANÁLISE DA SÉRIE “OBRAS INACABADAS”.....	50
4.1 Coleta e análise de dados.....	52
4.2 Análise dos Episódios.....	54
4.2.1 Análise do primeiro episódio da série “Obras inacabadas”.....	56
4.2.2 Análise do segundo episódio da série “Obras inacabadas”.....	71
4.2.3 Análise do terceiro episódio da série “Obras inacabadas”.....	86
4.2.4 Análise do quarto episódio da série “Obras inacabadas”.....	103
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
6 REFERÊNCIAS.....	124
APÊNDICE 01 - Entrevista com Laerte Cerqueira.....	129
APÊNDICE 02 - Entrevista com Dani Fachine.....	144
APÊNDICE 03 - Entrevista com Beto Silva.....	145

1 INTRODUÇÃO

O Jornalismo de Dados (JD) e o Jornalismo Investigativo (JI) desempenham papéis fundamentais na era da informação, oferecendo ferramentas e metodologias que permitem uma cobertura mais profunda e precisa dos eventos. Segundo Fortes (2012, p. 30), "o que diferencia o Jornalismo Investigativo dos demais setores da atividade são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre exercido sob pressão". O Jornalismo Investigativo, conforme Fortes (2012), requer pesquisa minuciosa, persistência e a checagem constante das informações, permitindo que os repórteres exponham verdades de interesse público.

Em relação ao Jornalismo de Dados, Gray e Bounegru (2012) definem essa prática como o jornalismo baseado na coleta, análise e visualização de dados para produzir reportagens e narrativas informativas. Na edição mais recente de seu manual, os autores enfatizam que "o jornalismo de dados não é um conjunto unificado de práticas, mas sim uma categoria proeminente ligada a uma série de práticas diversas que podem ser estudadas, definidas e experimentadas de maneira empírica" (Gray e Bounegru, 2021, p. 04). Esta abordagem permite que jornalistas transformem grandes volumes de dados em narrativas compreensíveis e impactantes, proporcionando um novo nível de precisão e credibilidade às reportagens.

A investigação deixou de ser um simples preceito para se transformar, graças à modernidade, em uma área de crescente especialização (Fortes, 2012). Atualmente, estamos presenciando uma nova transformação com a integração de dados no jornalismo. Alinhadas, essas práticas jornalísticas mostram-se particularmente poderosas, proporcionando uma base objetiva e verificável para reportagens, aumentando a credibilidade das informações apresentadas.

Os impactos do uso de dados no jornalismo são profundos, mas há desafios significativos a serem enfrentados. Entre eles, destacam-se a necessidade de capacitação técnica dos jornalistas, o acesso a dados de qualidade e a interpretação correta desses dados (Amaral, Viana, 2021). Os pesquisadores Bisiani, Abellan, Roblles e García-Avilés (2023) realizaram, recentemente, um estudo sobre a qualidade dos dados em diversos países. O Brasil apresentou uma boa disponibilidade de dados em nível nacional, mas, infelizmente,

essa mesma qualidade não se reflete nos dados municipais, que estão classificados como abaixo da média.

O uso de dados no jornalismo, especialmente no contexto brasileiro, tem evoluído significativamente ao longo dos anos. Este estudo tem como intuito analisar uma série de quatro episódios produzidos e exibidos pela TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo, na capital paraibana, no programa "JPB2" entre os dias 17 e 20 de julho de 2023, cujo tema central foi: "Obras inacabadas" na Paraíba. Esta série jornalística fez uso de dados públicos provenientes de diversos órgãos com o objetivo de fiscalizar a aplicação de recursos públicos.

Além de dar visibilidade a diferentes regiões da Paraíba, a série de reportagens ampliou a voz dos cidadãos diretamente afetados pelo abandono das obras públicas. Por meio do cruzamento de dados públicos com relatos de especialistas e moradores, a produção jornalística forneceu elementos concretos para questionar a gestão dos recursos destinados a esses projetos, evidenciando os impactos sociais, econômicos e estruturais da não finalização dessas obras.

Este estudo tem como objetivo analisar como os dados foram coletados, manipulados e apresentados na série de reportagens "Obras inacabadas", examinando a estrutura narrativa adotada para contextualizar as informações e os desafios enfrentados no processo de checagem e verificação de dados públicos. Além disso, a pesquisa busca compreender os preparativos para a produção da série, identificando as estratégias adotadas para integrar as informações de forma acessível ao público. Por fim, procurou-se avaliar os impactos sociais das obras inacabadas, destacando o papel do jornalismo de dados na fiscalização da aplicação de recursos públicos e na promoção da conscientização coletiva sobre transparência e responsabilidade na gestão pública.

A abordagem metodológica adotada neste estudo é qualitativa e descritiva, fundamentada nas técnicas de análise de conteúdo propostas por Bardin (2016) e Krippendorff (2004). A pesquisa se baseia na análise dos episódios da série exibidos na TV Cabo Branco, além de entrevistas semiestruturadas com os jornalistas envolvidos na produção. Para embasar a discussão teórica, foram considerados conceitos fundamentais de Jornalismo de Dados, Jornalismo Investigativo e Jornalismo para Telas. O Jornalismo de Dados envolve a coleta, organização, análise e visualização de grandes volumes de informações para gerar reportagens mais fundamentadas e acessíveis. O Jornalismo Investigativo, por sua vez, caracteriza-se por uma abordagem aprofundada, focada na revelação de irregularidades e na denúncia de questões de interesse público. Já o Jornalismo para Telas refere-se à adaptação da produção jornalística para diferentes plataformas

audiovisuais, considerando as especificidades da televisão, do streaming e das mídias digitais.

No capítulo 2, são exploradas as definições de Jornalismo de Dados, considerando diferentes perspectivas teóricas, além da relação entre jornalismo investigativo, transparência pública e o uso de dados governamentais como instrumento de fiscalização. Para fundamentar essa discussão, foram utilizadas as contribuições de Gray, Bounegru e Chambers (2012), Träsel (2014), Barbosa e Torres (2013), Bertocchi (2013), Amaral e Viana (2021), Fortes (2012), Sequeira (2005), Rodrigues (2021) e Mandel (2009), entre outros. Esses referenciais teóricos fornecem as bases para compreender a evolução e as práticas do Jornalismo de Dados, bem como suas implicações no contexto brasileiro e global, permitindo uma análise crítica sobre seu impacto na produção jornalística contemporânea.

No capítulo 3, são abordados aspectos do Telejornalismo e do Jornalismo para Telas, explorando temas como o panorama do telejornalismo no Brasil, a adaptação do jornalismo para diferentes plataformas audiovisuais e a atuação da Rede Paraíba no telejornalismo regional. A partir das contribuições de autores como Rezende (2000), Ricco e Vannucci (2017), Vizeu (2008), Ghaziri (2012), Silva (1985), Machado (2000), Salaverría (2015), Canavilhas (2014) e Emerim (2017), é possível compreender como o telejornalismo evoluiu para atender a uma audiência cada vez mais conectada, consolidando-se como uma ferramenta essencial para o engajamento social e a democratização da informação.

No capítulo 4, é apresentada a metodologia adotada neste estudo detalhando os procedimentos de coleta e análise dos dados, essenciais para garantir a confiabilidade e a consistência dos achados. É também realizada a análise dos quatro episódios da série "Obras inacabadas". Por fim, no capítulo 5, são apresentadas as considerações finais, sintetizando as principais descobertas do estudo e discutindo as implicações do Jornalismo de Dados para a fiscalização da gestão pública e sua relevância no contexto midiático contemporâneo.

2 JORNALISMO E DADOS PÚBLICOS

De acordo com a Open Knowledge Brasil¹, dados públicos são informações que qualquer pessoa pode usar, reutilizar e redistribuir livremente, desde que se credite a autoria. Também conhecidos como dados abertos, eles são regidos por três leis fundamentais e oito princípios que garantem sua acessibilidade e utilidade. As leis destacam que:

- a) Dados não indexados na web não existem;
- b) Dados que não são abertos e legíveis por máquina não podem ser reutilizados;
- c) Dados sujeitos a restrições legais de replicação não são úteis.

Os princípios dos dados abertos incluem completude, atualidade, acessibilidade, uso de formatos não proprietários e ausência de restrições indevidas, como direitos autorais ou segredos industriais. Esses princípios visam garantir a ampla utilização e acessibilidade dos dados públicos, fornecendo à sociedade informações de qualidade sobre a gestão pública e o uso de recursos governamentais.

Nesse contexto, o jornalismo, conhecido como o quarto poder (Boorstin, 1971, p.124), desempenha um papel crucial ao transformar dados brutos em narrativas compreensíveis. Como mediador entre dados e público, o jornalista traduz números e tabelas em reportagens que permitem à sociedade entender, fiscalizar e cobrar maior transparência e eficiência dos representantes públicos.

É necessário, portanto, distinguir o Jornalismo com Dados do Jornalismo de Dados. Mancini e Vasconcellos (2016, p.75) explicam que, enquanto o primeiro utiliza dados de forma ilustrativa, no segundo, os dados são o fundamento da reportagem. Para exemplificar essa diferença, utilizaremos a matriz criada pelos autores, que inclui a dimensão ativa do jornalismo interessado em revelar algo além de relatórios quantitativos de órgãos públicos, analisando se o uso de dados caracteriza ou não o Jornalismo de Dados. O quadro a seguir ilustra essa distinção:

¹ Por que “open”? - Open Knowledge Brasil, Open Knowledge Brasil, disponível em: <<https://ok.org.br/dados-abertos/>>. acesso em: 9 jan. 2025.

QUADRO 01: Matriz de classificação do JD

Níveis de JD	Busca e/ou Elaboração própria dos dados (criação da base)	Estrutura da base (séries temporais, categorias rankings, tabelas)	Visualização dos dados (infografia)	Interpretação dos dados (texto)
nível 01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
nível 02	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
nível 03			<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
nível 04			<input checked="" type="checkbox"/>	
nível 05				

Fonte: Jornalismo de Dados: conceito e categorias (2016).

Os autores diferenciam Jornalismo de Dados de Jornalismo com Dados por níveis de complexidade. Para ser considerado Jornalismo de Dados, é necessário utilizar ao menos três categorias descritas no Quadro 01. Já o Jornalismo com Dados aplica elementos como visualização e interpretação textual de dados apenas como complemento à informação, sem que estes fundamentem a reportagem. Em outras palavras, Jornalismo de Dados consiste na produção de reportagens baseadas na análise de dados (internos ou externos), como exemplifica a série “Obras inacabadas”, analisada neste estudo.

Neste capítulo, são abordados os fundamentos do Jornalismo de Dados, o uso de dados no jornalismo brasileiro, a relação entre o jornalismo investigativo e os dados públicos, bem como a transparência pública e a utilização de dados governamentais. Para fundamentar nossa metodologia, recorreremos às contribuições de autores como Gray, Bounegru e Chambers (2012), Träsel (2014), Barbosa e Torres (2013), Bertocchi (2013), Amaral e Viana (2021), Fortes (2012), Sequeira (2005), Rodrigues (2021), Mandel (2009), entre outros. Esses referenciais teóricos oferecem as bases para compreender a evolução e as práticas do Jornalismo de Dados, além de suas implicações no contexto brasileiro e global.

2.1 Jornalismo de Dados

O Jornalismo de Dados (JD) é uma especialidade emergente dentro do campo do jornalismo que utiliza dados como base para a investigação e a elaboração de reportagens. Esta abordagem não só ajuda profissionais e pesquisadores a encontrar respostas mais precisas e fundamentadas, mas também contribui significativamente para a transparência e a *accountability*² nas sociedades contemporâneas. A seguir, exploramos as características, os benefícios e os desafios do Jornalismo de Dados, apoiando-nos em referências brasileiras e internacionais para contextualizar sua importância.

O Jornalismo de Dados se caracteriza pelo uso intensivo de bases de dados para definir a organização, a estrutura das redações, o tipo e o formato de apresentação de conteúdo jornalístico, bem como suas formas de circulação. Träsel (2014, p.292) descreve essa modalidade como um modelo de jornalismo onde "as bases de dados definem a organização e a estrutura das redações, o tipo e formato de apresentação de conteúdo jornalístico e suas formas de circulação". Este enfoque permite que as reportagens sejam construídas a partir de informações objetivas e quantificáveis, conferindo maior credibilidade e profundidade às narrativas jornalísticas.

Gray, Bounegru e Chambers (2012) explicam o Jornalismo de Dados como informações geradas e disponibilizadas por fontes públicas e privadas que podem estar estruturadas em sua forma mais bruta, transformando-se em narrativa jornalística com recursos variados para a melhor apresentação e compreensão do leitor. Esta transformação envolve a utilização de técnicas avançadas de visualização de dados, análise estatística e desenvolvimento de *softwares* específicos para a coleta e interpretação de grandes volumes de dados.

Para Barbosa e Torres (2013), Jornalismo Guiado por Dados é aquele produzido com dados, os quais podem ser gerados e disponibilizados por uma diversidade de fontes públicas e privadas, estruturados e não estruturados, em tabelas, planilhas de Excel ou seguindo narrativas jornalísticas com recursos variados para melhor compreensão do usuário.

Para Träsel (2014), trata-se da aplicação de técnicas computacionais e científicas

² *Accountability* é um termo que não possui uma tradução direta e precisa para o português, mas que é frequentemente associado a conceitos como "responsabilidade", "prestação de contas" e "transparência". Refere-se à relação entre duas partes, em que a primeira delega responsabilidade para a segunda, que deverá exercer a gestão dos recursos, o que gera uma obrigação de prestação de contas da segunda parte perante a primeira (Akutsu; Pinho, 2002).

em todos os processos jornalísticos, que podem tomar a forma de textos, audiovisuais, narrativas hipertextuais, visualizações gráficas, ou aplicativos noticiosos. Para ele, é uma forma de ampliar a capacidade do jornalismo para a investigação de acontecimentos e problemas sociais, com vistas ao cumprimento de sua função de fiscalização das instituições democráticas em nome do interesse público.

Para Lewis e Waters (2017), o Jornalismo de Dados é um termo polissêmico definido de múltiplas maneiras, mas ligados entre si por elementos comuns. Para Heravi (2018, p. 107), é a capacidade de encontrar histórias em dados e depois apresentá-las “da forma mais apropriada para uso e reutilização pública”.

E ainda temos aqueles que se aprofundam um pouco mais no Jornalismo de Dados, como é o caso de Parasie e Dagiral (2013). Para os referidos autores, o uso de dados é percebido pelos jornalistas como uma forma de “libertar-se de suas fontes”. E temos aqueles que acreditam no reconhecimento de que os desenvolvimentos tecnológicos (capacidades computacionais avançadas aplicadas a problemas complexos) podem apoiar o jornalismo e permitir a sua automatização. É o que levou à exploração do “jornalismo computacional”, do “jornalismo algorítmico” (Anderson, 2012; Diakopoulos, 2019); “notícias escritas por máquina” (Van Dalen, 2012); o “jornalismo robótico” (Thurman et al., 2017; Van Dalen, 2012) e o “repórter robótico” (Carlson, 2015). É necessário distinguir esta automatização do jornalismo da “reportagem assistida por computador” e do “Jornalismo de Dados”. Alguns autores sugerem que tudo isto poderia ser abrangido pelo uso do termo “Jornalismo Digital”, que remonta à primeira utilização de computadores nas redações na década de 1950 (Franks, Wells; Maiden; Zachos, 2022).

O uso de dados no jornalismo traz diversos benefícios. Primeiramente, o JD promove a transparência ao revelar dados que podem ser utilizados para monitorar a atuação de instituições públicas e privadas. Isso é particularmente relevante em contextos onde a corrupção e a má gestão são problemas recorrentes. Ao disponibilizar dados de maneira acessível, permite que o público exerça uma vigilância mais eficaz sobre os poderes constituídos. Em segundo lugar, reportagens baseadas em dados têm maior credibilidade porque se fundamentam em informações objetivas e verificáveis, “nosso trabalho como jornalistas é interrogar dados e torná-los relevantes para a vida das pessoas” (Rodrigues, 2021, p. 177).

Essa prática reduz a possibilidade de disseminação de notícias falsas ou tendenciosas, fortalecendo a confiança do público na mídia. Além disso, o JD permite a análise profunda de questões complexas, fornecendo um contexto mais completo e detalhado. Por exemplo, uma

investigação sobre desigualdade social pode ser enriquecida com dados sobre distribuição de renda, acesso a serviços públicos e outros indicadores socioeconômicos. Por fim, a apresentação de dados de maneira interativa e visualmente atraente pode aumentar o engajamento do público. Infográficos, mapas interativos e *dashboards*³ são ferramentas que tornam a informação mais acessível e interessante para o leitor. Hoje qualquer conteúdo pode ser descrito em apenas dois números: 0 e 1. Em uma realidade onde os algoritmos⁴ conseguem descrever qualquer conteúdo já criado, é necessário que o jornalista saiba interpretar essas informações que são realizadas a partir de números, por isso “os dados podem ser a fonte do Jornalismo de Dados, ou podem ser as ferramentas com as quais uma notícia é contada ou ambos” (Bounegru, Gray e Chambers, 2012, p.10).

Na prática, "refletir sobre metadados é debater o ato de pôr ordem às coisas: classificá-las, rotulá-las e explicitar o seu papel no mundo" (Bertocchi, 2013, p.116). Tendo isso em mente, é possível compreender a grande importância que esta técnica possui para o profissional que deseja trabalhar de acordo com sua audiência. Um modo de explicar a importância desse novo recurso é descrito por Mirko Lorenz da Deutsche Welle⁵ no livro *The Data Journalism Handbook* (2012):

Usando os dados, o principal foco do trabalho de jornalistas deixa de ser a corrida pelo furo e passa a ser dizer o que um certo fato pode realmente significar. O leque de temas é abrangente: a próxima crise financeira em formação, a economia por trás dos produtos que usamos, o uso indevido de recursos ou os tropeços políticos. Tudo isso pode ser apresentado em uma visualização de dados convincente que deixe pouco espaço para discussão. (The Data Journalism Handbook, 2012, p. 39)

Uma vez que se tem acesso a uma base de dados, uma infinidade de correlações pode ser realizada de acordo com o enfoque da reportagem. É possível fazer uma análise aprofundada desses dados para verificar sua veracidade e utilizá-los como base em grandes "furos" jornalísticos. O método empregado é a lógica de pensamento analítico, onde o profissional pode construir sua versão da história baseada em dados reais, isso permite que o jornalista comunitário compreenda, por exemplo, por que uma obra pública em sua comunidade está parada e, com esse contexto, cobre os responsáveis de maneira assertiva.

O Jornalismo de Dados envolve um processo mais complexo do que apenas reproduzir uma história. Envolve cruzar dados, fazer análises, filtrar informações, realizar

³ painel visual que contém visualizações rápidas de dados relevantes para um objetivo ou processo específico por meio de uma combinação de informações resumidas. Fonte: Neil Patel Brasil, disponível: <<https://neilpatel.com/br/blog/dashboard-o-que-e/>>, acesso: 09 fev. 2025.

⁴ *sequência* finita de regras, raciocínios ou operações que, aplicada a um número finito de dados, permite solucionar classes semelhantes de problemas.

⁵ empresa pública de radiodifusão da Alemanha.

amostragens e, só então, contar uma história. O profissional precisa não apenas conhecer a técnica, mas também utilizá-la com domínio das terminologias e tecnologias que constituem o universo dos dados e suas possíveis conexões. Só assim será possível obter um conteúdo relevante e de impacto.

Trabalhar com planilhas no Excel, bancos de dados e aplicativos para tratamento estatístico das informações são formas de ampliação do "faro" jornalístico. Träsel (2014) destaca que essa habilidade foi remodelada e usada para amplificar aquelas informações que são bem camufladas no dia a dia. Nesta modalidade de jornalismo, o jornalista se torna o tradutor deste recurso para o grande público. É comum que portais e agências de notícias possuam analistas de banco de dados especializados em checar informações em bases públicas, criar infográficos ou simplesmente acompanhar o que tem sido disponibilizado em busca de um grande "furo".

Em uma pesquisa realizada em 2019, sobre o perfil do jornalista de dados no Brasil⁶, foram identificadas as principais competências e habilidades que o jornalista que trabalha com dados precisa desenvolver para desempenhar a função. Os autores chegaram a seis habilidades que são necessárias para o profissional que deseja trabalhar com Dados no Brasil, sendo elas:

QUADRO 02: Matriz de habilidades e competências no Jornalismo de Dados brasileiro

Categoria	... aponta para a necessidade de desenvolvimento de competência em adquirida a partir do desenvolvimento de habilidade para ...
1. currículo acadêmico diferenciado	aplicar um raciocínio mais lógico, analítico e voltado ao digital.	trabalhar com planilhas Excel, realizar modelos e simulações em Estatística e Matemática.
2. bases para cultura de programação	contar histórias e revelar dados ocultos no <i>big data</i> . Possuir independência dos programadores.	manusear bancos de dados e linguagens de programação como Python e R.
3. narrativas de apuração e visualização	analisar dados complexos extraídos de grandes bases de dados (<i>big data</i>) e gerar narrativas digitais atraentes para os leitores em rede.	Aplicar dados em linguagens gráficas para apresentação de números e resultados, recursos de infografia e técnicas de visualização.
4. projetos e parcerias	estabelecer parcerias interdisciplinares com universidades, mídias e	compreender linguagens e jargões de áreas diferentes, transitar em diferentes setores. Buscar

⁶ Pesquisa realizada para a conclusão da tese de mestrado dos autores Ana Paula Borges Oliveira e Alan César Belo Angeluci, publicada na revista *Brazilian Journalism Research* em 2019.

	associações independentes para formação de jornalistas de dados.	treinamento enquanto aluno. Fazer capacitação enquanto professor.
5. equipes híbridas	ser um jornalista mais completo e sofisticado com visão mais analítica, sem deixar de lado o viés social da notícia ancorado em transparência.	atuar como programador, infografista e jornalista. Interagir de forma dinâmica com equipes interdisciplinares.
6. aprendizado autodirecionado	Ser um profissional com perfil mais amplo, interdisciplinar e aderente às demandas de um mercado em evolução constante.	Buscar individualmente por treinamentos e conhecimentos, de acordo com seus interesses dentro do ambiente digital.

Fonte: Competences and Skills in Data Journalism: Perceptions on the Profile of Brazilian Professionals (2019).

Entende-se que esse conjunto de competências e habilidades se constitui como elementos-chave para a prática do Jornalismo de Dados – e que as mesmas podem se modificar ao longo do tempo em função de novas demandas e inovações tecnológicas. Para chegar a tal conclusão, os autores entrevistaram profissionais e professores da área. Apesar dos benefícios, o Jornalismo de Dados também enfrenta diversos desafios. Um dos principais é a qualificação profissional. O JD exige que os jornalistas tenham habilidades em análise de dados, estatística e programação, o que pode ser um obstáculo devido à falta de formação específica nessa área. Muitos profissionais ainda precisam se adaptar a essas novas exigências. Outro desafio significativo é o acesso a dados. Embora haja um movimento crescente em prol da transparência, ainda existem barreiras significativas para o acesso a dados públicos e privados. Muitas vezes, os dados estão disponíveis em formatos não estruturados ou de difícil interpretação. Além disso, a manipulação de grandes volumes de dados levanta questões éticas e de privacidade. É fundamental que os jornalistas respeitem os direitos dos indivíduos e utilizem os dados de maneira responsável. Por fim, a implementação do JD requer investimentos em tecnologias avançadas e *softwares* específicos, o que pode ser um desafio para veículos de comunicação menores ou com recursos limitados.

2.2 O uso de dados no jornalismo brasileiro

O uso de dados na criação de notícias no jornalismo vem em uma espiral de crescimento desde 2011, quando a então presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei de Acesso à Informação⁷ (Lei nº 12.527/2011), que determina que "qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º da lei já citada, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a

⁷ Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 7 fev. 2025

especificação da informação requerida”⁸ e ainda obrigando o órgão ou entidade que receber o pedido cumprir o prazo de até 20 dias para liberação da informação solicitada. Fazendo com que os órgãos públicos mantenham a regularidade em prestarem contas em seus portais de transparência. Durante a pandemia do COVID-19, foi possível ver grandes reportagens utilizando dados em tempo real sobre o número de óbitos, cidades com maior taxa de mortalidade e como a vacinação estava sendo realizada. Neste período, o uso de dados atrelado ao Jornalismo Investigativo ajudou a desmascarar grandes esquemas fraudulentos⁹, tornando-se ainda mais importante no meio jornalístico.

No Brasil, a Agência Pública¹⁰ é referência no trabalho com dados. Eles possuem uma analista de dados, Bianca Muniz, que é responsável por checar as informações em base de dados públicos. Para isso, ela acompanha o Portal de Dados Aberto¹¹ e todos os outros repórteres se mantêm atualizados às bases de dados que podem ajudar as suas reportagens¹². Para eles, "um número é como um índice, algo que é produzido pela experiência humana, eles revelam o número de vítimas, mortes e pessoas desassistidas pelas omissões ou violências do Estado" (Amaral e Viana, 2021, p. 87). As reportagens podem usar dados como ponto de partida para uma investigação ou como complemento para apurações em andamento, o que traz à tona o papel fundamental do uso de dados no jornalismo.

Os impactos do uso de dados no jornalismo são profundos. Eles proporcionam uma base objetiva e verificável para reportagens, aumentando a credibilidade das informações apresentadas. No entanto, há desafios significativos, incluindo a necessidade de capacitação técnica dos jornalistas, o acesso a dados de qualidade e a interpretação correta dos dados. Amaral e Viana (2021, p.112), aponta que "embora a quantidade de dados disponíveis tenha aumentado, a capacidade de analisá-los e interpretá-los adequadamente ainda é uma barreira para muitos profissionais", isso reforça a necessidade de investimento em treinamento e ferramentas que facilitem a análise de grandes volumes de dados.

Na Rede Paraíba a coordenadora do núcleo de dados, Dani Fachine, explica que sua

⁸ L12527. Planalto.gov.br. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 9 jan. 2025.

⁹ Agência Pública. O mapa da cloroquina: como governo Bolsonaro enviou 2,8 milhões de comprimidos para todo Brasil. 01 mar. 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/03/o-mapa-da-cloroquina-como-governo-bolsonaro-enviou-28-milhoes-de-comprimidos-para-todo-o-brasil/>. Acesso em: 02 fev.2024

¹⁰ primeira agência de jornalismo sem fins lucrativos do Brasil

¹¹ portal do governo federal com dados das mais diversas áreas que pode ser acessado através do site: dados.gov.br.

¹²Entrevista concedida por MUNIZ Bianca [06. 2023]. Entrevistador: Fernanda Leal Barreto. João Pessoa, 2023. via e-mail.

equipe utiliza ferramentas como a Lei de Acesso à Informação, Excel, Datawrapper, Flourish, Sidra (IBGE), DataSUS, entre outras plataformas públicas. O objetivo é “produzir, reportar e editar grandes reportagens com embasamento e contextualização de dados, para todos os veículos de comunicação da empresa (TV, rádio e portais)”. Além disso, o núcleo é responsável por “investigar assuntos pontuais e factuais, buscando dados estatísticos para embasar pautas mais quentes” (Dani Fachine, 2025¹³). A integração de ferramentas e plataformas públicas no trabalho do núcleo de dados desempenha um papel fundamental na democratização do acesso à informação e no fortalecimento da transparência. Essas ferramentas permitem que informações antes dispersas ou de difícil acesso sejam organizadas, analisadas e transformadas em reportagens que, além de informar, capacitam a sociedade para compreender questões complexas.

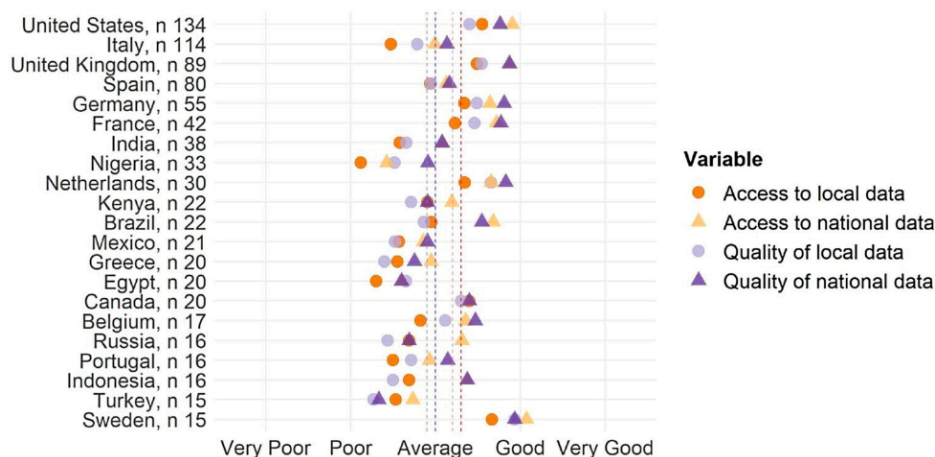
A série de reportagens analisada possui duas temporadas. Na primeira temporada, a checagem e a busca por dados junto aos órgãos públicos foram realizadas diretamente pelo jornalista Laerte Cerqueira, responsável pela série. Devido à sua autonomia dentro do grupo televisivo ele assumiu também o papel de produção, conduzindo de forma independente a investigação dos dados necessários para a reportagem. Já na segunda temporada, que não será analisada neste estudo, o processo de apuração contou com a participação do Núcleo de Dados da Rede Paraíba, que teve um papel significativo no levantamento e na organização das informações. Essa mudança evidencia uma ampliação do suporte técnico na apuração jornalística, demonstrando a crescente importância dos núcleos especializados em dados na produção de reportagens investigativas.

A possibilidade de transformar dados brutos em narrativas acessíveis é especialmente relevante em um contexto onde a população nem sempre dispõe de recursos técnicos ou tempo para interpretar tabelas e gráficos. Assim, o núcleo atua como mediador entre dados públicos e a sociedade, traduzindo informações de relevância coletiva em conteúdo compreensível e útil para monitorar políticas públicas e cobrar maior responsabilidade dos gestores. Por fim, a equipe utiliza ferramentas como Datawrapper e Flourish para criar visualizações interativas e visuais, ampliando o engajamento e facilitando a compreensão por diferentes públicos. Essa integração entre tecnologia, dados públicos e jornalismo investigativo reafirma o papel essencial do jornalismo como um canal de acesso democrático à informação e uma força transformadora na sociedade.

¹³ Entrevista concedida por Dani Fachine via Whatsapp em 28 de dezembro de 2024 e disponível na íntegra no apêndice 02.

Em uma pesquisa publicada em 2023 sobre o estado do Jornalismo de Dados¹⁴, o Brasil aparece entre os principais países com uma boa qualidade de dados nacionais disponíveis para trabalho, como é possível conferir abaixo.

FIGURA 01: Qualidade do acesso de dados por país



Fonte: The Data Journalism Workforce: Demographics, Skills, Work Practices, and Challenges in the Aftermath of the COVID-19 Pandemic (2019).

O que não reflete a transparência na disponibilização de dados por meio dos estados brasileiros. Em 2023, um levantamento da Transparência Internacional das Assembleias Legislativas concluiu que apenas 4 estados do Brasil divulgam dados completos em seus portais e 11 estados zeraram completamente na pesquisa, que foi pauta de uma série de reportagens realizadas pelo G1¹⁵ (portal de notícias ligado ao Grupo Globo) de cada estado. Mesmo o uso de dados sendo um grande aliado na construção da notícia, ainda ficamos reféns da disponibilização destas informações, seja através do governo ou de auditorias de empresas privadas. O que não se pode negar é que quando temos essas informações, podemos criar notícias envolventes para toda a população e cobrar dos órgãos públicos medidas que sejam cada vez mais inclusivas.

Para Träsel (2014), o tratamento e cruzamento de grandes quantias de dados permitem ao jornalista encontrar informação com valor noticioso, o que pode render intermináveis pautas que vão ajudar a sociedade como um todo. No entanto, mesmo que haja um futuro

¹⁴ Pesquisa realizada pelos autores Simona Bisiani, Abellan Andrea, Arias Félix Robles e José Alberto García-Avilés, publicada em 2023 na revista Journalism Practice.

¹⁵ G1. Transparência: Assembleias de apenas 4 estados divulgam dados completos sobre salários de servidores, aponta estudo, Brasília 23 mai. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/25/transparencia-assembleias-de-apenas-4-estados-divulgam-dados-completos-sobre-salarios-de-servidores-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 05 fev. 2024.

promissor, ainda é possível encontrar diversos desafios em seu uso, principalmente para os jornalistas que não possuem vínculo com grandes conglomerados de notícias. Apesar da garantia do acesso a dados públicos, o desenvolvimento das competências técnicas é escasso.

2.3 Jornalismo Investigativo e sua relação com dados públicos

Há quem diga que todo jornalismo é investigativo, afinal, sua função é investigar, apurar e relatar os fatos de maneira clara e concisa para todos que o acompanham. Gabriel García Márquez declarou em 1966, na 52ª Assembleia da Sociedade Interamericana de Imprensa, em Los Angeles, Califórnia, que *“la investigación no es una especialidad del oficio, sino que todo periodismo tiene que ser investigativo por definición”* (Sequeira, 2005, p.15). Já para o jornalista Marcelo Beraba, o Jornalismo Investigativo tem como base as reportagens de mais fôlego, maior apuração e maior dedicação, exigem mais tempo, mais pesquisas, observação direta, checagem e recheagem – a busca obsessiva por documentos e provas (Fortes, 2012). A verdade é que, "embora qualquer prática jornalística pressuponha alguma investigação, há uma categoria que se diferencia das outras pelo processo de trabalho do profissional, métodos de pesquisa e estratégias operacionais, definida como Jornalismo Investigativo" (Sequeira, 2005, p.15).

O Jornalismo Investigativo é caracterizado pela divulgação de informações de interesse público, geralmente relacionadas a grandes escândalos envolvendo instituições governamentais ou empresas privadas que impactam a sociedade, seja por desvios de recursos, corrupção ou ações que colocam em risco a vida das pessoas. Este tipo de jornalismo muitas vezes resulta na "produção de textos extensos que, quando ultrapassam os espaços destinados para sua publicação nos jornais ou revistas, são editados no formato de livro" (Aguiar, 2006, p.134). Portanto, além do "faro jornalístico", é essencial seguir um método rigoroso para alcançar os resultados esperados. Caco Barcellos, uma referência brasileira em Jornalismo Investigativo, adota um método próprio: ele cria fichas para coletar dados importantes das reportagens que está investigando (Moura, 2007). Este não é um caso isolado; cada repórter investigativo desenvolve seu próprio método, o que pode levar semanas, meses ou até anos de dedicação.

Waisbord (2000, p.229, apud Nascimento, 2010, p.48) sustenta que as consequências do Jornalismo Investigativo podem ser observadas por dois ângulos. Primeiro, destaca-se o papel fundamental da imprensa na democracia, ao expor abusos e irregularidades. Segundo,

observa-se que a mídia frequentemente sacrifica indivíduos, enquanto poupa estruturas problemáticas. De modo geral, os meios de comunicação têm o poder de pautar discussões públicas sobre qualquer assunto, desde que realizem um trabalho de investigação bem fundamentado. Além dos grandes veículos de mídia, há também agências de comunicação que produzem e vendem essas reportagens para emissoras, jornais ou revistas.

No contexto do Jornalismo Investigativo, o uso de dados tem se mostrado uma ferramenta indispensável para aprofundar a investigação e proporcionar um relato mais robusto e preciso dos acontecimentos. A Lei de Acesso à Informação (LAI) sancionada em 2011 no Brasil foi um marco importante que ampliou significativamente o acesso a dados públicos, permitindo aos jornalistas investigar de forma mais eficaz.

Durante a pandemia de COVID-19, o uso de dados foi crucial para a produção de reportagens investigativas que desmascararam esquemas fraudulentos relacionados à compra de equipamentos médicos e vacinas. Em muitas dessas investigações, jornalistas utilizaram bases de dados públicas para rastrear contratos suspeitos e identificar discrepâncias nos gastos governamentais. Este período demonstrou como o acesso a dados em tempo real pode fortalecer o Jornalismo Investigativo ao fornecer evidências concretas que sustentam as denúncias.

O uso de ferramentas tecnológicas como o Excel, SQL, R e Python também tem se tornado comum entre jornalistas investigativos. Essas ferramentas permitem a análise e visualização de grandes conjuntos de dados, facilitando a identificação de tendências e anomalias. Essa proficiência em ferramentas analíticas é essencial para que os jornalistas possam transformar dados brutos em histórias impactantes e informativas.

Para Rodrigues (2021), a utilização de dados públicos desempenha um papel crucial no jornalismo, especialmente no âmbito do Jornalismo de Dados e investigativo. A utilização de dados abertos permite aos profissionais da área acessar informações públicas e transparentes, que podem ser analisadas e interpretadas para criar reportagens embasadas em evidências concretas. Em sua tese de doutorado, a referida autora enfatiza a importância dos dados abertos no jornalismo baseado em dados, no qual os profissionais utilizam informações quantitativas para identificar padrões, tendências e *insights* relevantes. A disponibilidade de dados abertos facilita a condução de investigações detalhadas e a produção de reportagens fundamentadas em fatos concretos. É destacada a importância vital dos dados abertos no jornalismo atual, demonstrando como a transparência, a verificabilidade e a colaboração são elementos essenciais para a produção de reportagens de qualidade embasadas em informações sólidas.

Charbonneau e Gkouskou-Giannakou (2015) abordam a relação entre as práticas tradicionais do Jornalismo Investigativo e as novas práticas emergentes do Jornalismo de Dados na Europa, com foco na Alemanha e Grécia. Eles exploram como o Jornalismo de Dados está redefinindo a profissão jornalística, questionando as rotinas de trabalho tradicionais e promovendo a transparência na informação. Além disso, analisam como a ética profissional e os ideais jornalísticos se refletem no discurso sobre o Jornalismo de Dados, ressaltando a importância da democratização da informação e o papel do jornalista na sociedade atual.

Assim como os autores citados acima, Wurgler e Cancela (2022) também constataram que jornalistas investigativos suíços utilizaram dados em suas reportagens, entretanto, foi mais comum a realização de análises de reportagens investigativas anteriores em suas pesquisas. A capacidade de manipular e interpretar grandes volumes de dados permite aos jornalistas descobrir padrões e irregularidades que seriam impossíveis de detectar por métodos tradicionais. O acesso a dados públicos transformou o modo como os jornalistas investigam e reportam histórias complexas, permitindo uma apuração mais detalhada e fundamentada. O uso de bancos de dados públicos é frequentemente o ponto de partida para a elaboração das reportagens, prática que é detalhadamente analisada neste trabalho através da série “Obras inacabadas”.

A metodologia de utilização de dados públicos na investigação jornalística brasileira envolve diversas etapas cruciais. Inicialmente, os jornalistas identificam e acessam bancos de dados governamentais, que incluem informações sobre finanças públicas, contratos, licitações, despesas, entre outros. Então esses dados são analisados e cruzados com outras fontes de informação para identificar possíveis irregularidades, padrões suspeitos ou áreas que necessitam de maior transparência. Para Bounegru e Gray (2021, p. 323), "a prática jornalística de solicitar acesso a dados não disponíveis ao público, analisar estes dados e publicar as descobertas feitas, absorve custos que seriam intransponíveis para indivíduos ou redes".

A triangulação é uma técnica essencial no Jornalismo de Dados para fortalecer a credibilidade. Rodrigues (2021) utilizou-a para reduzir o descrédito no jornalismo e, com ela, foi possível combinar as entrevistas em profundidade e análise de dados para investigar a elaboração do conteúdo produzido pelas agências de notícias. Uma vez que os dados relevantes são extraídos e analisados, os jornalistas desenvolvem hipóteses investigativas e planejam suas reportagens com base nas evidências coletadas. Essa etapa pode incluir entrevistas com fontes especializadas, testemunhas ou pessoas envolvidas nos fatos

investigados, a fim de corroborar as informações obtidas e fornecer uma visão mais abrangente do contexto.

A publicação das reportagens investigativas baseadas em dados públicos não apenas promove a transparência dos atos governamentais, mas também desempenha um papel fundamental na formação de uma opinião pública informada. Ao trazer à luz informações embasadas em dados verificáveis, os jornalistas contribuem para o fortalecimento do controle social e da *accountability*, elementos essenciais para a manutenção de uma democracia saudável. Coddington (2019, p.42) destaca que "o uso de dados no jornalismo fortalece a democracia ao permitir que a população tenha acesso a tais informações". Além disso, o impacto dessas reportagens pode levar a mudanças concretas, como a implementação de políticas públicas mais transparentes, a revisão de processos administrativos e a responsabilização de agentes públicos. Dessa forma, o Jornalismo de Dados se estabelece como uma ferramenta poderosa não apenas para informar, mas também para transformar a sociedade.

O uso de dados no Jornalismo Investigativo tem revolucionado a maneira como os jornalistas apuram e reportam histórias, oferecendo novas ferramentas para a busca da verdade e a responsabilização de instituições e indivíduos. A integração de dados permite uma análise mais profunda e fundamentada, essencial para a produção de reportagens investigativas de alta qualidade. Estudos acadêmicos têm ressaltado a importância dessa prática, ao mesmo tempo em que apontam os desafios e as considerações éticas envolvidas. Para que o Jornalismo Investigativo continue a evoluir, é fundamental que os jornalistas adquiram competências técnicas e mantenham um compromisso ético na utilização de dados. Por isso, neste trabalho são exploradas as etapas do processo investigativo, os desafios enfrentados pelos jornalistas responsáveis e os resultados alcançados, oferecendo uma visão abrangente sobre a importância e o impacto do Jornalismo de Dados no contexto paraibano da série televisiva "Obras inacabadas" da TV Cabo Branco.

2.4 Transparência pública e o uso de dados governamentais

Para Zuccolotto, Antonio e Teixeira (2019, p. 15), o conceito de transparência pública está intrinsecamente ligado ao contexto das democracias modernas, e no Brasil não é diferente. A Constituição Federal de 1988¹⁶ assegura a todos os cidadãos uma série de direitos e mecanismos que garantem o acesso às informações relacionadas à gestão pública. Entre os

¹⁶ Constituição. Planalto.gov.br. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 9 jan. 2025.

dispositivos mais relevantes para a transparência, destacam-se:

a) **Artigo 37:** Estabelece os princípios que regem a administração pública, sendo o da publicidade um dos mais importantes para promover a transparência, garantindo que os atos administrativos sejam acessíveis à sociedade.

b) **Artigo 5º**, Inciso XXXIII: Prevê que todos os cidadãos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, desde que respeitados os prazos estabelecidos em lei. Esse dispositivo foi a base para a criação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), que regulamenta o acesso às informações públicas no Brasil.

c) **Artigo 48:** Determina a necessidade de transparência na gestão orçamentária e financeira, assegurando ampla divulgação de planos, orçamentos e prestações de contas, incluindo a utilização de meios eletrônicos para facilitar o acesso público.

Esses dispositivos constitucionais reforçam o compromisso do Estado brasileiro com a transparência pública. Contudo, conforme argumentam Batista, Rocha e Santos (2020, p. 1382-1401), a transparência, por si só, não é suficiente para reduzir irregularidades, má gestão e corrupção na administração pública. Isso destaca a necessidade de mecanismos complementares, como a atuação vigilante da sociedade civil e da imprensa, para garantir que o acesso à informação se traduza em maior responsabilização e eficiência na gestão pública.

Por isso, “a prática do jornalismo que faz uso e apropriação de dados públicos digitais está diretamente vinculada à disponibilização de dados governamentais estimulada por políticas públicas intensificadas a partir de meados dos anos 2000 no Brasil” (Brenol, 2021, p. 2). A Lei de Acesso à Informação (LAI) foi um marco para a transparência no país, ampliando significativamente o alcance dos dados governamentais disponíveis para cidadãos e instituições. Desde sua implementação, diversas plataformas digitais foram criadas para organizar e disponibilizar essas informações, como o Portal da Transparência¹⁷, que oferece dados sobre gastos públicos, convênios e licitações.

Para Brenol (2021), os dados públicos ampliam o conhecimento social sobre o Estado, promovendo maior transparência e controle sobre as ações dos representantes e entes públicos. No entanto, a efetividade da transparência depende de mais do que a simples publicação de informações. É necessário que os dados sejam atualizados, completos e disponibilizados em formatos acessíveis, de forma a garantir seu uso pleno. Ainda assim, um dos principais desafios está na literacia de dados da população, ou seja, na capacidade de

¹⁷ Disponível em: <<https://portal.datatransparencia.gov.br/>>. Acesso 07 fev 2025.

interpretar e utilizar essas informações de forma crítica e informada. Sem isso, mesmo dados amplamente acessíveis podem se tornar subutilizados ou mal compreendidos. Dessa forma, a transparência e o impacto social do uso de dados públicos estão diretamente relacionados à qualidade dos dados disponíveis e ao nível de capacitação técnica da sociedade para trabalhar com eles.

Nos últimos anos, o direito à informação ganhou força na esfera pública em todo o mundo. Segundo Mandel (2009), o princípio fundamental que orienta esse direito é o da máxima divulgação, pelo qual todas as informações mantidas por órgãos públicos devem ser disponibilizadas, exceto em casos devidamente justificados em que a não divulgação seja de interesse público. Para que esse sistema funcione de maneira eficaz, é essencial a implementação de mecanismos efetivos que garantam o acesso às informações de forma clara e acessível. Um exemplo prático disso é o *dashboard* do TCU (Tribunal de Contas da União), utilizado como base para a criação da série de reportagens “Obras inacabadas”, analisada neste trabalho. Ferramentas como essa permitem não apenas o monitoramento de dados públicos, mas também a utilização desses dados como fundamento para reportagens investigativas que ampliam o conhecimento da sociedade sobre a gestão pública, promovendo transparência e responsabilidade governamental.

Nesse contexto, o jornalismo de dados se destaca como um mediador essencial, ao transformar informações técnicas em narrativas acessíveis e relevantes. Por meio do uso estratégico de dados governamentais, reportagens podem expor irregularidades, monitorar políticas públicas e fomentar debates qualificados sobre os desafios sociais. Um estudo realizado por Gonçalves, Stacciarini e Solano (2017) demonstrou que os jornalistas têm utilizado de forma efetiva a Lei de Acesso à Informação (LAI) para obter dados durante o processo de apuração documental. No entanto, apenas 2% dos jornalistas demandantes fazem uso contínuo da LAI como ferramenta regular na apuração jornalística.

A conexão entre transparência pública e o uso de dados governamentais evidencia não apenas avanços importantes, como a criação de mecanismos legais e plataformas digitais, mas também lacunas que ainda precisam ser superadas. Entre elas, destaca-se a necessidade de maior engajamento e capacitação dos profissionais da comunicação, bem como a ampliação da acessibilidade e da qualidade dos dados públicos disponíveis. Somente assim será possível transformar a informação em uma ferramenta efetiva para promover maior responsabilidade, eficiência e participação cidadã.

Assim, a transparência pública e o uso de dados governamentais são fundamentais para a fiscalização da gestão pública e para a produção de reportagens investigativas baseadas

em dados. Por isso, no próximo capítulo será explorado as características e os desafios do telejornalismo no Brasil, bem como as estratégias utilizadas para adequar a reportagem à linguagem televisiva e digital, garantindo que a informação baseada em dados cumpra sua função social de informar e engajar a audiência.

3 TELEJORNALISMO E O JORNALISMO PARA TELAS

Com o avanço da tecnologia e o surgimento da televisão no mundo no início do século XX, a comunicação passou por uma revolução que transformou profundamente a forma como as notícias eram transmitidas e consumidas. Antes limitadas a jornais impressos e ao rádio, as informações passaram a ser veiculadas de forma imediata, com imagens em movimento que aproximavam o público dos acontecimentos. Foi nesse contexto que, em 1928, nasceu o telejornalismo nos Estados Unidos, apresentando um formato inovador de narrativa jornalística que combinava imagens e áudio para relatar os fatos de maneira mais dinâmica e impactante.

Como a televisão é o meio ao qual a maioria das pessoas recorre para entender o que está acontecendo no mundo, o que é – e o que não é – rotineiramente incluído em um ambiente cada vez mais lotado e com múltiplos canais importantes. Assim como outros meios de comunicação, a televisão constitui um espaço comumente identificado como esfera pública, uma teoria normativa amplamente utilizada nos estudos de jornalismo para compreender o papel que a mídia pode (ou deveria) desempenhar na sociedade. (Cushion, 2012. p. 13, tradução própria).

Nesse cenário, os Estados Unidos consolidaram-se como uma grande potência na disseminação de modelos de comunicação em todo o mundo. A televisão, como aponta Cushion (2012, p. 39), “logo tornou-se parte da cultura americana cada vez mais orientada pelo consumo”. Essa influência estendeu-se globalmente, sendo replicada por diversos países. Santos (1986, p. 72) reforça: “os Estados Unidos conseguem imprimir, também a nível da mídia, o seu formato de comunicação junto a veículos do mundo inteiro”. A televisão, portanto, não apenas revolucionou a comunicação, mas também exerceu um papel estratégico na exportação de valores culturais e padrões jornalísticos americanos.

Padrões estes que estão presentes no Brasil até hoje. O telejornalismo chegou ao país 22 anos depois, em 1950, com a inauguração da extinta TV Tupi de São Paulo. Naquela época, os brasileiros, fascinados pela televisão que já há quase 25 anos encantava o mundo, testemunharam um momento histórico: apenas um dia após o início das transmissões, foi exibido o primeiro telejornal brasileiro. Intitulado “Imagens do Dia”, o programa trazia imagens brutas narradas por Maurício Loureiro Gama e foi descrito como “uma nova modalidade de rádio” (Zem, 2022). Rafaela Zem, em 2022 para o G1¹⁸, destacou a relevância desse evento como um marco fundamental na trajetória do telejornalismo no Brasil.

¹⁸ Dia da televisão apresentador de Tatuí. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/itapetininga-regiao/noticia/2022/11/21/dia-da-televisao-apresentador-de-tatui.ghtml>. acesso 23 jan. 2025.

Para Rezende (2000), a televisão no Brasil desfrutava de um prestígio tão significativo que, por muito tempo, assumiu o papel de principal meio de acesso às notícias e ao entretenimento da população. Com o avanço da internet, muitos acreditaram que esse protagonismo do telejornalismo seria abalado, mas o que se observa hoje é sua notável capacidade de adaptação. Os formatos foram reinventados para alcançar o público em diferentes plataformas e, com a internet, a conexão entre as pessoas e as notícias tornou-se mais imediata e acessível.

A convergência midiática (Jenkins, 2009) consolidou-se como uma realidade, integrando múltiplos canais e dispositivos para atender às novas demandas de consumo e informação. Redes sociais, *streaming* e aplicativos móveis ampliaram o alcance do telejornalismo, permitindo que ele coexista com a mídia digital. Assim, longe de desaparecer, o telejornalismo evoluiu para um modelo multiplataforma (Anderson, Bell, Shirky, 2013) reafirmando sua relevância no cenário informativo contemporâneo.

O conteúdo televisivo permanecerá – e posso afirmar que terá mais audiência que qualquer outro tipo de conteúdo audiovisual de qualquer outra mídia. Por um motivo muito simples: a televisão visa às grandes audiências genéricas, enquanto a internet e celular visam ao conteúdo segmentado. (Cannito, 2010, p.26)

Hoje, o jornalismo é pensado para diversas telas (Finger; Emerim; Cavenagui, 2017), seja para o telespectador que assiste ao vivo na televisão ou para aquele que consome recortes e destaques do noticiário nas redes sociais, no YouTube ou em plataformas de *streaming*, como o Globo Play. Essa flexibilização dos formatos não apenas amplia o alcance das reportagens, mas também oferece ao público a possibilidade de consumir informação onde, como e quando quiser.

É evidente que ocorreram transformações e que muitas mudanças estão em curso, mas nada que ameace a produção jornalística televisiva. O que houve, principalmente, foi um incremento na rapidez com que as notícias passaram a ser exibidas no meio, principalmente, devido às facilidades de transmissão via internet e do envio de fotos e imagens, captadas por jornalistas ou não, de locais e diretamente dos pontos onde os fatos estão transcorrendo. (Siqueira, Vizeu, 2017, p. 53)

O telejornalismo, portanto, não apenas sobreviveu às transformações impostas pela era digital, mas se reinventou como um componente essencial no cenário da informação contemporânea. Neste capítulo, exploramos o panorama do telejornalismo no Brasil, destacando sua evolução ao longo das décadas e o impacto das novas tecnologias na produção e no consumo de notícias. Além disso, abordamos as mudanças que moldaram o jornalismo

para telas, com ênfase nas características do jornalismo paraibano e a relevância das produções locais, como o caso da TV Cabo Branco e a série “Obras inacabadas”, analisada nesta dissertação. A partir das contribuições de autores como Rezende (2000), Ricco e Vannucci (2017), Vizeu (2008), Ghaziri (2012), Silva (1985), Machado (2000), Salaverría (2015), Canavilhas (2014) e Emerim (2017), foi possível compreender como o telejornalismo se adaptou às demandas de uma audiência cada vez mais conectada, consolidando-se como uma ferramenta indispensável para promover informação de qualidade, engajamento social e democratização do acesso à comunicação

3.1 Panorama do telejornalismo no Brasil

“A definição mais simplória para o telejornalismo é que se trata do jornalismo na televisão, ou o jornalismo feito para a televisão” (Temer, 2014, p. 27). Como já mencionado, o telejornalismo brasileiro teve início em 1950 com o programa “Imagens do Dia”, exibido na TV Tupi e apresentado pelo redator e narrador Ruy Resende. A pequena equipe do telejornal era composta pelos cinegrafistas Jorge Kurjan, Paulo Salomão e Afonso Ribas, que captavam os principais acontecimentos da cidade de São Paulo. Naquele período, a produção dos telejornais era extremamente limitada, tanto em recursos tecnológicos quanto em técnicas de edição, resultando em conteúdos de qualidade técnica bastante rudimentar. Apesar disso, possuir um televisor era um símbolo de status, acessível apenas a uma pequena parcela da população, tornando o consumo de notícias na TV um evento restrito e exclusivo (Rezende, 2000).

Por causa dos obstáculos que impediam as coberturas externas, o jornalismo direto do estúdio, “ao vivo”, ocupava quase todo o tempo dos noticiários, “no mínimo como uma alternativa simples e econômica”. O uso da câmara de filmar de 16 milímetros, sem som direto, principal inovação técnica à disposição do telejornalismo brasileiro na década de 1950, não bastou para atenuar a influência da linguagem radiofônica sobre telejornais. Prova disso eram os noticiários redigidos sob a forma de “texto telegráfico” e apresentados com o estilo “forte e vibrante” copiado da locução de rádio. (Leandro e Costa apud Rezende, 2000 p. 106).

Essa influência da linguagem radiofônica estava diretamente ligada às limitações técnicas e ao perfil das equipes de produção, formadas majoritariamente por profissionais oriundos do rádio. Como destaca Ricco e Vannucci (2017, p. 85), “o rádio foi o grande referencial da televisão brasileira e o maior fornecedor de mão de obra, conteúdos e formatos para as diversas emissoras espalhadas pelo país”. Assim, o telejornalismo daquela época era essencialmente descritivo, com a narração dos apresentadores como o principal recurso de comunicação com o público. Embora limitado, o formato já apontava para o potencial da televisão como um meio único de integração entre texto, imagem e som (Rezende, 2000).

A televisão inicialmente era um bem de luxo, acessível apenas às elites. Segundo Mattos (1990, p. 9), um aparelho de TV custava “três vezes mais do que a mais sofisticada radiola do mercado e um pouco menos que um carro”. Foi somente com a evolução tecnológica nas décadas de 1960 e 1970, marcada pela introdução do vídeo tape e de equipamentos de filmagem mais modernos, que o telejornalismo conseguiu superar parcialmente a linguagem radiofônica e alcançar um novo patamar de qualidade. Mesmo assim, como observa Rezende (2000, p. 108), “o telejornalismo continuava a padecer com a falta de um estilo próprio. Os telejornais ressentiam-se ainda da influência da linguagem radiofônica e caracterizavam-se pelo aproveitamento insatisfatório do seu potencial informativo mais expressivo: a imagem”.

Apesar dessas limitações, os avanços tecnológicos consolidaram o telejornalismo como um meio de comunicação autônomo, explorando cada vez mais as potencialidades narrativas e visuais da televisão. Esse desenvolvimento foi acompanhado pela popularização gradual da TV, que superou barreiras econômicas e culturais para se consolidar como o “principal sistema de comunicação de massa brasileiro” (Rezende, 2000, p. 31). De acordo com o IBGE, atualmente, 94,3% dos domicílios brasileiros possuem televisão, o que equivale a aproximadamente 73,8 milhões de residências¹⁹. Esse alcance expressivo reflete a trajetória da televisão no Brasil, marcada por transformações tecnológicas, sociais e culturais que moldaram sua presença na vida dos brasileiros.

O telejornalismo, por sua vez, acompanhou de perto essas transformações. Inicialmente limitado em termos de recursos e alcance, evoluiu para um modelo robusto e sofisticado, capaz de dialogar com diferentes públicos e de se adaptar às mudanças impostas pela tecnologia e pelas demandas da audiência. Como aponta Rezende (2000, p. 90), “a principal inspiração do telejornalismo brasileiro era o modelo norte-americano, que ficou claro anos mais tarde, no telejornalismo da TV Globo”.

A primeira fase da televisão no Brasil, de 1950 a 1964, é conhecida como fase elitista. Nesse período, os televisores eram restritos aos lares das classes mais abastadas. Para popularizar o novo meio de comunicação, Assis Chateaubriand, pioneiro da TV no Brasil, adotou a estratégia de instalar aparelhos em praças públicas, permitindo que a população tivesse acesso às transmissões e conhecesse a novidade (Ghaziri, 2012). Os telejornais dessa época eram produções simples, limitadas por recursos técnicos e voltadas para um público

¹⁹ disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/08/percentual-de-lares-com-tv-no-brasil-cai-a-943.shtml>, acesso: 24 jan. 2025.

seleto. Como explica Souza (2021, p. 281), “as imagens eram registradas em filme preto e branco, por cinegrafistas com experiência em filmes de ficção e documentários. Assim, destaca-se a junção de diversos profissionais na construção dos primeiros anos da TV e do telejornal”.

Com a chegada da segunda fase, chamada de populista (1964-1975), a produção em larga escala dos televisores reduziu significativamente os custos, ampliando seu acesso às classes médias e populares (Ghaziri, 2012). Essa popularização aumentou a audiência e incentivou as emissoras a investirem em coberturas mais abrangentes e diversificadas. Foi nesse período que os telejornais passaram a incluir reportagens externas, trazendo maior dinamismo às transmissões. A introdução da TV em cores e a consolidação de grandes redes, como a Globo, impulsionaram a qualidade técnica das transmissões, incluindo a estreia do *Jornal Nacional* em 1969, que revolucionou o telejornalismo brasileiro ao adotar um modelo padronizado, viabilizado por tecnologias como micro-ondas construída com o dinheiro arrecadado pelo Fundo Nacional de Telecomunicações e gerenciado pela recém criada Embratel (Silva, 1985).

A chegada do sistema em cores e a implantação de duas grandes redes (Globo e Tupi) impeliram a televisão da época no geral e o jornalismo em particular a trabalhar com mais qualidade. Houve a necessidade de dar um melhor acabamento aos principais produtos e a implantação de novos processos eletrônicos foi fundamental. (Ricco, Vannucci, 2017, p. 16-17).

“A consolidação da TV Globo como Rede Nacional começou em 1969, quando passou a transmitir para várias cidades através de micro-ondas” (Mattos, 2010, p.33), isso só aconteceu porque “grande parte do sucesso da Globo estava vinculada ao jornal Nacional, o telejornal que todas as noites, desde 1º de setembro de 1969, consegue a maior audiência possível no país” (Silva, p.13, 1985). Transmitido simultaneamente, ao vivo, para Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília, a rede globo salientou: “vamos lançar um telejornal para que 56 milhões de brasileiros tenham mais coisas em comum” (VEJA, apud Rezende, 2010, p.60).

Na década de 1960, o Estado Brasileiro tinha a intenção de utilizar os meios de comunicação de massa como forma de conduzir o desenvolvimento do país. Nesse aspecto, uma televisão de alcance nacional era vista como um instrumento perfeito para a difusão de informações e ideias que tornassem possível a modernização efetiva, salvaguardando os interesses nacionais. O poder ideológico que a televisão possuía a tornava o meio propício para realizar o sonho de integração nacional. (Junior, 2006, p.48)

Com o aumento da popularidade e do alcance da televisão, esta se consolidou como um dos principais meios de comunicação e entretenimento no Brasil, especialmente entre as classes médias e populares — um papel que ainda desempenha nos dias de hoje.

A terceira fase, de 1975 a 1985, foi caracterizada pela consolidação da televisão como meio de comunicação de alcance nacional (Ghaziri, 2012). Durante esse período, grandes redes, como a TV Globo, estabeleceram-se como referências na integração do país por meio de telejornais que conectavam diferentes regiões. Em 1973, estreou o *Fantástico – Show da Vida*, uma combinação de jornalismo e entretenimento que permanece em exibição até os dias atuais. Segundo Contato (2014, p. 24), “a Globo, com seus jornalísticos inspirados na programação norte-americana, trouxe ao brasileiro o padrão estético que finalmente passaria a ser o modelo ideal”. A padronização da linguagem jornalística, associada ao modelo híbrido entre jornalismo e entretenimento, fortaleceu a televisão como formadora de opinião pública. Outro avanço significativo da terceira fase foi a adoção de novas tecnologias pela TV Globo, como escrevem Ricco e Vannucci (2017):

Em 1976, a Globo começou a utilizar no seu jornalismo pequenas unidades portáteis, popularmente conhecidas como ENGs -*Electronic News Gathering*-, dotadas de câmeras mais leves, transmissores de micro-ondas, videoteipes e sistemas de edição. Esses equipamentos permitiam o envio de imagens e sons diretamente do local do acontecimento para a sede da emissora e substituíram o quadrex, fitas de duas polegadas, e as câmeras de 16mm, com enormes vantagens econômicas e operacionais - entre elas, aos poucos foi deixando de existir a necessidade de revelar filmes e de usar lâminas de barbear nas edições do material. Houve um ganho bem importante na qualidade, eficiência e rapidez. (Ricco, Vannucci, 2017, p. 17)

A quarta fase, de 1985 a 1990, marcou o início de uma intensa competição entre as grandes redes de televisão. Nesse contexto, a TV Globo destacou-se ao expandir suas produções para o mercado internacional, consolidando-se como referência em qualidade técnica, inovação e criatividade (Ghaziri, 2012). Além disso, a promulgação da Constituição de 1988 trouxe avanços significativos para a liberdade de expressão e de imprensa. O artigo 220 garantiu que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição”²⁰. Essa garantia reforçou o papel da televisão como espaço essencial para o exercício democrático, assegurando maior diversidade e pluralidade nas produções e transmissões (Ghaziri, 2012).

O telejornalismo também se beneficiou desse ambiente de maior liberdade e passou a investir em tecnologias avançadas, como transmissões via satélite e gráficos dinâmicos, além

²⁰ Constituição brasileira de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jan. 2025.

de ampliar sua cobertura internacional (Ricco, Vannucci, 2017). Esse período não apenas consolidou a televisão como principal fonte de informação jornalística, mas também como mediadora das transformações sociais e políticas do Brasil. Como aponta Temer (2017, p. 27-28):

A televisão levou informação jornalística para novos públicos: particularmente no Brasil, as dificuldades com a leitura (baixo nível de letramento), a tradição da oralidade somou-se às intenções de um Governo centralizado que buscava um uso ideológico do veículo e inegável competência empresarial da Rede Globo de Televisão. (...) O Brasil das novelas encontrava eco e respaldo no telejornalismo, que elevaram-se rapidamente a condição de uma “nova praça pública”, ou seja, espaços midiáticos que permitem a sociedade brasileira visualizar (ainda que de forma rápida e imperfeita) a sua vida política, social e cultural. (Temer, 2017, p.27-28)

Essas fases demonstram como o telejornalismo brasileiro evoluiu de um modelo rudimentar e limitado para um formato robusto e sofisticado, capaz de dialogar com diferentes públicos e de se adaptar às constantes transformações sociais e tecnológicas. Ao longo de sua história, “a televisão nasceu ao vivo, desenvolveu todo o seu repertório básico de recursos expressivos num momento em que operava exclusivamente ao vivo, e esse continua sendo o seu traço distintivo mais importante dentro do universo do audiovisual” (Machado, 2000, p. 125). Contudo, com o avanço da era digital, a televisão, assim como outros meios de comunicação, passou por profundas transformações. Desde o final dos anos 1990, testemunhamos a transição para novos formatos de transmissão e tecnologia, culminando agora, em 2025, com a aguardada implementação da TV 3.0. Este novo padrão promete melhorias significativas na qualidade de imagem e som, além de introduzir funcionalidades interativas que permitirão aos telespectadores “acessar e responder enquetes, escolher entre diferentes câmeras em um reality show ou jogo de futebol, ou até mesmo realizar compras *online* dos itens apresentados na tela” (Estadão, 2024)²¹.

Embora a era digital traga desafios como a fragmentação da audiência (Becker, Gambaro, Filho, 2015) e o crescimento das plataformas de *streaming*, o telejornalismo continua a demonstrar sua capacidade de adaptação, mantendo-se como um dos pilares centrais da comunicação no Brasil, conciliando inovação tecnológica e compromisso com a informação de qualidade.

Uma prática bastante explorada na última década é o uso de dados para transmitir informações para os telespectadores, o jornalismo de dados, já abordado neste trabalho, tem

²¹ O que é a TV 3.0 anunciada pelo Governo e quando ela entrará no ar. Disponível em: https://www.estadao.com.br/link/cultura-digital/o-que-e-tv-30-quando-entrara-em-vigor-brasil-nprei/?srsltid=AfmBOorrVvRXWlSEFXyhTuNHtE5Xzgqx1XKuv2VNvEV-Sok_bOFidYjL_, acesso: 27 jan 2025.

como principal função tornar acessível informações relevantes que são geradas a partir de dados, sejam eles públicos ou privados que possuem sua transparência assegurada pela LAI. Com isso, um novo desafio surge: como adaptar esse conteúdo para os formatos populares entre os telespectadores? Quando pensamos em tela não estamos nos limitando apenas a televisão, hoje temos smartphones, tablets e computadores o que torna fundamental levar em consideração todos esses dispositivos na hora de criar a notícia, por isso nosso próximo subtópico é sobre o jornalismo feito para telas.

3.2 O Jornalismo feito para telas

Ao discutir o conceito de telejornalismo, é essencial compreender as origens etimológicas do termo “tele”. Segundo o dicionário etimológico, “tele” deriva do grego *tel(e)* e está associado à noção de “longe”, “ao longe” ou “à distância”. Essa ideia está profundamente conectada ao modelo de transmissão de dados a distância, que constitui a essência das telecomunicações, conforme definido no glossário da Anatel (BR). Finger, Emerim e Cavenagui (2017, p. 4) ampliam essa perspectiva ao afirmar que a combinação de “tele + jornalismo” vai além da ideia de um jornalismo exclusivamente exibido na televisão. Eles apontam para um jornalismo que, ao ser distribuído para “lugares distantes”, ultrapassa as barreiras físicas e geográficas, adaptando-se a múltiplas telas e formatos. Assim, o telejornalismo se expande para novas plataformas digitais, como *smartphones*, *tablets* e computadores, dialogando com públicos diversos e explorando formatos que vão do vídeo tradicional à produção interativa e multiplataforma.

Com a rápida evolução da tecnologia nas últimas décadas, o jornalismo precisou se reinventar e se adaptar a novas demandas. Como destacam Amadori e Marques (2009), “a internet fixou a instantaneidade como valor da informação”, redefinindo o ritmo e o formato da produção jornalística. Esse princípio de imediatismo impulsionou o jornalismo a expandir sua presença para diversos dispositivos móveis, ajustando-se às especificidades de cada plataforma para atender a um público cada vez mais conectado e dinâmico.

Com os processos de hibridação constante nas produções televisuais aliados ao constante surgimento de novas plataformas e suportes, o campo de atuação do jornalismo tem se ampliado para as diferentes telas e está exigindo um repensar em torno destas definições sobre o jornalismo televisual e suas infinitas possibilidades narrativas. Em outra direção, as possibilidades semânticas do próprio termo Telejornalismo permitem ampliar a compreensão desse senso comum que o ligava exclusivamente à televisão. (Emerim, 2017, p.116)

De acordo com o relatório *Digital 2024: Global overview Report*²², divulgado pela *Electronics Hub* (site especializado em informações eletrônicas), o Brasil ocupa o 2º lugar no ranking global dos países que mais passam tempo frente às telas. Nos três primeiros meses de 2024, os brasileiros dedicaram, em média, cerca de 56% de suas horas diárias ao consumo de conteúdos em dispositivos como televisores, *smartphones*, computadores e *tablets*. Esses dados refletem a profunda inserção da tecnologia no cotidiano e reforçam a necessidade de pensarmos no jornalismo como uma prática multiplataforma, capaz de dialogar com diferentes públicos e atender às diversas formas de consumo informativo da era digital.

Anderson, Bell e Shirky (2013, p. 30), ao analisar as transformações do jornalismo norte-americano, destacam que “estamos em meio a uma revolução, e a adaptação às novas fronteiras da profissão é a condição de sobrevivência nesse cenário, que prevê o uso intensivo de bases de dados, além da interação com múltiplas fontes e com o público”. Embora o estudo deles seja voltado para o contexto dos Estados Unidos, suas observações são facilmente aplicáveis ao cenário brasileiro, que seguiu um modelo similar de ascensão. O que foi discutido em 2013 tornou-se a realidade atual: os telejornais passaram a ser pensados para multiplataformas, adaptando seu conteúdo para formatos como *reels*²³ e vídeos curtos, alinhando-se ao comportamento de consumo nas redes sociais.

Ainda segundo Anderson, Bell e Shirky (2013, p. 42), “o valor jornalístico das mídias sociais ocupa um espectro que vai do indivíduo munido de uma informação importante – a testemunha em primeira mão, o *insider* – até a coletividade”. Essa observação reflete a transformação da relação entre o público e a produção jornalística, onde as redes sociais não são apenas plataformas de disseminação, mas também fontes de informação e interação em tempo real. Essa adaptação aos novos formatos e dinâmicas de consumo reafirmam o papel do jornalismo na era digital como uma ponte entre a informação e o público, cada vez mais conectado e fragmentado.

O jornalismo feito para telas “busca legitimar-se construindo percursos diferenciados que possam lhe conceber identidade própria” (Emerim, 2017, p. 118). Essa característica ressalta sua capacidade de facilitar o acesso à informação, especialmente em âmbito local, ao oferecer uma plataforma interativa que engaja o público de forma mais eficaz. Além disso, preocupa-se em apresentar temas que atendam aos interesses de segmentos cada vez mais específicos, adaptando-se às diferentes telas disponíveis na atualidade (Emerim, 2017). Ao

²² disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-global-overview-report>. acesso em: 10 jul. 2024

²³ Formato de vídeo curto do Instagram que permite aos usuários criar e compartilhar videoclipes. Eles podem ser gravados na vertical e ter até 60 segundos de duração.

atender às demandas de um público cada vez mais conectado, o jornalismo para telas se destaca por alcançar indivíduos que enfrentam barreiras para consumir conteúdos por meio de meios tradicionais de comunicação, promovendo assim a democratização da informação.

Essa democratização permite que mais pessoas se mantenham informadas sobre questões locais relevantes, fortalecendo o papel do jornalismo na promoção de uma sociedade mais bem informada e participativa. Nesse cenário, o conceito de jornalismo para telas, apresentado por Emerim (2017), torna-se essencial, pois expande a visão tradicional de telejornalismo, antes limitada à televisão, para abarcar uma multiplicidade de plataformas e dispositivos que utilizam telas como meio de transmissão de informações jornalísticas. Essa abordagem implica na produção e distribuição de conteúdo em formatos e tecnologias diversificados, adaptando-se para computadores, *smartphones*, *tablets* e até mesmo dispositivos vestíveis (*wearables*²⁴). Ao integrar essas possibilidades, o jornalismo para telas não apenas amplia seu alcance, mas também reforça sua relevância em um ambiente digital em constante transformação, consolidando-se como uma ferramenta indispensável para atender às demandas de uma audiência conectada e diversificada.

Pereira (2020) destaca como a Internet tem se consolidado como um espaço alternativo para o consumo de conteúdos originados nos meios de comunicação de massa, incluindo a televisão. Essa transformação permitiu uma participação mais efetiva do público por meio das redes sociais, que se tornaram espaços de interação e debate. Além disso, o autor ressalta a Internet como uma nova tela para a TV, viabilizando o consumo de conteúdos por demanda e ampliando o alcance de materiais desenvolvidos para os meios tradicionais, adaptando-os às novas dinâmicas de consumo digital.

Para Canavilhas (2014), a interatividade proporcionada pelas plataformas digitais é um fator essencial para aumentar o engajamento do público, promovendo um diálogo mais dinâmico e participativo entre jornalistas e a comunidade. O uso de elementos multimídia, como vídeos, infográficos, podcasts e galerias de fotos, enriquece significativamente a experiência do usuário, tornando a informação mais acessível e compreensível. Esses recursos ajudam a criar narrativas mais imersivas, atendendo às expectativas de um público acostumado a consumir conteúdos em diferentes formatos.

Salaverría (2015) complementa essa visão ao afirmar que a integração de diferentes formas de mídia potencializa a capacidade de captar a atenção dos leitores e de transmitir informações complexas de maneira mais clara e envolvente. As plataformas digitais, além

²⁴ dispositivos eletrônicos que se usam no corpo para coletar, processar e exibir dados sobre o usuário. Um exemplo são os smartwatches que são amplamente utilizados no Brasil.

disso, possibilitam a personalização do conteúdo, oferecendo notícias e reportagens ajustadas às preferências e à localização do usuário. Essa capacidade de personalização é fundamental para atender aos interesses específicos do público, aumentando a relevância, a eficácia e a conexão das notícias com seus leitores.

A adaptação a múltiplas plataformas, aliada à integração de tecnologias interativas e multimídia, não apenas amplia o alcance do jornalismo, mas também reforça sua relevância e impacto na sociedade contemporânea. Essa abordagem oferece aos telejornais locais uma plataforma de voz, possibilitando uma interação mais próxima e direta com o público, promovendo maior inclusão e participação. Um exemplo disso é a série "Obras inacabadas", originalmente exibida no telejornal da TV Cabo Branco, mas que hoje está disponível no Google Play. Essa transição para plataformas digitais permite que a reportagem alcance uma audiência ainda mais ampla, superando as limitações do tempo de exibição ao vivo e possibilitando o consumo sob demanda.

O jornalismo feito para telas representa não apenas uma adaptação tecnológica, mas também uma transformação na maneira como a informação é produzida, distribuída e consumida. No caso da série "Obras inacabadas", a disponibilização em uma plataforma de *streaming* como o Globo Play demonstra a importância de pensar o jornalismo além do formato tradicional, utilizando a tecnologia para garantir maior acessibilidade ao conteúdo informativo. Essa estratégia amplia o alcance do jornalismo, transcende barreiras geográficas e proporciona acesso inclusivo a conteúdos informativos, especialmente para comunidades que tradicionalmente enfrentam dificuldades de acesso. No entanto, essa evolução traz desafios importantes, como a necessidade de qualificação técnica dos profissionais e a implementação de tecnologias avançadas que possibilitem personalização e interação em tempo real.

Ao olhar para o futuro, é fundamental continuar explorando as potencialidades das plataformas digitais e das novas tecnologias, como inteligência artificial e realidade aumentada, para enriquecer a experiência do usuário. O exemplo da série "Obras inacabadas" reforça como o telejornalismo pode se reinventar ao adaptar conteúdos relevantes e de interesse público para múltiplas telas, como televisores, *smartphones* e plataformas de *streaming*. Assim, o telejornalismo não deve apenas informar, mas também engajar e capacitar o público a participar ativamente das questões sociais. Com isso, o jornalismo feito para telas consolida-se como um pilar essencial da comunicação contemporânea, unindo inovação, acessibilidade e o compromisso ético com a informação de qualidade.

3.3 O jornalismo para telas na Paraíba: características e contexto regional

Atualmente, João Pessoa, capital do estado da Paraíba, conta com cinco principais emissoras de televisão: TV Correio, TV Tambaú, TV Arapuan, TV Manaíra e TV Cabo Branco. Contudo, a introdução da televisão na Paraíba ocorreu em 1966, iniciando-se em Campina Grande, a maior cidade do interior do estado, e não na capital, como é frequentemente presumido. A TV Borborema foi a primeira emissora de televisão paraibana, sob a liderança de Assis Chateaubriand²⁵, proprietário dos Diários Associados, um dos maiores conglomerados de comunicação do Brasil.

Antes da inauguração oficial, a TV Borborema já realizava transmissões experimentais. Em 15 de setembro de 1963, a emissora entrou em fase experimental, produzindo “transmissões ao vivo, como a festa das debutantes do Campinense Clube, os desfiles cívicos em homenagem ao aniversário da cidade e até uma partida de futebol” (Pereira, 2017, p. 19). Entretanto, foi apenas em 1966, com o suporte técnico e estrutural da TV Tupi, que a TV Borborema deu início ao desenvolvimento de sua produção jornalística.

A inauguração oficial da TV Borborema ocorreu em 14 de março de 1966, consolidando-a como a primeira emissora de televisão da Paraíba. Desde então, a emissora desempenhou um papel crucial na disseminação de informações e no fortalecimento do telejornalismo no estado, contribuindo de forma significativa para a história da comunicação paraibana.

No começo da TV Borborema, toda a programação da televisão local se resumia a duas horas diárias. Segundo o Diário da Borborema: “a partir das 20h, os receptores recebiam as primeiras imagens locais, começando com a abertura e seguindo com a imagem padrão, apresentando o logotipo da TV. A partir daí a programação era dividida em tempos que variavam entre 10, 15 e 45 minutos. Às 20h15 a emissora começava a transmitir o ‘Cineminha’, com desenhos animados e séries; às 20h30, era a vez do ‘Tele Esportes Borborema’, apresentado por Amaury Capiba; às 20h45, o ‘Musical’, com Arlindo e seu conjunto; às 21h30, Divertimentos em filmes, com apresentação de seriados. A programação era encerrada às 22h”. (CG em Retalhos, 2009²⁶)

A emissora também desempenhou um papel importante como retransmissora de sinais de redes nacionais. Até 1980, retransmitia o sinal da TV Tupi para Campina Grande e região. Com o encerramento das atividades da TV Tupi naquele ano, a TV Borborema passou, por um breve período, a retransmitir o sinal da TV Record. Em 8 de setembro de 1980, tornou-se afiliada da Rede Globo, vínculo que perdurou até 31 de dezembro de 1986, quando a TV

²⁵ Disponível em: <https://memoria.abert.org.br/timeline/tv-borborema/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

²⁶ Disponível em: <https://cgretalhos.blogspot.com/2009/10/tv-borborema.html>. Acesso em: 28 jan. 2025.

Paraíba e a TV Cabo Branco foram inauguradas, em simultâneo, em 01 de janeiro de 1987²⁷ para serem as afiliadas da Rede Globo de Campina Grande e João Pessoa, respectivamente. Após essa transição, a TV Borborema tornou-se afiliada à Rede Manchete, permanecendo nessa posição até 1989²⁸, ano em que passou a integrar o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), ao qual está vinculada até os dias atuais.

Além de sua importância histórica, o telejornalismo paraibano destaca-se por refletir a identidade cultural e social da região. As emissoras locais têm desempenhado um papel fundamental ao dar visibilidade às demandas do público, explorando temas como infraestrutura, segurança pública e cultura regional. Outro aspecto relevante é a evolução para as multiplataformas, com emissoras como a TV Cabo Branco e a TV Arapuan, investindo em redes sociais, aplicativos e transmissões ao vivo. Esse movimento reflete a adaptação das empresas às mudanças nos hábitos de consumo de mídia, alcançando uma audiência que cada vez mais consome notícias em dispositivos móveis. Um exemplo significativo é a série “Obras inacabadas”, da TV Cabo Branco, que demonstra como o telejornalismo paraibano pode combinar investigação jornalística, relevância social e distribuição em plataformas digitais, ampliando seu impacto.

Nesse contexto de modernização, a criação do núcleo de dados ligado à Rede Paraíba de Comunicação, em 2022, representa um marco importante. Atualmente, esse núcleo conta com 10 colaboradores que produzem reportagens baseadas em dados como principal fonte. Segundo Dani Fechini, desde 2024, o núcleo, que também atende à TV Cabo Branco, é responsável por pelo menos uma grande reportagem mensal. Um exemplo notável é a reportagem sobre os impactos climáticos no contexto local da Paraíba²⁹, que utilizou uma base de dados estruturada em séries temporais (1964-2024), acompanhada de visualizações gráficas e interpretações textuais, conforme categorizado por Mancini e Vasconcellos (2016). Essa reportagem foi adaptada para diferentes formatos, sendo exibida na TV Cabo Branco em dois episódios, transmitida na rádio CBN, publicada no portal G1 e compartilhada nas redes sociais, exemplificando o uso eficaz de uma abordagem multiplataforma.

A trajetória do telejornalismo paraibano, desde suas origens até os avanços mais recentes, representados pelo núcleo de dados da Rede Paraíba de Comunicação, ilustra como

²⁷ Conheça a Rede Paraíba de Comunicação. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/tvcabobranco/noticia/2016/08/conheca-rede-paraiba-de-comunicacao.html> Acesso: 28 jan. 2025.

²⁸ TV Borborema. Disponível em: <https://memoria.abert.org.br/timeline/tv-borborema/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

²⁹ Reportagem publicada no G1 Paraíba. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/07/22/impactos-climaticos-paraiba-tem-aumento-de-106percent-na-area-desmatada-e-elevacao-gradativa-da-temperatura.ghtml>. Acesso em: 01 jan. 2025.

a comunicação regional pode se adaptar e inovar. Ao explorar as potencialidades das multiplataformas e ao valorizar a cultura local, o telejornalismo paraibano reafirma seu papel essencial na construção de uma sociedade mais informada, participativa e conectada.

3.4 História e papel da Rede Paraíba de Comunicação no telejornalismo local

No estado da Paraíba, a Rede Paraíba de Comunicação desempenha um papel central na produção de conteúdo jornalístico e na disseminação de notícias, consolidando-se como o maior conglomerado de comunicação do estado. Composto por diversas plataformas, como emissoras de televisão, rádios e portais digitais, o grupo atende às demandas regionais e nacionais, contribuindo para o fortalecimento da mídia local e ampliando o acesso à informação.

A TV Cabo Branco, inaugurada em João Pessoa em 1986, em caráter experimental, pelos irmãos Milton Cabral, ex-governador, e Antônio Bezerra Cabral (Maior, 2017, p.93), foi a primeira emissora de televisão na capital paraibana. Tornou-se afiliada a Rede Globo em 01 de janeiro de 1987, assumindo um papel de destaque na comunicação com uma programação que abrange tanto interesses locais quanto nacionais.

A Rede Paraíba de Comunicação possui hoje duas TVs (Cabo Branco em João Pessoa e TV Paraíba em Campina Grande), o Jornal da Paraíba, fundado em 5 de setembro de 1971. Embora sua versão impressa tenha sido descontinuada em 2016, o jornal permanece ativo no formato digital, mantendo sua relevância no cenário informativo local e outras plataformas importantes incluem a Rádio Cabo Branco, lançada em 1993 na frequência FM 91,5 MHz; os portais G1 Paraíba e Globo Esporte Paraíba, que iniciaram suas versões regionais em 2011; e a Rádio CBN João Pessoa, inaugurada em 1º de fevereiro de 2012, transmitida na frequência FM 101,7 MHz.³⁰

O pioneirismo da Rede Paraíba de Comunicação na implantação do sinal digital de televisão no estado reforça a posição da mesma no cenário midiático regional. A empresa foi a primeira a introduzir essa tecnologia na Paraíba, marcando um momento importante para a evolução da comunicação local. Atualmente, a TV Cabo Branco opera em João Pessoa tanto em sinal analógico (canal 7) quanto digital (canal 7.1).

O processo de implantação da TV digital na Paraíba começou em João Pessoa, onde a

³⁰ Conheça a Rede Paraíba de Comunicação, disponível em: <https://redeglobalo.globo.com/tvcabobranco/noticia/2016/08/conheca-rede-paraiba-de-comunicacao.html>. Acesso: 28 jan 2025.

fase de testes foi iniciada em 2009. Nesse mesmo ano, a TV Cabo Branco se consolidou como a primeira emissora a lançar oficialmente a tecnologia no estado, trazendo maior definição de imagem e som aos telespectadores. Em 2013, foi a vez da TV Paraíba em Campina Grande experimentar a nova tecnologia. O avanço continuou em 2014, com a expansão do sinal digital para as regiões de Itabaiana, Patos, Guarabira, Sousa e Cajazeiras. Já em 2016, o sinal em alta definição chegou à cidade de Catolé do Rocha, consolidando a presença da tecnologia em várias áreas do estado.

A transição para o sinal digital não apenas melhorou a experiência dos telespectadores, mas também ampliou o alcance das emissoras, garantindo que mais paraibanos tivessem acesso a uma programação com alta definição, fortalecendo ainda mais a presença do grupo no estado.

3.4.1 A TV Cabo Branco

Como uma das principais emissoras da Rede Paraíba de Comunicação, a TV Cabo Branco desempenha um papel central no cenário midiático paraibano. Fundada em 1986, a emissora vem se destacando na produção de conteúdo que equilibra as demandas locais e nacionais, reforçando a posição da mesma como referência em jornalismo no estado. Desde sua afiliação à Rede Globo em 1987, a TV Cabo Branco oferece uma programação diversificada que atende aos interesses regionais, enquanto mantém os padrões de excelência exigidos pela emissora nacional da qual é afiliada.

Entre os destaques da programação, estão os telejornais locais, como o Bom Dia Paraíba, JPB1 e JPB2, que se consolidaram como pilares na cobertura de temas de interesse público, abrangendo assuntos como política, economia, segurança e cultura. A emissora tem realizado reportagens investigativas e especiais, como a série "Obras inacabadas", o que demonstra a capacidade da emissora de explorar questões locais sob um viés crítico, mas também de fomentar debates públicos sobre desafios enfrentados pela comunidade.

A emissora também está presente no ambiente digital. O perfil oficial da TV Cabo Branco (Figura 2)³¹, no Instagram, conta com mais de 350 mil seguidores. A emissora realiza postagens diárias com trechos dos telejornais locais, além de conteúdos relacionados aos principais programas da Rede Globo. O perfil tornou-se um importante canal para levar informação e entretenimento de maneira rápida e acessível, ampliando o alcance da TV Cabo

³¹ Instagram TV Cabo Branco. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tvcabobranco/>>. Acesso 07 fev. 2025.

Branco na era digital.

FIGURA 02: Perfil do instagram da TV Cabo Branco



Fonte: Instagram da TV Cabo Branco

A adoção do Instagram como plataforma de disseminação de conteúdo jornalístico não apenas complementa a transmissão televisiva tradicional, mas também permite à emissora explorar novas dinâmicas de engajamento através de conteúdos exclusivos, atualizações em tempo real, fomentando ainda a interação com os seguidores. Nesse contexto, Brito e Serrano (2024, p. 171-172) destacam que “a compreensão da convergência entre o telejornalismo e outras formas de mídia apresentada aponta como a mídia jornalística é capaz de expandir sua influência fora da televisão, ampliando o seu impacto e a sua audiência.” Esse alinhamento entre o telejornalismo tradicional e as plataformas digitais reflete uma tendência global no setor, em que a integração entre meios convencionais e novas mídias se torna fundamental para a manutenção da relevância e do alcance das emissoras.

Atualmente, a emissora possui 4 horas e 35 minutos de programação local exibida de segunda a sexta-feira. Entre os principais programas locais produzidos pela emissora estão Bom Dia Paraíba, JPB1, JPB2 e Globo Esporte PB, conforme ilustrado no quadro a seguir:

QUADRO 03: Programação TV Cabo Branco

Horário	Programa
4h	Hora Um

6h	Bom Dia Paraíba
8h30	Bom Dia Brasil
9h30	Encontro com Patrícia Poeta
10h35	Mais Você
11h45	JPB1
13h	Globo Esporte PB
13h25	Jornal Hoje
14h45	Vale a Pena Ver de Novo
15h25	Sessão da Tarde
17h	Vale a Pena Ver de Novo
18h25	Novela das Seis
19h10	JPB2
19h40	Novela das Sete
20h30	Jornal Nacional
21h20	Novela das Nove
22h25 - 03h59	Programação Variável Seguindo a Globo Nacional

Fonte: *site* Rede Globo.

Além da programação regular apresentada no quadro, a TV Cabo Branco também exibe conteúdos especialmente produzidos para os finais de semana, como o *Paraíba Comunidade*, que aborda temas de interesse público e questões sociais relevantes para o estado. Além disso, a emissora possui programas sazonais, como o *Verão numa Boa*, transmitido às sextas-feiras à tarde durante o verão, trazendo conteúdos voltados para lazer, turismo e qualidade de vida na Paraíba.

A emissora possui uma programação diversificada, que equilibra informação, entretenimento e prestação de serviços, buscando aproximação com seu público, seja por meio das transmissões televisivas tradicionais ou através das plataformas digitais.

Nesse contexto, a série de reportagens “Obras inacabadas”, objeto de análise deste trabalho, demonstra a capacidade do jornalismo para telas local de abordar temas de impacto social e promover reflexões sobre questões estruturais da Paraíba. A série foi exibida inicialmente no JPB2 do dia 17 de julho de 2023, alcançando uma ampla audiência no horário nobre da televisão paraibana. No dia seguinte, 18 de julho de 2023, a reportagem teve sua

reprise no Bom dia Paraíba, ampliando seu alcance ao ser transmitida para um público que consome notícias no início do dia. Além da exibição televisiva, a repercussão da série se ampliou por meio das plataformas digitais da emissora, permitindo que o conteúdo ultrapassasse as barreiras da programação convencional e alcançasse diferentes perfis de espectadores. Essa abordagem evidencia a adaptação do telejornalismo local às novas dinâmicas de consumo da informação.

No próximo capítulo, será apresentada a metodologia utilizada neste estudo, seguida da análise dos quatro episódios da série “Obras Inacabadas” exibidos na TV Cabo Branco. A análise permitirá compreender como o telejornalismo tradicional utilizou dados públicos para disseminar informações sobre a paralisação de obras públicas, promovendo a fiscalização da aplicação de recursos e fomentando o debate sobre transparência governamental.

4 METODOLOGIA E ANÁLISE DA SÉRIE “OBRAS INACABADAS”

A metodologia aplicada neste estudo foi a análise de conteúdo da série de reportagens “Obras inacabadas”, transmitida pela TV Cabo Branco, entre os dias 17 e 20 de julho de 2023, no telejornal noturno da emissora, JPB2. Por se tratar de uma série especial, as reportagens foram reprisadas na manhã seguinte no Bom Dia Paraíba.

A análise de conteúdo, conforme George (apud Bardin, 2016, p. 144), é utilizada como um “instrumento de diagnóstico, de modo a que se possam levar a cabo inferências específicas ou interpretações causais sobre um dado aspecto da orientação comportamental do locutor”.

A produção da série foi conduzida pelo jornalista Laerte Cerqueira com o apoio do repórter cinematográfico Beto Torres. A investigação baseou-se na análise de dados públicos disponibilizados por diferentes órgãos federais, incluindo o Ministério Público Federal, a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União. Esses dados foram fundamentais para embasar a narrativa jornalística e fornecer um panorama aprofundado sobre as obras inacabadas na Paraíba, evidenciando a importância da transparência pública e do uso de dados governamentais no jornalismo para telas investigativo.

Este estudo tem como objetivo analisar como os dados foram coletados, manipulados e apresentados na série de reportagens “Obras inacabadas”, examinando a estrutura narrativa adotada para contextualizar as informações e os desafios enfrentados no processo de checagem e verificação dos dados públicos. Além disso, a pesquisa buscou compreender os preparativos para a produção da série, identificando as estratégias adotadas para integrar as informações de forma acessível ao público. Por fim, procurou-se avaliar os impactos sociais das obras inacabadas, destacando o papel do jornalismo de dados na fiscalização da aplicação de recursos públicos e na promoção da conscientização coletiva sobre transparência e responsabilidade na gestão pública.

A abordagem metodológica adotada neste estudo foi qualitativa e descritiva, fundamentada nas técnicas de análise de conteúdo propostas por Bardin (2016) e Krippendorff (2004). Segundo Bardin (2016, p. 145), a abordagem qualitativa caracteriza-se como “um procedimento mais intuitivo, mas também mais maleável e mais adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses”. Já Krippendorff (2004, p. 17) destaca que “as abordagens qualitativas da análise de conteúdo têm suas raízes na teoria literária, nas ciências sociais e nos estudos críticos, sendo, por vezes, rotuladas como interpretativas”.

No nosso entendimento, a análise de conteúdo permite uma descrição sistemática e

objetiva do material analisado de maneira eficaz, oferecendo subsídios para a inferência de conhecimentos a partir das mensagens veiculadas. Nesse sentido, Bardin (2016, p. 41) a define como “um conjunto de técnicas de pesquisa que possibilita a descrição sistemática e objetiva do conteúdo das mensagens, proporcionando indicadores que permitem a inferência de conhecimentos sobre as condições de produção e recepção dessas mensagens”. Complementarmente, Krippendorff (2004, p. 28) conceitua a análise de conteúdo como “uma técnica de pesquisa para fazer inferências replicáveis e válidas a partir dos dados, considerando seu contexto”.

Além de possibilitar uma compreensão aprofundada dos significados e narrativas construídas nas reportagens, a análise de conteúdo permite identificar padrões estruturais no telejornalismo e os recursos audiovisuais empregados para engajar o público. Nesse sentido, este estudo busca compreender como a série “Obras inacabadas” articula dados públicos, entrevistas e elementos gráficos para evidenciar os impactos sociais das obras inacabadas na Paraíba. A pesquisa adota as etapas da análise de conteúdo propostas por Bardin (2016), que são detalhadas mais adiante.

Na pré-análise, foram selecionadas as reportagens exibidas no JPB2, considerando sua relevância temática e o uso de dados públicos como base da narrativa jornalística. Na exploração do material, foram identificados os principais eixos narrativos, a presença de fontes oficiais e a forma como as informações foram apresentadas ao público. Por fim, no tratamento dos resultados, a análise permitiu inferir de que maneira o jornalismo para telas paraibano utiliza o jornalismo de dados para aprofundar pautas investigativas de interesse público.

Além da exibição televisiva, as reportagens da série “Obras inacabadas” também foram disponibilizadas em plataformas digitais, como o Globo Play e nas redes sociais da TV Cabo Branco. A disponibilização do conteúdo nesses meios complementa a transmissão tradicional, possibilitando que diferentes públicos tenham acesso às informações por meio de formatos variados, que vão além da transmissão ao vivo do telejornal.

Essa abordagem metodológica permite uma interpretação detalhada e sistemática das reportagens, identificando padrões, temas e contextos relevantes na construção das narrativas jornalísticas. A aplicação dessa metodologia buscou garantir a objetividade e a sistematicidade da análise, assegurando resultados válidos e confiáveis. Os episódios específicos da série podem ser conferidos no quadro abaixo:

QUADRO 04: Episódios "Obras inacabadas"

Número do Episódio	Data de Exibição	Tema Abordado	Link para a reportagem
Episódio 01	17 de julho de 2023	Instituições de Ensino	Disponível para visualização
Episódio 02	18 de julho de 2023	Saúde, Esportes e Educação	Disponível para visualização
Episódio 03	19 de julho de 2023	Casas populares, rodoviária e teatro	Disponível para visualização
Episódio 04	20 de julho de 2023	Espaço de produção / comercialização	Disponível para visualização

Fonte: elaboração própria

O quadro acima apresenta a estrutura da série “Obras inacabadas”, destacando a data de exibição, os temas abordados e os respectivos *links* para acesso às reportagens. A diversidade dos temas explorados evidencia a amplitude da investigação jornalística e o compromisso da TV Cabo Branco em trazer à tona problemas estruturais que afetam diretamente a população paraibana. A série não apenas denunciou obras públicas paralisadas, mas também contextualizou os impactos dessas interrupções para as comunidades envolvidas, utilizando dados públicos como base para a apuração e aprofundamento das matérias.

4.1 Coleta e análise de dados

Para Krippendorff (2004), a linguagem de dados atua como uma forma de mediação entre a leitura de textos, a interpretação de imagens e a observação de fenômenos sociais transitórios. No contexto deste estudo, essa perspectiva fundamenta a coleta e a análise estruturada das informações, buscando compreender os critérios de seleção das obras abordadas na série de reportagens.

Dessa forma, o processo de análise envolveu a seleção dos episódios da série, a identificação dos principais eixos narrativos e a avaliação das estratégias discursivas utilizadas na reportagem. Além disso, buscou-se examinar como as reportagens articularam diferentes fontes de informação — como entrevistas com autoridades e a análise de documentos públicos — para embasar as investigações jornalísticas.

Para alcançar esses objetivos, a metodologia adotada combinou análise de conteúdo do material audiovisual, entrevistas semiestruturadas complementares e a triangulação de dados, permitindo um exame detalhado da produção jornalística e de seu impacto social. A seguir, detalharemos cada uma dessas etapas, esclarecendo mais detalhadamente o processo investigativo e os métodos aplicados para a construção desta pesquisa.

O processo de análise foi conduzido a partir do visionamento repetido dos vídeos, permitindo uma compreensão aprofundada da estrutura narrativa, do uso de dados e da abordagem jornalística adotada. Durante essa etapa, foram destacados trechos relevantes que exemplificam o emprego de técnicas investigativas, recursos gráficos e estratégias discursivas utilizadas pela equipe de reportagem.

Para organizar e interpretar os dados extraídos, foi adotado um processo de categorização, conforme proposto por Bardin (2016). A categorização é definida como uma operação de diferenciação e reagrupamento de elementos constitutivos de um conjunto, permitindo a identificação de temas recorrentes e a sistematização dos dados de forma a facilitar a análise e interpretação. Krippendorff (2004) enfatiza que as categorias devem ser mutuamente exclusivas e exaustivas, assegurando que cada unidade de análise seja corretamente classificada. A categorização do conteúdo audiovisual foi organizada em quatro categorias principais, que refletem os principais eixos narrativos da série de reportagens:

- a) Base de dados para identificação das obras: localização, ano de início, investimento e estado atual;
- b) Responsabilidade e justificativas dos gestores: explicações dos gestores públicos sobre o estado das obras;
- c) Impactos sociais das obras inacabadas: consequências diretas para as comunidades locais;
- d) Entrevistas com especialistas e autoridades: opiniões e análises de especialistas em gestão pública e legislação.

A análise de conteúdo foi realizada manualmente. Essa abordagem permitiu um olhar mais interpretativo e flexível, possibilitando uma avaliação detalhada dos aspectos narrativos e técnicos das reportagens, conforme sugerido por Bardin (2016). O processo de análise envolveu as seguintes etapas:

- a) Revisão sistemática dos vídeos para identificar padrões narrativos e o uso de dados públicos;
- b) Anotação de trechos relevantes e categorização conforme os temas emergentes;

- c) Comparação entre os episódios da série para identificar recorrências e variações na abordagem dos temas;
- d) Reflexão crítica sobre o impacto social das reportagens e sua repercussão pública.

Para ampliar a validade dos achados, foi adotada a triangulação de dados, um método que combina diferentes fontes de informação para reforçar a credibilidade da análise. Denzin (2017) destaca que a triangulação em pesquisas qualitativas permite contrastar diferentes perspectivas e evitar vieses interpretativos. Nesse estudo, a triangulação foi realizada a partir da análise dos vídeos, entrevistas com profissionais envolvidos na produção e consulta a base de dados públicos utilizados na série.

A coleta de dados incluiu entrevistas semi-estruturadas com profissionais que participaram da produção das reportagens. De acordo com Triviños (1987, p. 146), esse modelo de entrevista “permite questionamentos baseados em teorias e hipóteses, ao mesmo tempo que concede flexibilidade para aprofundamento dos temas discutidos”. Foram entrevistados: Laerte Cerqueira, repórter responsável pela produção e pesquisa da série; Beto Silva, repórter cinematográfico responsável pelas imagens da série, e Dani Fachine, coordenadora do Núcleo de Dados da Rede Paraíba de Comunicação. As entrevistas completas encontram-se nos Apêndices 01, 02 e 03, garantindo que todas as áreas de interesse da pesquisa fossem abordadas de maneira sistemática, possibilitando uma compreensão aprofundada da estrutura narrativa empregada na série de reportagens, bem como do uso de dados públicos no jornalismo para telas paraibano.

Entretanto, como em qualquer pesquisa qualitativa, algumas limitações devem ser reconhecidas. A análise de conteúdo pode estar sujeita à interpretação dos pesquisadores, o que pode introduzir viés na categorização dos dados. Para minimizar esse risco, foram adotados procedimentos rigorosos de revisão e verificação cruzada dos achados. Outra limitação refere-se à subjetividade das entrevistas, uma vez que as percepções e experiências dos entrevistados podem influenciar a interpretação dos resultados. Por isso a triangulação de dados foi utilizada para reforçar a confiabilidade da análise, combinando diferentes perspectivas e fontes de informação.

4.2 Análise dos Episódios

A análise a seguir tem como objetivo examinar a estrutura narrativa da série de reportagens "Obras inacabadas", dividida em quatro episódios. O intuito foi compreender as estratégias jornalísticas adotadas para tornar o conteúdo acessível e impactante, analisando os recursos narrativos, audiovisuais e o uso de dados públicos na construção das reportagens.

Além disso, buscou-se identificar os desafios enfrentados pela equipe de produção e os critérios adotados na seleção das obras investigadas.

De acordo com Beto Silva (Apêndice 03), além da captação de imagens e entrevistas, a participação do mesmo na produção da série também consistiu na sugestão de obras para investigação no sertão paraibano.

Embora não tenha trabalhado diretamente na extração de dados em plataformas governamentais, sua contribuição esteve focada na identificação de fontes e no repasse de contatos de autoridades e responsáveis pelas obras inacabadas na região. Segundo o mesmo informou em entrevista semiestruturada, a escolha das obras para a série seguiu três critérios principais:

- a) Tempo de paralisação: foram priorizadas obras que estavam inacabadas há mais tempo;
- b) Abrangência e relevância social: obras que impactam um grande número de pessoas ou que possuem importância estratégica para as cidades investigadas, e
- c) Valor investido: projetos que envolveram um alto montante de recursos públicos, aumentando a gravidade do problema.

Para garantir a precisão das informações, foi necessário realizar uma checagem presencial ("*in loco*"), complementada por uma verificação empírica e cruzamento posterior de dados oficiais. No entanto, Beto Silva apontou que a equipe enfrentou diversos desafios ao longo da produção, incluindo dificuldade de acesso às informações governamentais, questões de logística, cumprimento de prazos e a busca por personagens que pudessem contextualizar os impactos do abandono das obras.

Na segunda temporada da série, a participação do Núcleo de Dados tornou-se mais significativa no processo de produção. Conforme relata Dani Fachine, "uma das produtoras da TV, que também integrava o Núcleo, contribuiu com a produção da série", trazendo sua expertise para a checagem e verificação dos dados utilizados na série de reportagens. No entanto, devido à sua participação pontual, "a série não é assinada pelo Núcleo de Dados", esclareceu Fachine.

Durante entrevista semiestruturada, o repórter responsável pela série, Laerte Cerqueira, destacou que a motivação do mesmo para a produção deste material surgiu de uma inquietação pessoal sobre a forma superficial com que a questão das obras inacabadas eram abordadas no noticiário. Segundo ele, a simples divulgação de números e relatórios sobre essas construções não oferecia uma compreensão real do impacto social do problema, deixando de lado as pessoas afetadas e as histórias por trás de cada obra paralisada. Ele explicou que: "O jornal dava o relatório: 'o Tribunal de Contas disse que tem tantas obras

inacabadas’. Só que aí você não tinha noção de onde eram essas obras, quem é que estava sendo prejudicado, o que é que estava acontecendo" (Apêndice 01).

O jornalista revelou que, para validar as informações contidas nos relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU), foi necessário um trabalho de checagem cruzada, que incluiu: contato com repórteres locais para verificar a veracidade dos dados sobre obras inacabadas na região; buscas *online* por registros, reportagens anteriores e documentos que pudessem complementar as informações disponíveis e entrevistas presenciais com moradores e autoridades para compreender a realidade de cada caso.

Um dos desafios mais significativos relatados pelo repórter foi a humanização da narrativa. Laerte destacou que era essencial encontrar personagens que não apenas ilustrassem os impactos das obras inacabadas, mas que também dessem voz às dificuldades enfrentadas pelas comunidades. Para isso, foi necessário um trabalho minucioso na busca por entrevistados que se encaixassem em momentos estratégicos da reportagem, enriquecendo a narrativa com depoimentos que demonstrassem o impacto social da paralisação das obras.

Diante dessa percepção, Laerte já havia produzido uma série sobre o tema em 2015 e, em 2023, retomou a proposta que se tornou objeto deste estudo, com um olhar mais aprofundado, incorporando uma análise detalhada das consequências sociais das obras inacabadas e utilizando dados públicos como base para a reportagem. A seguir, é apresentada a análise detalhada de cada episódio da série, observando as estratégias narrativas, a abordagem investigativa e o impacto do conteúdo na audiência.

4.2.1 Análise do primeiro episódio da série “Obras inacabadas”

O primeiro episódio da série “Obras inacabadas” foi ao ar no dia 17 de julho de 2023 como a última matéria do noticiário JPB2 da TV Cabo Branco. A reportagem teve início com a apresentadora Larissa Pereira introduzindo a série, que investigou obras paralisadas nas regiões do Brejo, Sertão e Cariri paraibano. A apresentadora destacou que o episódio inicial focava em obras do setor da educação que permaneciam inacabadas há pelo menos uma década.

Após essa introdução, foi exibida uma vinheta³² de aproximadamente quatro segundos, seguida pela apresentação do mapa da Paraíba, onde foi destacada a localização do município de Araçagi, onde se encontrava a primeira obra inacabada investigada. Essa

³² Recurso visual de pouca duração usado para identificar e gerar identidade visual para conteúdos audiovisuais, tais como: programas de entretenimento ou jornalísticos, reportagens especiais, quadros dentro de telejornais e etc.

estratégia visual situou geograficamente o problema, permitindo ao telespectador compreender a distribuição dos casos investigados e o impacto regional das obras paralisadas.

FIGURA 03: Araçagi no mapa da Paraíba



Fonte: Série de Reportagens “Obras inacabadas”, JPB2, Globo Play.

Em seguida, a reportagem trouxe cenas que mostravam o abandono e o descaso da obra. O silêncio inicial foi interrompido pela voz da primeira entrevistada, Fabiana Vieira, que expressou sua tristeza diante da situação. Após esse primeiro depoimento, a matéria seguiu com imagens da estrutura abandonada, captadas tanto em solo quanto por drone, revelando o estado interno da construção, marcado pelo acúmulo de lixo e deterioração.

A partir desse ponto, o repórter Laerte Cerqueira apareceu pela primeira vez dentro da obra, iniciando sua passagem, que é o momento em que o repórter aparece diante do vídeo, falando em direção à câmera. Um dos recursos visuais utilizados pela reportagem durante essa sequência consistiu na sobreposição de dados em destaque na tela, ocupando quase todo o enquadramento. Essa estratégia reforçou a dimensão do problema e facilitou a assimilação das informações pelo telespectador. Em Araçagi, a primeira informação enfatizada nesse formato referiu-se à capacidade da creche, que, caso estivesse em funcionamento conforme previsto há dez anos, poderia atender 150 crianças, conforme ilustrado abaixo.

FIGURA 04: Número de crianças prejudicadas



Fonte: Série de reportagens “Obras inacabadas”, JPB2, Globo Play.

Após a passagem do repórter no interior da creche, foram inseridas imagens de crianças retornando da escola, servindo como elemento de transição. Em seguida, Laerte Cerqueira apresentou informações adicionais sobre a obra, como a data de início e o valor investido. Essa explicação foi realizada em *off*, recurso amplamente utilizado no telejornalismo, no qual o repórter narra a informação enquanto imagens são exibidas na tela. Nesse momento, os dados continuavam sendo realçados graficamente, reforçando a mensagem visualmente.

FIGURA 05: Ano inicial da obra de Araçagi



Fonte: Série de reportagens “Obras inacabadas”, JPB2, Globo Play.

FIGURA 06: Valor investido na obra de Araçagi



Fonte: Série de reportagem “Obras inacabadas”, JPB2, Globo Play.

O repórter, então, introduziu um dos aspectos mais críticos da história: apesar de faltar apenas 5% para a conclusão da obra, foram identificados erros na execução do projeto e irregularidades na aplicação dos recursos. Essa informação levou à introdução do segundo entrevistado de Araçagi, Neto Pessoa, que prestou seu depoimento em frente à estrutura abandonada, relatando o saqueamento da obra após seu abandono.

Após esse depoimento, a reportagem retornou ao *off*, momento em que o repórter informou que havia uma ação judicial em andamento visando a recuperação dos recursos investidos e a responsabilização do gestor da época por improbidade administrativa. No entanto, a gestão municipal atual considerou a estrutura perdida.

Enquanto essa informação era transmitida, foram exibidas novas imagens da obra, reforçando o estado de abandono. O episódio encerrou sua abordagem sobre Araçagi após 3 minutos e 10 segundos, quando foi feita a transição para a próxima cidade, dando continuidade à investigação sobre as obras inacabadas na Paraíba.

Na tela, o mapa do estado da Paraíba surgiu novamente, desta vez destacando a cidade de Guarabira. Apesar da mudança de cidade, a reportagem manteve o foco em obras inacabadas no setor educacional, reforçando a gravidade do problema e sua abrangência regional.

FIGURA 07: Guarabira no mapa da Paraíba



Fonte: Série de reportagem “Obras inacabadas”, JPB2, Globo Play.

A sequência iniciou-se com imagens captadas nas ruas e do alto, por drone, evidenciando a estrutura inacabada da obra em Guarabira. Em seguida, a cena foi cortada para uma passagem do repórter Laerte Cerqueira dentro da construção, explorando seus detalhes. Assim como na primeira obra analisada, a reportagem empregou o recurso gráfico para destacar informações essenciais em alto relevo na tela. O primeiro dado evidenciado referiu-se à quantidade de crianças que seriam beneficiadas caso a obra estivesse concluída. No entanto, diferentemente da abordagem anterior, desta vez o número apareceu dividido na tela ao lado do repórter, enquanto ele conduzia sua passagem, conforme ilustrado a seguir.

FIGURA 08: Número de crianças prejudicadas em Guarabira



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Além disso, o mesmo recurso visual foi utilizado para apresentar o valor investido na obra. Entretanto, como essa informação foi inserida durante uma passagem do repórter, o valor apareceu em movimento, projetado sobre uma das paredes da estrutura inacabada, enquanto Laerte Cerqueira percorria os escombros.

FIGURA 09: Valor investido na obra de Guarabira



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

A narrativa avançou com novas imagens internas e aéreas da obra, seguidas da introdução do terceiro personagem da reportagem, Maria Aparecida. Sua fala inicial, expressando indignação com o abandono da creche, foi inserida em *off*, enquanto imagens da construção foram exibidas. A cena, então, cortou para a própria entrevistada, que finalizou seu depoimento. Em seguida, a reportagem retornou ao *off*, dessa vez com o repórter Laerte Cerqueira narrando novas informações enquanto mais imagens da estrutura deteriorada eram exibidas.

A reportagem prosseguiu com o depoimento de uma nova personagem, Maria José Pereira, que aguardava a conclusão da creche para poder matricular suas netas. Na sequência, novas imagens da obra inacabada foram apresentadas, até que um novo entrevistado surgiu em cena. Caminhando em direção à creche ao lado do repórter, Wellington da Silva compartilhou sua expectativa de matricular seus filhos gêmeos na unidade escolar quando – e se – fosse concluída. Encerrando a abordagem sobre Guarabira, a narrativa retomou sua estrutura visual característica. Aos cinco minutos e 36 segundos, o mapa da Paraíba reapareceu na tela, indicando a transição para uma nova cidade, onde era investigado mais um caso de obra educacional inacabada.

Após a transição visual para Catingueira, a reportagem iniciou-se com imagens da cidade, situando o telespectador no novo cenário investigado.

FIGURA 10: Catingueira no mapa da Paraíba



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

O repórter Laerte Cerqueira conduziu a primeira entrevista no município com Amanda Lustosa, secretária de Educação, que abordou a quantidade de vagas disponíveis no ensino infantil local. Em seguida, a professora Alessandra Souto foi entrevistada, com sua fala intercalada por imagens dela em atividade e de crianças na escola, reforçando visualmente as informações apresentadas pelos profissionais da educação.

Para corroborar a relevância da oferta educacional na cidade, foram ouvidos também dois pais. O primeiro depoimento foi de uma mulher cujo nome não foi creditado na reportagem. O segundo entrevistado, Alexandre Claudino, teve sua fala introduzida em *off*, enquanto imagens o mostravam de mãos dadas com sua filha, possivelmente a caminho da escola. Posteriormente, ele apareceu em entrevista relatando como a existência da unidade escolar proporcionou tranquilidade para que pudesse trabalhar, sabendo que sua filha estava em um ambiente seguro e adequado para o aprendizado. Em seguida, Sumara Clemente, mãe de duas crianças matriculadas na escola, também compartilhou sua percepção sobre a importância da educação infantil na cidade.

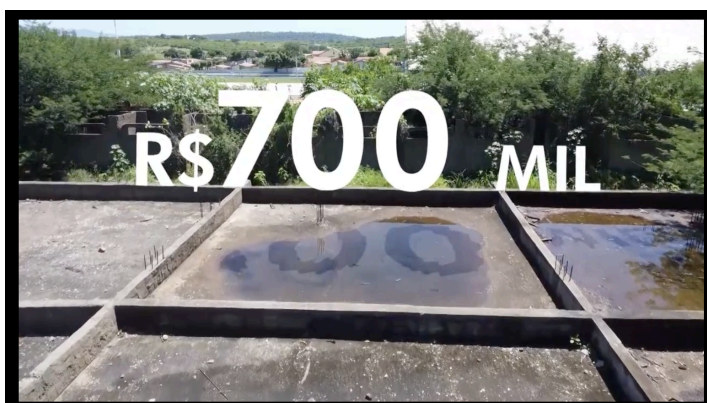
Essa introdução, centrada na estrutura educacional existente, reforçou o impacto positivo das creches e escolas em funcionamento. No entanto, a reportagem logo mudou de tom ao revelar mais uma obra inacabada, ainda em Catingueira. Tratava-se de um complexo escolar cuja construção foi interrompida há 15 anos. Diferentemente dos casos anteriores, a equipe de reportagem não teve acesso ao interior da estrutura, mas, mesmo à distância, foi possível visualizar as ruínas do empreendimento. Mantendo o padrão narrativo adotado ao longo do episódio, a reportagem utilizou o recurso gráfico de exibição de dados em alto relevo para destacar, ao lado das ruínas, o ano de início da construção e o valor investido.

FIGURA 11: Ano de construção da obra em Catingueira



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

FIGURA 12: Valor utilizado na construção da obra em Catingueira



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

A obra, que foi apenas 30% realizada, tornou-se um marco do descaso com a educação pública. Para aprofundar a contextualização, foi inserida na reportagem trechos de outra matéria feita pela TV Cabo Branco, em 2015, na qual o próprio Laerte Cerqueira visitou o espaço— à época, ainda era possível ter acesso à estrutura. Na sequência, um *off* conduzido pelo repórter informou que o ex-prefeito do município respondia na justiça pelo abandono da obra. A atual gestão, por sua vez, declarou que só iria retomar os trabalhos após a liberação de recursos federais e a autorização da justiça. Enquanto a locução ocorria, imagens captadas na reportagem de 2015 eram exibidas, reforçando o contraste entre a expectativa de finalização da obra e a atual realidade de abandono.

Aos oito minutos e 18 segundos, a narrativa sinalizou mais uma transição geográfica: a equipe de reportagem pegou a estrada novamente, dirigindo-se à última localidade investigada no primeiro episódio da série: Condado.

FIGURA 13: Condado no mapa da Paraíba



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Em Condado, a reportagem iniciou-se com uma passagem do repórter Laerte Cerqueira do lado de fora da obra, contextualizando a situação da creche inacabada. Sua voz, em *off*, acompanhava imagens aéreas que revelavam a estrutura abandonada, cercada pelo mato e em evidente estado de deterioração. Em um detalhe irônico, a creche estava localizada no Conjunto da Creche, nome que ganhou destaque na tela com um recurso gráfico em alto relevo, reforçando o contraste entre a nomenclatura e o estado de abandono da obra.

FIGURA 14: Conjunto da Creche



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Enquanto as imagens da creche abandonada eram exibidas, o telespectador ouvia a voz de Francisco Arnaldo, primeiro personagem entrevistado, que relatava sua perspectiva sobre o descaso com a obra. Sua visão, no entanto, era diferente dos depoimentos anteriores, pois ele trabalhou por três anos e seis meses na construção da creche. Em seguida, a reportagem retornou ao repórter, que caminhou pela estrutura, mostrando o comprometimento da edificação. O pátio, completamente tomado pelo mato, e a ausência de telhas – levadas por

moradores – chamavam a atenção para a degradação do espaço. Diferente das reportagens anteriores, neste trecho não havia a exibição de dados sobre o ano de início da obra ou os valores investidos, o que indicava que a equipe não encontrou tais informações nos registros públicos. No entanto, Laerte Cerqueira mencionou que, considerando empreendimentos semelhantes, a construção provavelmente custou mais de R\$1 milhão de reais.

Após mais algumas imagens da estrutura abandonada, foi introduzida a fala de Maria Helena, que destacou como a falta de creches impactava diretamente as mães da cidade, impedindo que muitas delas pudessem trabalhar. Para ilustrar essa realidade, a equipe visitou a casa de Maria Conceição, que dependia da mãe para cuidar da filha Duda, o que permitia que ela conseguisse trabalhar. Nesse momento, um dado alarmante foi revelado: essa seria a primeira creche da cidade de Condado. A narrativa, então, reforçou a importância dessa obra para a comunidade e sua ausência como um obstáculo ao desenvolvimento social do município.

Para aprofundar a discussão, a reportagem se deslocou para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde o repórter entrevistou a professora Glenda Dantas, especialista em Gestão Pública. Durante sua análise, a professora destacou os impactos negativos da ausência de uma creche pública, tanto para as famílias quanto para a economia local. Foram intercaladas imagens da sua fala e cenas da rotina das famílias em Condado, enfatizando o argumento sobre a importância da infraestrutura educacional para a população.

Em seguida, o cenário mudou novamente e a equipe chegou ao Ministério Público Federal (MPF), onde entrevistou o procurador Tiago Misael. Ele explicou que havia uma investigação em andamento sobre um conjunto de creches que não foram executadas, apesar de terem sido financiadas com recursos do programa Pró-Infância, do Governo Federal. Esse depoimento inseriu um elemento de responsabilidade legal na narrativa da reportagem, apontando que a inexecução das obras poderia configurar irregularidades na aplicação de verbas públicas.

A última entrevistada do episódio, Geralda Inês, reforçou a indignação da população ao afirmar que a creche nunca foi utilizada. Enquanto sua fala era transmitida, as imagens finais da reportagem eram usadas para evidenciar o estado de abandono da estrutura, consolidando a denúncia apresentada ao longo do episódio. A reportagem encerrou-se com uma fala impactante de Sumara Clemente, que sintetizou a luta das mães em todas as cidades visitadas pela reportagem: "É direito nosso como mãe, e deles também."

De volta ao estúdio, a apresentadora Larissa Pereira apresentou as respostas das prefeituras envolvidas nesse primeiro episódio, proporcionando espaço para possíveis

esclarecimentos e posicionamentos oficiais sobre as denúncias apresentadas.

A investigação conduzida por Laerte Cerqueira na série "Obras inacabadas" teve como ponto de partida dados disponibilizados em relatórios públicos e informações fornecidas por repórteres da região. Segundo ele, "as creches que estavam nesse relatório do Tribunal de Contas do Estado, da União, também estavam no relatório do Ministério Público Federal, porque muitas dessas creches estavam, de fato, paralisadas há muito tempo." (Apêndice 01).

Esse cruzamento de dados foi essencial para confirmar a veracidade das informações e identificar quais obras apresentavam um histórico de abandono prolongado. Um exemplo disso foi a creche de Araçagi, que apareceu neste episódio através de um trecho recuperado da reportagem realizada em 2015. Sobre isso, Laerte Cerqueira ressaltou: "Das cinco obras que eu apresentei, umas três eu já tinha ido. Na verdade, eu fui justamente para fazer essa cobrança. Só que eu fui no momento, inclusive, em que o governo federal estava anunciando a retomada de obras inacabadas, inclusive o MEC, que foi no primeiro ano do governo Lula" (Apêndice 01). Dessa forma, foi possível perceber que a série não apenas documentou os problemas das obras inacabadas, mas também cumpriu um papel de cobrança e fiscalização, acompanhando o impacto das políticas públicas ao longo do tempo.

No primeiro episódio, foram apresentadas quatro obras públicas abandonadas em diferentes municípios da Paraíba. Para facilitar a compreensão e sistematização das informações levantadas na reportagem, foi elaborado o quadro abaixo para sintetizar os principais aspectos de cada caso.

QUADRO 05: Episódio 01 - "Obras inacabadas"

CIDADE	OBRA	ANO DE INÍCIO	INVESTIMENTO	ESTADO DA OBRA	JUSTIFICATIVA	ENTREVISTADOS
Araçagi	Creche	2011	+1,5 milhão	95% pronta, mas foi perdida	O prefeito anterior deixou 95% pronta.	Moradores da região
Guarabira	Creche	-	+1 milhão	Só com as paredes	-	Moradores da região
Catingueira	Complexo Escolar	2009	700 mil	30% concluído, mas foi abandonada	Negação de recursos do ministério da educação.	Professora, famílias da região e secretária da educação.
Condado	Creche	-	+1 milhão	não informado	-	Moradores da Região.

Fonte: Criação própria

O quadro apresenta dados fundamentais sobre cada obra analisada, incluindo a cidade, o tipo de construção, o ano de início da obra, o montante investido, o estágio de paralisação, as justificativas dos órgãos responsáveis e as falas dos entrevistados. É importante ressaltar que algumas das obras não possuem todos os dados preenchidos, devido à indisponibilidade de informações por parte das autoridades ou à ausência de registros acessíveis ao público.

Por meio dessa sistematização, é possível observar com maior clareza o impacto do abandono dessas construções para a população local, especialmente para as crianças que foram privadas do acesso a espaços adequados para educação e desenvolvimento e como isso foi apresentado na reportagem. A análise dessas informações contribui para a reflexão sobre a gestão dos recursos públicos e a responsabilidade das autoridades na execução e fiscalização das obras financiadas com dinheiro público.

Para categorizar a construção narrativa do primeiro episódio da série "Obras inacabadas", foi realizada uma sistematização dos personagens envolvidos, conforme apresentado no quadro abaixo. A seleção e a disposição dos personagens na reportagem desempenhou um papel fundamental na forma como a história foi estruturada e na maneira como a informação foi transmitida ao público.

O quadro a seguir classifica os personagens segundo seu papel na narrativa, considerando categorias como tipo do personagem, cidade que ele representa e a fala do personagem. Essa categorização possibilita uma análise mais detalhada sobre as perspectivas apresentadas na reportagem, o equilíbrio entre as diferentes vozes e o impacto emocional causado pela seleção dos depoimentos.

QUADRO 06: Personagens presentes no primeiro episódio

Tempo que aparece	Nome do Personagem	Tipo do Personagem	Cidade que o Personagem representa	Fala do personagem
1:00	Fabiana Vieira	Morador	Araçagi	A gente fica triste, né, porque a cidade precisa, tem muitas crianças aí a creche que tem aqui é muito pequena para muita criança e se essa creche estivesse funcionando as crianças estavam ganhando. Virou um depósito, pessoal vem aí, ficou um mato desse aí que vocês estão vendo e ficou assim, abandonado.
2:23 e novamen	Neto Pessoa	Morador	Araçagi	Por ter muitos materiais bons aí, como vidros, madeiras, portas, vasos sanitários,

te em 2:49				<p>as pessoas acabaram saqueando. (...)</p> <p>As pessoas vendo isso aqui parado, não inaugurava, não inaugurava, o pessoal começou a vim aqui durante a noite e até hoje em dia tem saque aí ainda. É muito triste saber que crianças que hoje são adolescentes não aproveitaram essa estrutura.</p>
3:51	Maria Aparecida	Morador	Guarabira	<p>Eu estava grávida, até hoje, a menina vai fazer 7 anos e essa creche não sai, ela vai casar e essa creche não sai.</p> <p>É o sonho, né, de uma mãe, bem pertinho de casa a creche, a gente quer trabalhar, quer trabalhar não, a gente trabalha, né, aí tem que pagar a uma pessoa pra tomar conta das crianças da gente</p>
4:27	Maria José Pereira	Morador	Guarabira	<p>Eu estou esperando para colocar meus meninos na creche e essa obra não termina, hoje eu tomo conta dos netos, porque as mães trabalham e essa creche aqui é mais perto de casa porque eu moro nessa rua e minha casa fica em frente a creche, tenho cinco netos.</p>
4:57	Wellington da Silva	Morador	Guarabira	<p>Pra mim, como pai de família, como minha esposa e como muitas famílias que moram aqui precisamos deixar nossas crianças com alguém responsável porque não temos condições de pagar, tirar do salário mínimo para pagar uma pessoa, tem gente que não tem condição, então ficamos correndo risco com a criança sozinha em casa, correndo risco de acontecer algo pior e a creche aqui seria a solução, pras crianças brincar, se divertir.</p>
05:47	Amanda Lustosa	Secretária de Educação	Catingueira	<p>A gente tem feito buscas ativas em toda comunidade de zona urbana e zona rural para que os pais venham matricular os alunos que a gente espaço, hoje contamos com a creche que tem matriculado 100 alunos e a pré escola fica aqui nesse complexo educacional onde contamos com 120 alunos na pré escola, alunos de 4 e 5 anos.</p>
6:15	Alessandra Souto	Professora	Catingueira	<p>É a coordenação motora, é o ato de</p>

				pintar, cortar, pegar, pintar, amassar, é isso que ela precisa no começo da sua escolaridade. É tudo um processo, lá na frente que ela vai realmente aprender as letrinhas, a escrever, a falar porque já teve todo um processo de base. Quanto mais novo a criança chega na escola, mas ele tem esse processo de adaptação, de se socializar, de aprendizado, é tudo um conjunto.
6:44	personagem sem nome creditado	mãe de aluno	Catingueira	Aprende a dividir, a compartilhar com as outras crianças, é um desenvolvimento muito bom.
6:50	Alexandre Claudino	pai de aluno	Catingueira	Trabalhar com a cabeça tranquila, sabendo que minha filha está protegida na escola.
6:55 e novamen te aos 12:17	Sumara Clemente	mãe de alunos	Catingueira	Vão ficar tranquilos lá e eu sei que vão ficar seguros lá, entendeu, e também estão interagindo com outras crianças, está aprendendo, está desenvolvendo, porque é diferente desenvolver em casa e desenvolver na escola.
8:54	Francisco Arnaldo	morador	Condado	É uma tristeza, né, é dinheiro jogado fora, já era pra ter terminado, começaram e não findaram. O material levaram, as telhas que tinham, madeira. Eu trabalhei nessa obra aí, os três anos e seis meses, mais ou menos, batalhou, batalhou e nada da obra terminar, só faltava os últimos detalhes, colocar porta, o portão tinha, levaram, mas as telhas estavam completas, já estava terminando o piso de granito aí.
10:23	Maria Helena	morador	Condado	Tristeza, né, porque tem muitas mães de crianças que não podem trabalhar e as crianças não tem para onde ir, pagar uma pessoa pra cuidar e quem não tem, leva as crianças ou não trabalham.
10:44	Maria Conceição	morador	Condado	Eu não ia trabalhar, porque eu não teria com quem deixar, tem muita mãe que reclama porque não tem creche aqui e nas outras cidades todas tem. Tem que pagar se não for da família, tem que pagar porque ninguém quer ficar de graça.

10:57	Glenda Dantas	professora de Gestão Pública na UFPB	não se aplica	A criança que, nesse horizonte temporal de três anos iria ser atendida naquela creche não vai mais ser atendida, então além do prejuízo direto para aquela criança, além do prejuízo indireto para os pais, a mãe vai deixar de trabalhar, ou vai reduzir sua jornada de trabalho ou vai comprometer uma parte da sua renda porque vai precisar deixar seu filho com alguém.
11:26	Tiago Misael	procurador	não se aplica	A creche em condado é uma investigação que existe aqui nesta procuradoria e ela se insere dentro de um conjunto maior de investigações sobre não execução de creches dupla infância, ela é uma creche daquele programa federal Dupla infância, tem um conjunto enorme de cidades que têm creches não executadas e todas essas creches estão sendo investigadas dentro de um mesmo procedimento aqui na Procuradoria de Patos e Condado é uma delas. Sempre aquele que causa dano ao patrimônio público vai ter que ser responsabilizado, seja no âmbito criminal ou no âmbito do enriquecimento ilícito da improbidade administrativa.
12:07	Geralda Inês	morador	Condado	A gente sente muita tristeza, né, porque se fizesse muita coisa as crianças viveriam lá brincando e as mães estariam trabalhando tranquilo, aquela creche nunca foi usada.

Fonte: Criação própria

A análise das falas dos entrevistados no primeiro episódio da série "Obras inacabadas" revela o impacto multifacetado das obras públicas inacabadas na vida dos moradores das cidades afetadas. Os depoimentos de personagens como Fabiana Vieira, Maria Aparecida, Maria José Pereira e Wellington da Silva evidenciam a frustração coletiva diante da paralisação de creches, essenciais para o desenvolvimento infantil e o suporte às famílias trabalhadoras. Essas falas humanizam os dados abstratos de relatórios oficiais, contextualizando a privação de um direito básico – a educação – e as implicações econômicas e sociais dessa carência. A presença de diferentes personagens, desde moradores afetados até especialistas como a professora Glenda Dantas e o procurador Tiago Misael, permite uma construção narrativa robusta. Enquanto os moradores trazem à tona a dimensão emocional e

cotidiana dos impactos – como a dificuldade de equilibrar trabalho e cuidados infantis –, os especialistas fornecem uma moldura técnica e institucional. A professora destaca o prejuízo acumulado no desenvolvimento infantil e nas finanças familiares, enquanto o procurador contextualiza o problema num cenário mais amplo de falhas na execução de programas federais, apontando para a necessidade de responsabilização dos gestores públicos.

Esse processo de análise de conteúdo pode ser compreendido a partir da perspectiva de Bardin (2016), que destaca a categorização como uma das principais etapas na organização e interpretação dos dados textuais. No caso desta análise, a identificação de dois grupos principais de personagens – aqueles que geram empatia (os moradores afetados) e aqueles que conferem credibilidade (especialistas e autoridades) – permite estruturar a narrativa jornalística de forma a equilibrar emoção e objetividade. A categorização das falas possibilita evidenciar os principais eixos temáticos da reportagem e identificar padrões discursivos que reforçam a denúncia do problema das creches inacabadas. Além disso, a abordagem utilizada nesta análise dialoga com Krippendorff (2004), para quem a análise de conteúdo deve buscar não apenas a descrição dos discursos, mas também a interpretação dos seus sentidos dentro de um contexto sociocultural mais amplo. Nesse sentido, a narrativa jornalística da série “Obras inacabadas” articula dados concretos e relatos pessoais para ampliar o engajamento do público e reforçar a denúncia do problema. O abandono das creches, por exemplo, não é apenas uma questão de infraestrutura, mas afeta diretamente o acesso à educação infantil, a inserção das mães no mercado de trabalho e a economia das famílias de baixa renda.

A comparação entre os depoimentos de moradores de cidades onde as creches permanecem inacabadas e aqueles de Catingueira, onde as creches estão operacionais, ressalta a importância dessas estruturas para o equilíbrio socioeconômico local. Em Catingueira, as falas destacam o impacto positivo das creches no desenvolvimento infantil e na tranquilidade dos pais trabalhadores, em nítido contraste com o desamparo relatado nas outras cidades. Dessa forma, a estratégia narrativa de incluir múltiplos pontos de vista não apenas enriquece a reportagem, mas também amplia seu potencial de sensibilização e engajamento do público. A categorização das falas permite estruturar a análise jornalística de maneira sistemática, reforçando o caráter investigativo da série e sua capacidade de mobilização social. Como destacado por Bardin (2016), a organização dos discursos em unidades temáticas permite identificar padrões que podem passar despercebidos numa abordagem puramente descritiva. Já em consonância com Krippendorff (2004), essa análise não se limita à classificação das falas, mas busca compreender as implicações dessas narrativas no debate público e na responsabilização do poder público. Por isso, essa estratégia narrativa permite que a série

"Obras inacabadas" articularia emoção e informação, equilibrando a dimensão subjetiva da experiência dos moradores com a dimensão objetiva das investigações e dos dados públicos. Essa abordagem reforça o caráter investigativo da reportagem e amplia sua capacidade de sensibilização e mobilização social.

4.2.2 Análise do segundo episódio da série "Obras inacabadas"

O segundo episódio da série "Obras inacabadas" iniciou-se com a apresentadora Larissa Pereira contextualizando as cidades e as obras que seriam abordadas. Em seguida, foi exibida a vinheta da série, acompanhada do mapa da Paraíba, destacando em vermelho a cidade de Patos, onde ocorreram as primeiras investigações.

FIGURA 15: Patos no mapa da Paraíba



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

A reportagem começou com cenas de um jovem atleta, Yago, correndo em uma estrada de barro cercada por mato. Enquanto as imagens eram exibidas, um *off* do repórter Laerte Cerqueira apresentava a Vila Olímpica de Patos, um projeto abandonado que impactava diretamente a vida de atletas locais. Na sequência, Yago foi entrevistado e relatou que aguardava a conclusão da obra há dez anos, o que prejudicava seus treinos, pois não dispunha de uma pista adequada para suas atividades. As imagens da obra abandonada foram destacadas enquanto o repórter dizia que o projeto era uma parceria entre o governo federal e a prefeitura de Patos, mas que os materiais de construção sequer chegaram ao local. O investimento inicial de R\$2,9 milhões apareceu na tela em letras grandes, reforçando a dimensão do descaso. Andando pela obra, Laerte Cerqueira demonstrou que pouco foi construído, apontando estruturas incompletas, como a cobertura de uma quadra poliesportiva e o espaço destinado aos vestiários.

FIGURA 16: Investimento Vila Olímpica de Patos



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Na sequência, foram exibidas imagens aéreas feitas por drone, enquanto um *off* introduz um novo personagem: o professor de Educação Física Amberg Leitão, que reforçou a importância da Vila Olímpica para a comunidade. A reportagem retornou à entrevista com Yago, que mencionou a necessidade de viajar até João Pessoa para realizar treinamentos e avaliações periódicas, uma realidade desafiadora devido à ausência de infraestrutura em sua cidade. Em seguida, o pai do atleta, Edson Leite, apareceu em uma passagem explicando que outros atletas também o procuraram para treinar, mas a falta de estrutura impossibilitou o avanço do esporte no município.

Após novas imagens aéreas da obra inacabada, foi exibida a entrevista com o secretário de Administração de Patos, Francivaldo Dias, que afirmou que a construção seria retomada. Enquanto ele falava, nas imagens da obra abandonada era possível ver o contraste entre o discurso e a realidade. Em um *off*, Laerte Cerqueira explicou que os valores recebidos inicialmente já não eram suficientes para concluir a obra devido à inflação e ao aumento do custo dos materiais. A prefeitura, então, recorreu ao governo estadual para obter verbas complementares. Novamente, a reportagem retornou à entrevista com Francivaldo Dias, que informou que eram necessários aproximadamente R\$3 milhões para a conclusão da Vila Olímpica, sendo R\$1,6 milhão do governo federal e R\$1,3 milhão do governo do estado. Esses números apareceram na tela em alto relevo, destacando a magnitude do investimento.

FIGURA 17: Novo investimento do governo federal na Vila Olímpica de Patos



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

FIGURA 18: Novo investimento do governo estadual na Vila Olímpica de Patos



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

A equipe de reportagem se deslocou para outro projeto inacabado em Patos: o Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), espaço que deveria beneficiar a comunidade com esporte e lazer, mas encontrava-se coberto por mato e reduzido a vigas de alumínio expostas às intempéries. Um *off* de Laerte Cerqueira contextualiza a obra: o projeto foi concebido para oferecer estrutura para 13 modalidades olímpicas, com o objetivo de incentivar a prática esportiva em áreas de vulnerabilidade social. No entanto, dez anos depois, nada foi entregue à população.

A moradora Mikaelly Soares deu seu depoimento, explicando que a construção inacabada afetou a drenagem da região, causando alagamentos nas casas vizinhas sempre que chovia. Enquanto isso, imagens do bairro e da obra abandonada foram usadas para reforçar a precariedade da situação. Por não cumprir os prazos estipulados, a prefeitura de Patos perdeu o convênio com o governo federal, o que resultou na devolução dos recursos. Em um novo trecho de entrevista, Francivaldo Dias explicou que, para concluir o CIE, eram necessários

R\$3 milhões de reais, valor que seria custeado pelo governo do estado e que foi ressaltado em alto relevo na tela. Além disso, havia um risco iminente de que a atual gestão fosse obrigada a devolver ao governo federal o montante já gasto na obra, cerca de R\$800 mil.

FIGURA 19: Investimento necessário para conclusão da obra do CIE



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Com 6 minutos e 27 segundos de reportagem, a equipe deixou Patos e seguiu para Marizópolis, onde duas novas obras inacabadas seriam investigadas. A transição foi marcada visualmente pelo mapa da Paraíba, que apareceu na tela destacando a localização do município.

FIGURA 20: Cidade de Marizópolis no mapa da Paraíba



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Ao chegar em Marizópolis, foram exibidas diversas placas de obras em andamento no município, sugerindo investimentos na infraestrutura local. No entanto, rapidamente foi mostrada a realidade do abandono da Policlínica Municipal, uma construção inacabada que se encontrava coberta pelo mato e em visível estado de deterioração. A cena se deslocou para

Laerte Cerqueira, que surgiu saindo de dentro da estrutura, apontando os problemas visíveis da obra. O repórter destacou paredes em ruínas, ausência de acabamentos e a degradação estrutural, enquanto imagens mostravam o interior da edificação.

Em seguida, a narrativa incorporou depoimentos de moradores, que denunciaram a situação e suas consequências para a comunidade. O primeiro entrevistado, Francisco José, expressou sua indignação, enquanto imagens aéreas da obra foram usadas para reforçar visualmente o abandono. A reportagem então apresentou um dado crucial: a obra foi iniciada em 2015 e teve um investimento de mais de R\$650 mil reais, mostrado na tela por um recurso gráfico em alto relevo. No entanto, conforme relatado por Laerte Cerqueira em *off*, a construção foi interrompida devido a erros no projeto.

FIGURA 21: Ano de início da obra em Marizópolis



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

FIGURA 22: Investimento da obra em Marizópolis



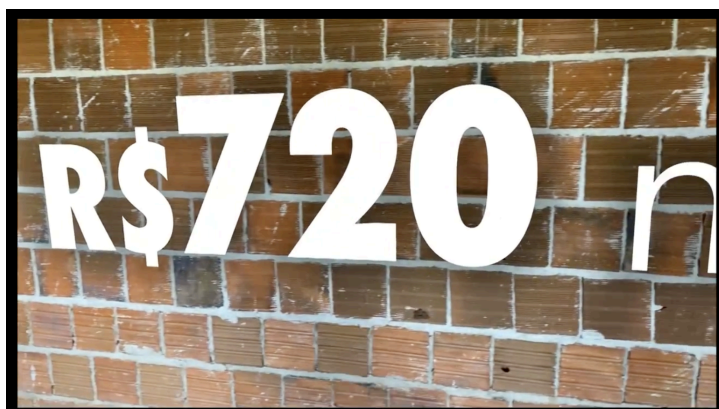
Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Diante desse cenário, a equipe de reportagem buscou um posicionamento oficial. Rodrigo Melo, secretário de Saúde do município, informou em entrevista que o projeto foi

herdado de gestões anteriores e que havia uma tentativa de liberação de R\$500 mil reais para sua retomada. No entanto, ele ressaltou que o valor não seria suficiente para concluir a obra, evidenciando a incerteza quanto à sua finalização. A insatisfação dos moradores foi reforçada com novos depoimentos, entre eles, de Edilamar Rodrigues, de Antônio Carlos e de um terceiro entrevistado sem identificação na tela. Edilamar destacou o impacto direto do abandono, afirmando que, para a aplicação de uma simples injeção, era necessário deslocar-se até Sousa, cidade vizinha. Antônio Carlos lembrou que o prefeito chegou a visitar a obra e prometeu sua retomada, mas nada aconteceu. O terceiro entrevistado sintetizou a indignação coletiva ao afirmar que o dinheiro investido na obra representava um desperdício de recursos públicos.

A reportagem seguiu então para outra obra inacabada no município, localizada na comunidade rural de Riachão, a cerca de 20 minutos do centro de Marizópolis. A nova denúncia reforçou o padrão de desperdício de dinheiro público, pois se tratava de uma obra dupla: a construção simultânea de uma escola e um posto de saúde, ambos abandonados antes da conclusão. Durante a passagem na comunidade, Laerte Cerqueira informou que mais de R\$720 mil reais foram investidos, mas nenhuma estrutura foi entregue à população. A obra também começou em 2015 e o último pagamento à empresa licitada ocorreu em 2016, conforme ilustrado no recurso gráfico exibido na tela.

FIGURA 23: Investimento da obra em Riachão (zona rural de Marizópolis)



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

FIGURA 24: Ano de início da obra em Riachão (zona rural de Marizópolis)



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Os moradores locais Wanderley da Silva, Francisco Geraldo e Maria Alves relataram as dificuldades enfrentadas devido à ausência dos serviços públicos que deveriam estar disponíveis na comunidade. A falta de acesso à educação e saúde impôs desafios significativos aos habitantes da região. Na sequência, a reportagem incorporou a perspectiva do vereador Carlos José, que reforçou a cobrança pela conclusão da obra e afirmou estar empenhado na sua retomada por meio de discussões na Câmara Municipal.

Ao fim da reportagem, o foco se deslocou para um posicionamento técnico sobre a responsabilização das gestões públicas. Em entrevista por vídeo chamada com Romeu Brandão, auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), o mesmo esclareceu ao repórter os mecanismos de responsabilização dos gestores públicos em casos de abandono de obras financiadas com recursos federais. Além disso, a reportagem trouxe novamente o procurador do Ministério Público Federal (MPF), Tiago Misael, que explicou que a responsabilidade não se restringia apenas aos gestores municipais, mas envolvia também as empresas contratadas e os engenheiros responsáveis pela fiscalização da execução da obra.

O episódio foi finalizado com a fala do morador Wanderley da Silva, que lamentou o histórico de promessas não cumpridas na comunidade. Sua declaração foi acompanhada por imagens da deterioração da obra, evidenciando o impacto social do problema. Por fim, assim como no primeiro episódio, a apresentadora Larissa Pereira encerrou a reportagem apresentando as respostas enviadas pelas prefeituras envolvidas, informando as justificativas oficiais para o abandono das construções investigadas.

Para a construção da narrativa sobre a paralisação da Vila Olímpica de Patos, Laerte Cerqueira utilizou um processo investigativo baseado em checagem de dados e trabalho de campo. Em entrevista semiestruturada (Apêndice 01), ele relatou que entrou em contato com

um repórter especializado em esportes da região, que confirmou a existência da obra inacabada e enviou um *link* com informações preliminares. A partir disso, Laerte aprofundou a pesquisa, verificando a data da assinatura da ordem de serviço e os valores das emendas parlamentares destinadas à obra. Apesar de pequenas divergências nos números, os dados principais coincidiam. No entanto, para ilustrar o impacto da paralisação da Vila Olímpica, era necessário um personagem que representasse as consequências dessa situação na prática. Assim, com a ajuda do repórter local, Laerte conseguiu o contato do pai de um jovem atleta, Yago Edson, que precisava viajar a João Pessoa para treinar, pois não havia uma infraestrutura esportiva adequada na cidade. O repórter enfatizou que esse tipo de abordagem demonstrou a importância do trabalho de campo na apuração jornalística, pois mesmo com o suporte de dados oficiais, as etapas de validação das informações e de busca por personagens são fundamentais para humanizar a reportagem e torná-la mais compreensível para o público.

No segundo episódio da série "Obras inacabadas", foram apresentadas quatro obras inacabadas, distribuídas entre duas cidades distintas. Para facilitar a compreensão e sistematizar as informações, foi elaborado o quadro abaixo, detalhando os principais aspectos de cada obra mencionada na reportagem.

QUADRO 07: Episódio 02 - “Obras inacabadas”

CIDADE	OBRA	ANO DE INÍCIO	INVESTIMENTO	ESTADO DA OBRA	JUSTIFICATIVA	ENTREVISTADOS
Patos	Vila Olímpica	2013	2,9 milhões	Pouca coisa construída	falhas na estrutura, falta de recursos	Atleta, professor de educação física, pai de atleta, secretário de administração
Patos	CIE	2013	700 mil + 3 milhões	o convênio foi perdido, foi aberto um novo processo de licitação	descumprimento de metas da construção	
Marizópolis	Policlinica Municipal	2015	650 mil	obra abandonada, erro de projeto	erro de localização e engenharia	Secretário de saúde, moradores da região
Riachão / Marizópolis	Posto de Saúde + Escola	2015	720 mil	abandonada	obra abandonada	Moradores da região, auditor do TCU, procurador público

Fonte: Criação Própria

O quadro acima apresenta informações essenciais sobre cada obra abordada no segundo episódio da série. Assim como o quadro referente ao primeiro episódio, ele inclui a cidade, o tipo de construção, o ano de início da obra, o montante investido, o estágio de paralisação, as justificativas apresentadas pelos órgãos responsáveis e os entrevistados. No entanto, diferentemente do primeiro episódio, este quadro encontra-se completamente preenchido, indicando que todas as informações foram disponibilizadas na reportagem, possivelmente devido à maior acessibilidade dos dados ao público.

Ao comparar os dois primeiros episódios da série, nota-se uma diferença no acesso e na exposição dos dados. Enquanto no primeiro episódio algumas informações não estavam disponíveis ou não foram divulgadas pelos órgãos responsáveis, no segundo episódio a reportagem conseguiu apresentar um panorama completo das construções inacabadas. Esse fato influencia diretamente a forma como o público recebe a denúncia, tornando os dados mais transparentes e impactantes.

Outro ponto de destaque é o uso de personagens na construção da narrativa. No primeiro episódio, houve um equilíbrio entre os depoimentos dos moradores afetados e as falas de autoridades, como secretários municipais e especialistas. No segundo episódio, essa estrutura se mantém, mas com um reforço na presença de personagens diretamente impactados, como o atleta Yago e o professor de educação física Amberg Leitão. Essa escolha contribui para ampliar a dimensão do problema, evidenciando não apenas os prejuízos estruturais, mas também as consequências diretas na vida das pessoas.

A presença completa dos dados no episódio 02 fortaleceu a credibilidade da série e potencializou sua repercussão. O fato de os números serem apresentados de forma detalhada na tela, com destaque para valores e prazos, permitiu ao telespectador compreender a real dimensão do problema. Além disso, a reportagem reforçou seu papel investigativo ao confrontar as autoridades com esses números, exigindo esclarecimentos sobre a paralisação das obras.

A estrutura narrativa do episódio se baseou na alternância entre dados técnicos e depoimentos dos personagens. Os números forneceram a base factual da denúncia, enquanto as falas dos entrevistados humanizaram a narrativa, tornando o problema mais palpável para o público. O quadro abaixo apresenta as falas dos personagens do segundo episódio, categorizadas de acordo com o papel que desempenharam na reportagem:

QUADRO 08: Personagens presentes no segundo episódio

Tempo que aparece	Nome do Personagem	Tipo do Personagem	Cidade que o Personagem representa	Fala do personagem
0:41 e 1:13 e 2:56	Yago Edson	Atleta	Patos	<p>Quando eu vejo um negócio desses é uma tristeza, né, uma tristeza pra gente que é atleta, para o esporte do estado, da cidade de Patos também.</p> <p>(...)</p> <p>Não tem a pista, que é adequada pra gente, muitas vezes eu sofro, atrapalha muito no meu rendimento, a gente se adapta a treinar no barro. Isso atrapalha muito meu rendimento porque tem a época chuvosa, eu deixo de treinar porque o barro está molhado e não tem lugar. Eu treinava antigamente no asfalto, antes de conhecer meu atual treinador, depois que ele descobriu que eu treinava no asfalto ele pediu para eu imediatamente encerrar esse treino no asfalto porque faz lesão no joelho.</p> <p>(...)</p> <p>Quando eu treino aqui tenho uma sapatilha que uso aqui e uma sapatilha que usá lá, a sapatilha que uso lá é mais conservada, mas quando eu treino aqui é muito "comida", eu corro, piso em pedra o crave quebra, atrapalha muito, escorrega, com perigo de lesão, já lecionei uma vez aqui já, minha posterior.</p>
2:23	Amberg Leitão	professor de educação física	Patos	<p>poderia tá aqui um ambiente com uma pista de atletismo para que as pessoas pudessem correr, fazer caminhada, uma piscina olímpica ou semi-olímpica, poderia ter um campo de futebol, ou seja, um equipamento que desse suporte a população patoense para que ela tivesse mais saúde e lazer.</p>
3:17	Edson Leite	pai e empresário do Yago	Patos	<p>Tendo um espaço melhor, tendo uma pista não só para ele, outros atletas também que tem vontade, onde já teve uns atletas que viram o resultado dele e procuraram a gente pra treinar, mas infelizmente não tem espaço, não tem pista.</p>
3:33 e 4:07 e	Francivaldo Dias	secretário de administração	Patos	<p>Ela já era pra estar concluída e está a serviço do povo de Patos, mas</p>

5:34				<p>infelizmente passou um longo período abandonada sem dar continuidade aos serviços que só estão sendo retomados agora. Quando a empresa começou a executar os serviços de conclusão, notou-se algumas falhas, algumas questões que estavam ausentes no estrutural que foram refeitas no projeto. (...)</p> <p>O governo federal hoje, com um novo contrato, tem uma estimativa de 1 milhão e 600 mil a ser pago à empresa e através do governo estadual, 1 milhão e 300 mil. (...)</p> <p>Perdeu-se esse dinheiro que foi dado para a construção do CIE e só foi dado a continuidade dos trâmites para realizar uma nova licitação quando foi feito um convênio estadual e estima-se um valor de até 3 milhões de reais para conclusão dessa obra, o governo do estado vai entrar com 100% dessa obra. Foi gasto aproximadamente 700 mil a 800 mil reais. Corre-se o risco, devido a perda do convênio, do gestor atual ter que devolver esse dinheiro devido a perda do convênio.</p>
5:06	Mikaelly Soares	moradora	Patos	<p>Quando não tinha essa construção era um campo de futebol, a água da chuva dava descaminho para o campo, aí depois dessa construção parada a água da chuva dá retorno para as casas da gente, essa última chuva que teve a gente teve até danos materiais, entrou água até nos guarda-roupas da gente. A gente que perde, né, os moradores porque tá aí o caos</p>
7:13	Francisco José	morador	Marizópolis	<p>Quando tudo começou isso era motivo de festa, né, o bairro nunca teve um benefício, porque eu acredito que isso aqui é um benefício enorme para o município, foi aplaudido e foi botado em teoria, né, porque em prática, na verdade, só subiram as paredes.</p>
7:39	Rodrigo Melo	Secretário de Saúde	Marizópolis	<p>Tem que frisar que é de gestões anteriores, né, mais de 10 anos parada, mas ela começou com vários erros. Primeiro erro: localização, teve vários erros de engenharia do projeto. A gente</p>

				já está com o nosso engenheiro, estamos juntos com a caixa econômica tentando rever como é que a gente pode usar o recurso que tem daquela obra, uns R\$500 mil reais, pra poder investir nela, mas com certeza o recurso não dá pra concluir.
08:15	Edilamar Rodrigues	moradora	Marizópolis	A gente depende muito de Sousa, tudo que você quer, até uma benzetacil pra tomar você tem que ir pra Sousa porque aqui não tem estrutura para receber, né.
08:22	Antônio Carlos	morador	Marizópolis	Espero que agora vá sair porque desde o ano passado, que o prefeito teve aqui, o gestor né, que falou Antoin abra logo uma porta aqui nesse muro pra fazer uma quitanda pra vender café que a obra vai começar esse ano e as coisas vão mudar.
08:36	personagem sem nome creditado	morador	Marizópolis	Eu acredito, eu acredito, todo mundo sabe que tem dinheiro meu e de todo os marizópolisenses.
09:41 e 12:18	Wanderley da Silva	morador	Riachão (zona rural de Marizópolis)	Eu já sou ruim da coluna, né, sou, tem uma casinha ali que o médico vem atender ali. O Prejuízo é grande, né, aqui é obrigado as crianças se deslocarem para São João, ou para o assentamento porque aqui não existe mais não e do jeito que está as coisas as mães ficam tudo preocupada com os filhos nas escolas, seria bem mais fácil, mas não fizeram, né. (...) Quanto mais tempo passa, mas vai se acabando, né, do jeito que tá aí. Esperança a gente tem, mas será possível que nunca venha nada por aqui e quando vem é desse jeito, fica pela metade, né.
10:29	Francisco Geraldo	morador	Riachão (zona rural de Marizópolis)	Satisfeito, era bom para crianças pra nós, era bom, tudo era mais fácil
10:39	Maria Alves	moradora	Riachão (zona rural de Marizópolis)	Vamos para Sousa ou quando a doutora vem aí pra casa grande, para o Ribeiro, aí a gente vai pra lá. Num fizeram nada ali, só construíram isso aí, mas os meninos estão derrubando as paredes dentro, tudo derrubando, está destruído, a gente reclama é pior, até eles ajeitarem

11:16	Carlos José	vereador	Marizópolis	A câmara de vereadores sempre tem cobrado, né, das gestões anteriores e atual e vamos continuar cobrando para que venha a ser feito de imediato que é um dinheiro que está aí praticamente no abandono.
11:34	Romeu Brandão	auditor do TCU	Não se aplica	Existe o processo de responsabilização dos gestor, com aplicação de multa, eventualmente, e também com processos de cobrança por ressarcimento dos prejuízos causados quando se identifica que houve alguma irregularidade e que o gestor deu causa à paralisação, por negligência, imperícia ou até mesmo por algum ato ilícito, algum ato irregular intencional.
12:00	Tiago Misael	procurador do MPF	Não se aplica	Se foi pago por algum serviço que não foi executado, a responsabilização recai sobre quem fiscalizou e atestou que aquele serviço foi realizado, normalmente o engenheiro fiscal, quem pagou e a empresa que recebeu, é um conjunto de responsabilização ali.

Fonte: Criação própria.

A análise do segundo episódio da série "Obras inacabadas" revela um avanço na estrutura investigativa, com um detalhamento maior dos dados e um reforço no uso de personagens que representam o impacto real do problema. Os depoimentos coletados evidenciam como a paralisação de projetos voltados para o esporte e a saúde impacta diretamente o desenvolvimento social das cidades envolvidas. Seguindo a categorização proposta por Bardin (2016), os personagens podem ser divididos em dois grupos principais:

- a) Personagens impactados diretamente: moradores, atletas e professores que relatam as dificuldades enfrentadas devido à paralisação das obras, carregando suas falas de emoção e indignação.
- b) Autoridades e especialistas: secretários municipais e auditores que oferecem justificativas para o atraso ou fornecem um panorama técnico sobre as consequências do abandono das construções, geralmente assumindo um tom mais defensivo.

Essa dicotomia narrativa reforça o caráter investigativo da série, evidenciando o papel do jornalismo para telas (Emerim, 2017) como fiscalizador da gestão pública. De acordo com Krippendorff (2004), a análise de conteúdo deve ir além da mera categorização e buscar interpretar os significados subjacentes nas falas. Nesse contexto, o episódio utilizou os relatos

emocionais para humanizar os dados e reforçar a dimensão social do problema, enquanto as explicações técnicas das autoridades criaram um contraponto que ampliou a compreensão das falhas administrativas e estruturais.

A fala de Yago Edson, jovem atleta de Patos, ilustrou a frustração de quem precisava buscar alternativas improvisadas para treinar devido à falta de uma estrutura adequada. Seu caso ganhou ainda mais força ao ser complementado pelo relato de seu pai, Edson Leite, que destacou como a ausência de uma pista de atletismo impactava não apenas seu filho, mas toda uma geração de atletas da região. O depoimento do professor de educação física Amberg Leitão corroborou com essa visão, ao afirmar que o espaço deveria oferecer suporte à população, promovendo saúde e lazer. No caso do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE), os impactos negativos iam além da inutilização da estrutura. O depoimento de Mikaely Soares expôs um problema inesperado: a obra inacabada alterou a drenagem natural do terreno, causando enchentes que invadiram as casas da vizinhança e geraram prejuízos materiais. Dessa forma, a paralisação de projetos públicos não apenas frustrou expectativas e gerou desperdício de dinheiro, mas criou novos problemas para a população.

A dimensão econômica do problema ficou evidente nas falas do secretário de administração Francivaldo Dias, que revelou os valores investidos e perdidos ao longo do processo. Segundo ele, foram destinados aproximadamente R\$3 milhões para a retomada da obra, com um novo contrato federal e recursos estaduais, mas parte do dinheiro inicial já foi desperdiçado. Essa exposição completa dos valores e prazos reforçou a cobrança por respostas e a implicação de gestores públicos.

Além dos problemas estruturais na área esportiva, o episódio abordou também a precariedade dos serviços de saúde. Moradores de Marizópolis, como Francisco José e Edilamar Rodrigues, relataram a necessidade de se deslocar até Sousa para procedimentos básicos, como tomar uma injeção, devido à não entrega da obra da unidade de saúde. Maria Alves, moradora da zona rural de Marizópolis, reforçou essa queixa ao relatar que a estrutura abandonada se deteriorava cada vez mais, com crianças vandalizando o local.

A questão da responsabilização dos gestores públicos foi abordada por Romeu Brandão, auditor do TCU, e pelo procurador Tiago Misael, do MPF. Brandão destacou que os responsáveis poderiam ser multados e obrigados a ressarcir os cofres públicos caso ficasse comprovada negligência ou irregularidade. Misael complementou ao afirmar que, se um serviço foi pago sem ter sido executado, a responsabilização poderia recair sobre a empresa contratada, os fiscais da obra e os gestores que autorizaram o pagamento.

O episódio reforçou, assim, a importância do jornalismo para telas investigativo ao

evidenciar como a interrupção de obras essenciais poderia privar a população de direitos fundamentais e intensificar problemas estruturais nos municípios. A reportagem não apenas denunciou a falta de infraestrutura, mas contextualizou suas consequências a partir da articulação entre dados financeiros, depoimentos com enfoque emocional e análises técnicas, promovendo um debate público sobre a gestão de recursos e a transparência na execução de políticas públicas.

Conforme apontado por Krippendorff (2004), a análise de conteúdo no jornalismo investigativo deve buscar um equilíbrio entre a exposição de fatos e a interpretação crítica das narrativas. A estratégia da série "Obras inacabadas" seguiu essa lógica, utilizando uma combinação de relatos individuais e informações técnicas para construir uma denúncia fundamentada. A categorização (Bardin, 2016) das falas permitiu estruturar a análise de maneira sistemática, reforçando padrões discursivos que evidenciaram os impactos da má gestão pública.

Helen Verran (2021, p. 42) afirma que “o que importa ao jornalista de dados é o que pode ser feito com o conjunto de dados na mobilização deste ou daquele algoritmo”. Nesse sentido, o Jornalismo de Dados vai além da mera coleta e análise de informações, sendo fundamental sua interpretação e comunicação de maneira acessível à população. Esse princípio se evidencia no segundo episódio da série, que reforça a importância do Jornalismo de Dados ao articular estatísticas e evidências concretas às experiências vividas pelos cidadãos, tornando a informação mais compreensível e socialmente relevante. Como destacam Gray e Bounegru (2021, p. 5), “dados não oferecem representações neutras e diretas do mundo, visto que se encontram enredados em meio à política e cultura, ao dinheiro e poder”. Dessa forma, a intersecção entre números e relatos não apenas tornou a denúncia mais acessível e envolvente para o público, mas também ampliou sua capacidade de mobilização social e fortalecimento da fiscalização cidadã.

4.2.3 Análise do terceiro episódio da série “Obras inacabadas”

Assim como nos dois primeiros episódios, o terceiro da série "Obras inacabadas" iniciou-se com uma introdução da apresentadora do JPB2, Larissa Pereira, contextualizando as obras que seriam abordadas. Em seguida, a vinheta da série foi exibida, reforçando a identidade visual do projeto investigativo. A reportagem teve início com imagens da estrada, estabelecendo uma conexão com o deslocamento da equipe de jornalismo. Poucos segundos depois, o mapa da Paraíba surgiu na tela, destacando em vermelho a cidade de Monteiro, principal município do Cariri paraibano, indicando o foco da narrativa.

FIGURA 25: Monteiro no mapa da Paraíba



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Ao chegar à cidade, a reportagem exibiu imagens do trânsito moderado e apresentou o primeiro entrevistado, Eliezer Batista, que enfatizou a necessidade de toda cidade contar com uma rodoviária. Enquanto sua fala ocorria, eram exibidas imagens aéreas feitas por drone, revelando um terreno aberto com indícios de uma construção interrompida. Nesse momento, em *off*, o repórter Laerte Cerqueira introduziu Monteiro e respondeu à indagação feita pelo entrevistado Eliezer: "Toda cidade precisa ter uma rodoviária, não é?", reforçando a importância da infraestrutura para a mobilidade local. A reportagem seguiu com a apresentação de Inaldo Xavier, morador de Monteiro, que mencionou a retomada recente da obra, embora permanecesse cético quanto à sua conclusão, visto que já houve paralisações anteriores. A sequência de imagens exibiu o local da construção com apenas um trabalhador, mostrando o ritmo lento da obra. Em seguida, a matéria seguiu para uma praça pública, onde o repórter Laerte Cerqueira explicou que era ali que ocorriam os embarques e desembarques dos ônibus intermunicipais, improvisando um espaço que deveria ser suprido pela rodoviária. Essa realidade foi reforçada por imagens que mostravam ônibus estacionados ao redor da praça, sem qualquer estrutura de apoio. Para ilustrar o impacto direto dessa ausência, a equipe de reportagem introduziu a fala de Dulcinéia Freitas, moradora de Monteiro, que, sentada em um banco de praça sob uma árvore, expressou sua insatisfação com a falta de infraestrutura adequada para os passageiros. Logo após, a entrevista com Eliezer Batista foi retomada, onde ele enfatizou a necessidade de um espaço apropriado para espera, citando a ausência de banheiros, lanchonetes e abrigos contra chuvas, condições essenciais em uma rodoviária funcional.

Na sequência, Laerte Cerqueira realizou uma passagem em frente à obra, detalhando o

histórico da construção. O repórter explicou que, no final de 2017, o Ministério do Turismo e a Prefeitura de Monteiro firmaram um convênio no valor de R\$1,5 milhão, com o objetivo de viabilizar a rodoviária. No entanto, a construção teve início apenas em 2019, e sua execução foi interrompida pouco tempo depois. O abandono da obra resultou na deterioração das estruturas parcialmente erguidas, que incluem algumas paredes, pilastras e a fundação do projeto. Conforme padrão seguido nos outros episódios da série, o valor do investimento foi destacado em alto relevo na tela, reforçando o impacto visual da informação. Um aspecto relevante foi que as obras da rodoviária de Monteiro tiveram início em 2019, ou seja, menos de cinco anos antes da realização da entrevista. Esse período pode ser considerado relativamente curto em comparação com outras obras inacabadas analisadas na série. Pode ser que em função disso, diferentemente de outros casos abordados, a data de início da construção não tenha sido destacada em alto relevo na tela.

FIGURA 26: Investimento da obra em Monteiro



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Em seguida, a secretária de Planejamento do Município, Waldirene Alves, foi entrevistada e explicou os motivos que levaram à paralisação da obra. Segundo a gestora, a pandemia da COVID-19 e o aumento dos custos dos materiais de construção levaram à desistência da empresa contratada, tornando necessária uma nova licitação. A secretária afirmou que a Prefeitura de Monteiro estava empenhada em concluir a obra até o final de 2024 (no entanto, ao revisar as informações disponíveis durante a produção deste trabalho, a única matéria encontrada sobre a entrega parcial da obra data de 18 de julho de 2024, mencionando que 44% da construção havia sido concluída³³). A retomada dos trabalhos

³³ 1ª etapa de execução do Terminal Rodoviário de Monteiro. Disponível em: <https://www.vitrinedocariri.com.br/2024/07/18/1a-etapa-da-execucao-do-terminal-rodoviario-de-monteiro-segue-em-obras/>. Acesso em: 02 fev. 2025.

ocorreu em março de 2023, e, até aquele momento, R\$205 mil dos recursos previstos já haviam sido utilizados. Este valor também foi apresentado na tela com destaque visual, diferindo das informações financeiras exibidas anteriormente.

FIGURA 27: Investimento realizado até o momento na obra de Monteiro



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

A entrevista com Waldirene Alves prosseguiu com Laerte Cerqueira questionando sobre o impacto financeiro gerado pelo atraso da obra e a necessidade de um novo processo licitatório, o que representava um custo adicional ao cidadão. Diante do questionamento, a secretária respondeu com um tímido "Infelizmente", reconhecendo o problema. Após isso, um novo corte de cena exibiu a equipe de jornalismo pegando a estrada novamente. Aos três minutos e 59 segundos, no canto esquerdo da tela, surgiu o mapa da Paraíba, agora destacando a cidade de Patos, indicando a próxima obra inacabada a ser mostrada.

FIGURA 28: Patos no mapa da Paraíba



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

A chegada em Patos foi introduzida por um *off* narrando a história vivida pela comunidade artística local há dez anos. Enquanto imagens da obra inacabada eram exibidas, a narração relembrou a comemoração do setor cultural da região diante do anúncio da construção de um teatro municipal. O problema, no entanto, foi que uma década se passou e a obra ainda não foi concluída. Em seguida, a reportagem exibiu uma passagem com o ativista cultural Marcelo Lima, morador da cidade, que reforçou a expectativa inicial da classe artística com a construção do teatro. Ele mencionou que, na época, seu coletivo acreditava que a obra seria entregue em tempo recorde. Enquanto sua fala era exibida, imagens do edifício mostravam que a estrutura do teatro está quase pronta, mas com aspecto inacabado.

A reportagem então retornou ao repórter Laerte Cerqueira, que apareceu caminhando pela frente do teatro. Ele destacou um elemento simbólico do abandono: a placa informativa da construção, que no momento servia como portão improvisado. O jornalista explicou que as informações da placa já não eram mais relevantes, pois a obra enfrentou inúmeras paralisações e atrasos. Em 2020, o Ministério Público Federal abriu um inquérito para investigar os motivos da interrupção do projeto. O convênio inicial foi firmado em 2013, prevendo um investimento de quase R\$3 milhões – dados estes que foram destacados em alto relevo na tela.

FIGURA 29: Ano de abertura do inquérito em Patos



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

FIGURA 30: Ano de início da obra do Teatro em Patos



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

FIGURA 31: Valor investido no Teatro em Patos



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Diferentemente de outras reportagens da série, neste caso, a equipe optou por inserir uma informação adicional, que é relevante para o caso, em alto relevo, para isso utilizaram uma escala menor, no canto da tela. Assim, os dez anos de espera da população pela conclusão do teatro também apareceram em destaque.

FIGURA 32: Tempo de espera pelo Teatro em Patos



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Na sequência, a equipe de reportagem apresentou a fala da atriz Perla Alves, que reforçou a necessidade de um espaço cultural adequado para a comunidade artística de Patos. Segundo ela, cidades vizinhas possuíam uma cena cultural mais ativa justamente por contarem com infraestrutura apropriada. A reportagem então exibiu um trecho da conversa entre Laerte Cerqueira e o secretário de Administração de Patos, Francivaldo Dias. Enquanto imagens do teatro eram sobrepostas ao diálogo, um trecho resumiu a explicação do secretário: o convênio original contemplava apenas a construção da estrutura física do prédio, sendo necessário um novo acordo com o governo estadual para viabilizar a conclusão da obra.

Na entrevista concedida pelo secretário, ele reiterou que o valor inicial foi destinado apenas à edificação do prédio e informou que seria formalizada uma parceria com o governo do estado para a aquisição dos equipamentos necessários, no valor de R\$433 mil. Esse montante foi destacado em tela cheia sobre as imagens do teatro inacabado. Em seguida, um *off* complementou a explicação, informando que o orçamento estava defasado e que, para a conclusão da obra, seria necessário um investimento adicional de R\$2 milhões – informação que também ganhou destaque visual na reportagem. A narração detalhou como esse montante seria empregado na finalização da estrutura.

FIGURA 33: Valor inicial para conclusão do Teatro de Patos



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

FIGURA 34: Valor atualizado para a conclusão do Teatro Municipal de Patos



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Por fim, a reportagem retornou às falas de Marcelo Lima e Perla Alves, que reforçaram a importância do teatro para os artistas locais e para as futuras gerações. Em seguida, a equipe de reportagem voltou à estrada, aos oito minutos e 41 segundos, e o mapa da Paraíba surgiu na tela, desta vez destacando a cidade de Pedra Branca, enquanto ao fundo apareciam imagens de casas padronizadas, indicando a próxima obra inacabada a ser investigada.

FIGURA 35: Pedra Branca no mapa da Paraíba



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

A primeira passagem no município foi realizada dentro da obra que seria mostrada. Na tela, era possível ver o repórter Laerte Cerqueira caminhando em direção à câmera, cercado por mato. À sua direita, apareceram algumas casas abandonadas, com paredes rebocadas e telhado, introduzindo a história das moradias inacabadas no sertão paraibano. Em um *off*, enquanto eram exibidas imagens de um cenário que remetia a uma cidade fantasma, era possível constatar que a obra teve início em 2014. Na ocasião, a prefeitura cedeu o terreno, enquanto a responsabilidade pela construção ficou a cargo da Companhia Hipotecária Brasileira e do Governo Federal. No entanto, devido à falta de pagamento na fase final da obra, a construção foi interrompida.

FIGURA 36: Ano de início da obra em Pedra Branca



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Em seguida, a reportagem exibiu a fala do chefe de gabinete da prefeitura, Allison Bastos, que informou que a administração municipal tentou contato com o Ministério das

Cidades, mas não obteve resposta. Durante sua fala, as imagens reforçaram a narrativa do abandono: diversas casas que poderiam estar abrigando famílias da região encontravam-se em completo estado de deterioração, com sinais evidentes de descaso. A reportagem retornou para uma passagem de Laerte Cerqueira dentro das casas, onde ele explicou que há oito anos a maioria das unidades estava praticamente finalizada. No entanto, com o tempo e a falta de vigilância, vândalos furtaram janelas, portas, caixas d'água e até mesmo as telhas. Dessa forma, as 40 famílias que seriam beneficiadas pelo projeto perderam a oportunidade de acessar uma moradia digna. Enquanto o repórter falava, novas imagens do abandono eram exibidas e, em seguida, Allison Bastos relatou os saques que ocorreram no conjunto habitacional. Na sequência, foi inserida a análise do auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), Romeu Brandão, que já havia aparecido no episódio anterior. Ele explicou como as mudanças nas condições de execução da obra impactaram diretamente nos custos, agravando ainda mais a situação. Sua fala foi intercalada com imagens das casas inacabadas, reforçando a gravidade do problema.

Para concluir, o repórter entrevistou duas moradoras da cidade: Sueli da Silva e Roberlândia Santos. Sueli, uma das pessoas que seriam contempladas com uma das moradias, relatou as dificuldades de viver com uma renda limitada, precisando arcar com despesas básicas sem a possibilidade de um lar próprio. Já Roberlândia foi beneficiada há dez anos pelo mesmo programa responsável por essas casas e expressou sua gratidão por ter conquistado sua moradia. No entanto, lamentou que outras 40 famílias, igualmente necessitadas, tenham tido seus sonhos frustrados pelo abandono da obra. A reportagem foi encerrada com imagens noturnas do conjunto habitacional abandonado, transmitindo uma atmosfera ainda mais desoladora, semelhante a um cemitério de casas. Diferentemente das demais obras abordadas até aqui, no caso do conjunto habitacional de Pedra Branca, a reportagem não informou o valor investido na obra, deixando essa lacuna na prestação de contas ao público. De volta ao estúdio, a apresentadora Larissa Pereira leu as notas enviadas pelas prefeituras envolvidas no episódio.

No terceiro episódio da série “Obras inacabadas”, foram apresentadas três obras públicas inacabadas localizadas nas cidades de Monteiro, Pedra Branca e Patos. Em Patos, essa não é a única obra inacabada; o município também abriga a Vila Olímpica e o Centro de Iniciação ao Esporte, abordados no segundo episódio da série. Todas as três construções tiveram início em 2013, porém, até o momento da reportagem, nenhuma delas havia sido concluída.

A investigação sobre o conjunto habitacional abandonado em Pedra Branca revelou a

complexidade do cruzamento de dados públicos e a importância da presença da equipe de reportagem no local. Laerte Cerqueira (Apêndice 01) explicou que encontrou a listagem do conjunto no relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), mas as informações disponibilizadas eram limitadas. Para compreender a real situação da obra, foi necessário investigar quem iniciou o projeto e buscar, por meio de outras fontes, como registros na internet e relatórios complementares, o ano exato do início da construção. Segundo ele, o cruzamento entre o que está no papel e o que está na realidade foi um dos aspectos mais marcantes da apuração. Ao chegar ao local, a equipe de reportagem se deparou com 40 casas abandonadas, quase finalizadas, mas que foram saqueadas ao longo dos anos, restando apenas as estruturas deterioradas. A visão aérea, captada por drone, revelou um cenário impactante, descrito pelo jornalista como um verdadeiro "cemitério de casas" (Apêndice 01). A escolha dessa obra para compor a série de reportagens seguiu critérios como tempo de abandono, localização em uma região pouco coberta pela mídia e a necessidade de dar continuidade à investigação realizada na série de 2015, verificando se as obras analisadas na época haviam sido concluídas.

Outro fator relevante foi a repercussão imediata da presença da equipe da TV Cabo Branco na cidade. Assim que o carro da emissora chegou, houve um “burburinho” entre os moradores, que rapidamente começaram a questionar o motivo da visita. Ao descobrirem que a reportagem abordava as casas abandonadas, alguns moradores entraram em contato com o prefeito para que ele se manifestasse sobre a obra paralisada. "Quando chegou lá, chegou o secretário e o prefeito. Eu disse que estávamos fazendo essa matéria, mas que ninguém estava falando mal da prefeitura. Agora a gente tinha que saber por que estava parado" (Apêndice 01). No local, o secretário municipal aceitou dar entrevista, enquanto o prefeito optou por não se pronunciar. Esse episódio demonstra como o jornalismo investigativo pode mobilizar a comunidade e pressionar autoridades públicas, dando visibilidade a problemas muitas vezes negligenciados e cobrando respostas daqueles que deveriam zelar pelo interesse coletivo.

A seguir, apresenta-se um quadro com os principais aspectos de cada obra mencionada neste episódio, detalhando sua localização, data de início, investimento, estado no momento da exibição, justificativas dos órgãos responsáveis e os entrevistados.

QUADRO 09: Episódio 03 - "Obras inacabadas"

CIDADE	OBRA	ANO DE INÍCIO	INVESTIMENTO	ESTADO DA OBRA	JUSTIFICATIVA	ENTREVISTADOS
Monteiro	Rodoviária	2019	R\$1.5 milhão	fundação e	Quebra de contrato,	Moradores e a

				algumas pilastras e paredes	necessário nova licitação	Secretária de Planejamento
Patos	Teatro Municipal	2013	R\$3 milhões + R\$2 milhões para finalizar	Estrutura Pronta, mas falta os equipamentos	O valor inicial foi suficiente apenas para a estrutura física	Artistas e secretário da Administração
Pedra Branca	Conjunto Habitacional	2014	não divulgado	em decadência, precisa de uma nova avaliação	Faltou dinheiro para pagar a equipe na fase final do projeto	moradores e Chefe de Gabinete

Fonte: Criação própria.

Após a apresentação do quadro com os principais aspectos das obras mencionadas no terceiro episódio da série “Obras inacabadas”, é possível observar um padrão recorrente nas justificativas para o abandono das construções. A burocracia na liberação de recursos, a falta de continuidade administrativa e a deterioração causada pela paralisação prolongada são fatores que contribuem para o agravamento do problema. Diferente dos episódios anteriores, este apresenta uma abordagem que evidencia não apenas o impacto social direto das obras inacabadas, mas também a frustração gerada pelo descaso governamental em diferentes setores essenciais, como transporte, cultura e habitação. A falta de conclusão da rodoviária de Monteiro, por exemplo, prejudicou a mobilidade e o conforto dos passageiros; a paralisação da construção do teatro em Patos limitou a promoção cultural da cidade; e o abandono das moradias em Pedra Branca privou dezenas de famílias do direito à habitação.

Para aprofundar a análise desse episódio, é fundamental observar como a narrativa jornalística estrutura o discurso dos entrevistados. A seguir, apresenta-se um quadro com as falas dos personagens entrevistados, permitindo compreender de que maneira suas declarações reforçam os aspectos denunciados na reportagem.

QUADRO 10: Personagens presentes no segundo episódio

Tempo que aparece	Nome do Personagem	Tipo do Personagem	Cidade que o Personagem representa	Fala do personagem
0:45 e 2:06	Eliezer Batista	Morador	Monteiro	toda cidade tem que ter uma rodoviária, né? toda cidade tem que ter, e quanto mais qualidade para o passageiro é melhor (...) Um banheiro próximo, uma lanchonete,

				tudo isso beneficia o passageiro, aqui se chover você fica na chuva. Aqui tá bom que tá com sombra, mas se chover você tem que procurar uma loja pra entrar.
1:00	Inaldo Xavier	Morador	Monteiro	Tá demorando, já faz um bocado de dia que tá demorando. Faz um bocado de anos que estava parada e agora começaram de novo. Não sei se vão terminar, acho que vão terminar porque começou, né.
1:35	Dulcineia Feitosa	Moradora	Monteiro	chegar, ficar sentada no banco de uma praça esperando transporte também fica difícil, quem viaja com idoso, né, eu acho que fica muito difícil a comodidade das pessoas, chegar, ter um canto pra se sentar, ter uma sombra pra ficar, não ficar no relé de chuva, de sol, né, porque aqui tem o que? essa praça só pra gente ficar. Precisa dar mais conforto para as pessoas, né. Eu penso dessa forma, eu acho que uma rodoviária aqui em Monteiro seria muito bom.
3:03	Waldirene Alves	Secretária de planejamento	Monteiro	Ficou inviável para o município no período de fazer um reequilíbrio de preço, aí tramitou, a obra ficou paralisada e a empresa abandonou, a partir do momento que abandonou a gente tem um novo processo: readequar o projeto com o que já existe lá, fazer o novo orçamento tentando usar o dinheiro que a gente já tinha
4:10 e 4:35 e 7:44	Marcelo Lima	Ativista Cultural e morador	Patos	A gente ficou muito feliz, é uma pauta muito antiga desse movimento, né, que hoje é organizado em torno de um coletivo, fizemos uma festa em torno dessa notícia, mas que ao longo dos anos ficamos no aguardo dessa obra aí, achávamos que ia sair em tempo recorde. (...) Hoje a gente está com uma dificuldade de desenvolver e mostrar a Patos e ao Brasil quantos artistas nós temos por falta de um espaço de formação e de um palco, porque um artista necessita de um palco para desenvolver a sua arte. (...) Formar as plateias é essencial para o artista, dá ao povo da cidade um

				momento também de lazer e entretenimento é, muitas vezes porque não temos o espaço
5:29 e 6:12 e 7:53	Perla Alves	Atriz e moradora	Patos	<p>Se a gente ver, da cidade do sertão, Patos, que é tida como capital do sertão, uma cidade já com uma proporção grande e com uma produção cultural imensa, mas que a gente não tem mecanismos e ferramentas para que a gente possa, inclusive incentivar, né, novas produções. Então, a gente ver Cajazeiras tem teatro, a gente ver que produções culturais acontecem em Sousa, né, e aqui em Patos a gente fica meio que procurando espaço para ser utilizado</p> <p>(...)</p> <p>Aqui no Município tem vários grupos de teatro que poderiam tá utilizando o espaço, né, com suas apresentações, outros segmentos como a música, oficinas que a gente poderia tá realizando no teatro, usando o espaço do teatro, a gente poderia tá com mostras de artesanatos aí, exposições de artes plásticas, né, que a gente muitas vezes faz em outros ambientes que poderia tá sendo utilizado no ambiente do teatro, né.</p> <p>(...)</p> <p>No momento que é apresentado, um grupo de Patos, com sua produção, num grande espaço, né, tá mostrando ali que aquele grupo teve condição de fazer uma produção de qualidade, uma produção bem estruturada, então quem tá ali participando, quem tá ali assistindo, consumindo aquele produto, vai ver que também pode fazer. Trabalhar arte na escola, então você pega um grupo de teatro e você vai despertar naquele aluno, muitas vezes, o interesse de querer fazer aquilo porque ele já carrega dentro de si aquela vocação, né, então ele vai querer participar.</p>
6:55	Francivaldo Dias	Secretário de Administração	Patos	Esse atraso ocorreu, esse é um fato, inegável, mas a obra do prédio, a construção física do prédio foi concluída, que foi o objeto do primeiro convênio, os 2,9 milhões para construção do prédio, e nós partimos para um segundo plano que é a parte de equipamento do teatro

				municipal. Uma parceria prefeitura de Patos e Governo do Estado, onde inicialmente foi previsto um convênio de R\$433 mil reais, mas com o decorrer do tempo foi-se visto que estava defasado esse valor.
9:23 e 10:03	Alisson Bastos	Chefe de Gabinete da Prefeitura	Pedra Branca	<p>A prefeitura entrou em contato com o Ministério das Cidades, há um tempo, pedindo que solucionasse o problema e até então não teve nenhuma resposta, na época o doutor Alan Bastos também foi a Brasília, tentou finalizar essas casas com recurso próprio e o Ministério pediu que aguardasse que estava resolvendo esse problema.</p> <p>(...)</p> <p>A obra que estava praticamente, 85% 90%, concluída, tem casa aí que estava faltando apenas a pintura, encontra-se em praticamente 50% da execução, tendo em vista que tem madeira comprometida, coberta, a caixa d'água, os vasos sanitários, foram roubados.</p>
10:23	Romeu Brandão	auditor do TCU	não se aplica	Quando as obras param, em geral, você tem um aumento de custo relacionado até ao aumento de materiais, mudança de condições de execução da obra, além disso tem alguns custos que a gente não costuma contabilizar, né, que são custos administrativos de você ter que fazer uma nova licitação, contratar uma nova empresa. o custo também social das pessoas terem que esperar por mais tempo para ter aquele atendimento, né.
11:02 e 12:28	Sueli da Silva	moradora	Pedra Branca	<p>Pago aluguel, a água e a luz. O aluguel é R\$200 reais. É meu sonho, o sonho de todo mundo sair desse sofrimento porque nós estamos no sofrimento, no momento estamos no sofrimento porque com R\$600 reais não dá pra sobreviver, pagando aluguel, luz e água.</p> <p>(...)</p> <p>Pra nós que não tem casa é muito triste, meu sonho, um dia sair do aluguel porque hoje em dia a gente paga o aluguel hoje e hoje mesmo já fica devendo. Me dá um desespero.</p>
11:36	Roberlândia	moradora	Pedra Branca	Você sai do aluguel pra você ir morar

	Santos			sem pagar aluguel é um privilégio muito grande, só tenho que agradecer, né. Uma tristeza, porque é 40 casas, quantas famílias num ia ser beneficiada se tivesse sido entregue, 40 famílias, gente, ia sair do aluguel, aí as casas tão aí abandonadas, pode ajeitar pra arrumar pra dar para aquelas pessoas que precisam. Cheguei agora vou tomar um banho e descansar, tem coisa melhor? Verdade, jantar, ó, é simples, mas é de coração, né. Essas famílias que estejam precisando só quero desejar a bênção igual eu tô, abençoada.
--	--------	--	--	--

Fonte: Criação própria

O terceiro episódio da série "Obras inacabadas" ampliou a discussão sobre as consequências sociais, culturais e econômicas das obras públicas paralisadas na Paraíba. A partir das falas dos entrevistados, evidenciou-se não apenas a frustração dos moradores diante das promessas não cumpridas, mas também o agravamento das vulnerabilidades sociais e a sensação de descaso por parte do poder público. A construção da rodoviária de Monteiro surgiu como um exemplo emblemático desse problema. Moradores como Eliezer Batista e Dulcineia Freitas relataram as dificuldades impostas pela ausência de infraestrutura adequada, como a necessidade de esperar transporte em praças sem abrigo. A falta de uma rodoviária organizada não comprometeu apenas o conforto e a segurança dos passageiros, mas também afetou o desenvolvimento econômico local, ao desestruturar o fluxo de transporte público.

No contexto cultural, a não entrega da obra do teatro municipal de Patos afetou diretamente a cena artística local. Marcelo Lima e Perla Alves ressaltaram como a inexistência de um espaço apropriado prejudicou a produção cultural, limitando apresentações, formações artísticas e a construção de plateias. A ausência do teatro não apenas comprometeu o setor cultural, mas também reduziu as oportunidades de lazer e desenvolvimento sociocultural para a população. Já em Pedra Branca, o abandono do conjunto habitacional adicionou um novo elemento à discussão. Relatos de moradores como Sueli da Silva e Roberlândia Santos evidenciaram não apenas a decepção com a moradia prometida, mas também o saqueamento das estruturas ao longo dos anos, transformando o local em um "cemitério de casas". Como relatado por Alisson Bastos, chefe de gabinete da prefeitura, a deterioração da obra ao longo do tempo aumentou o desperdício de recursos públicos e impossibilitou sua entrega imediata.

A análise das falas permite identificar dois principais grupos de personagens, conforme a categorização proposta por Bardin (2016):

- a) Moradores afetados: expressam indignação e frustração diante das dificuldades impostas pela paralisação das obras, gerando empatia e humanizando o problema.
- b) Autoridades e especialistas: fornecem explicações técnicas sobre as falhas na execução dos projetos e as responsabilidades governamentais, apresentando justificativas para os atrasos.

Krippendorff (2004) argumenta que a análise de conteúdo deve ir além da categorização, buscando interpretar os significados das falas dentro do contexto social. No episódio, essa abordagem se manifestou no contraste entre os depoimentos dos moradores, que enfatizaram impactos diretos na vida cotidiana, e as falas das autoridades, que destacaram entraves burocráticos e limitações financeiras. Esse contraponto reforçou o caráter investigativo da série, que expôs não apenas os problemas estruturais, mas também as falhas na gestão pública.

A presença de especialistas e gestores conferiu credibilidade à reportagem, enquanto os relatos populares mostraram o impacto humano das obras inacabadas. Bardin (2016) ressalta que a organização das falas em unidades temáticas permite revelar padrões discursivos que poderiam ser ofuscados em uma abordagem puramente descritiva. Dessa forma, o episódio articulou dados concretos e experiências individuais para construir uma denúncia fundamentada e de alto impacto.

O terceiro episódio reforçou a importância do jornalismo investigativo na denúncia de problemas estruturais e na cobrança por soluções. A abordagem adotada pela TV Cabo Branco não apenas expôs falhas na gestão pública, mas também evidenciou os impactos sociais do descaso com investimentos públicos, promovendo um debate sobre a transparência na execução de obras. Conforme Krippendorff (2004), a construção de narrativas jornalísticas eficazes requer a articulação entre fatos objetivos e a interpretação crítica, estratégia amplamente utilizada pela série "Obras inacabadas" para sensibilizar e engajar a audiência.

Ao evidenciar diferentes perspectivas sobre as obras inacabadas e seus desdobramentos sociais, o episódio reafirmou o papel do jornalismo de dados como ferramenta essencial de fiscalização e mobilização pública. A exposição das falhas na administração dos recursos públicos transformou a indignação popular em instrumento de pressão por mudanças, destacando a urgência de medidas efetivas para a conclusão dessas obras.

4.2.4 Análise do quarto episódio da série “Obras inacabadas”

Assim como nos episódios anteriores, o último episódio da série “Obras inacabadas” iniciou-se com a apresentadora do *JPB2*, Larissa Pereira, contextualizando as obras que seriam abordadas. Dessa forma, o público foi informado de que seriam investigadas três construções inacabadas: o Mercado Público de Pirpirituba, o Matadouro de Itaporanga e o Sistema de Irrigação de Monteiro. Após essa introdução, a vinheta da série foi exibida e, em seguida, o mapa da Paraíba apareceu na tela, destacando a cidade de Pirpirituba, a primeira a ser mostrada no episódio.

FIGURA 37: Pirpirituba no mapa da Paraíba



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

As primeiras imagens foram da cidade e, por meio de cenas captadas por drone, foi possível observar do alto o terreno onde deveria estar localizado o novo Mercado Público. No entanto, no momento da gravação da reportagem, existia apenas a fundação da construção, sem sinais de continuidade. Em seguida, a narrativa introduziu o primeiro entrevistado, Chico do Tempero, um feirante que relatou a demolição do antigo mercado e destacou que o novo espaço nunca foi finalizado. A reportagem avançou para uma passagem noturna, na qual o repórter Laerte Cerqueira estava em frente a feira improvisada em uma das ruas da cidade, onde os feirantes se preparavam para a feira do dia seguinte. Nesse momento, ele informou que o antigo Mercado Público foi demolido antes da pandemia, mas que, até a data da gravação, nenhum novo espaço havia sido entregue à população. Em seguida, Chico do Tempero reforçou que sempre existiu um Mercado Público na localidade e expressou sua expectativa pela conclusão da obra.

Segundo informações levantadas na reportagem, a previsão inicial para entrega do

novo Mercado Público era 2022, mas, até o momento da gravação, apenas a primeira etapa havia sido executada, deixando o espaço com a aparência de um terreno abandonado. Até então, haviam sido investidos R\$622 mil reais nessa fase inicial, o que corresponde a apenas uma das cinco etapas do projeto. Entre as justificativas apresentadas para o atraso, destacou-se a pandemia, a desistência da empresa vencedora da licitação e a necessidade de readequação do projeto.

FIGURA 38: Investimento no Mercado Público de Pirpirituba



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

A reportagem então apresentou duas entrevistas: de Rinaldo Barbosa, secretário de Agricultura, que detalhou o processo licitatório e a quebra de contrato com a empresa inicialmente responsável pela obra, e de Alessandra Alves, moradora da cidade, que expressou sua expectativa quanto à entrega do novo Mercado Público, ressaltando que o espaço permitiria melhores condições de trabalho para os feirantes, com mais higiene e organização. A sequência final dessa parte do episódio trouxe imagens da obra inacabada e da feira improvisada nas ruas da cidade, acompanhadas de uma trilha sonora que enfatizou a precariedade da situação. Aos dois minutos e 43 segundos, a equipe da reportagem apareceu na estrada novamente e, no mapa da Paraíba, a cidade de Itaporanga foi destacada como o próximo destino.

FIGURA 39: Itaporanga no mapa da Paraíba



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Em Itaporanga, a população aguardava há mais de uma década pela conclusão do Matadouro Público. Em uma passagem no local, o repórter Laerte Cerqueira destacou que, apesar de o prédio estar praticamente concluído, havia sinais evidentes de abandono. Ele ressaltou que o funcionamento desse espaço garantiria mais segurança alimentar para a população, possibilitando que o processo de abate ocorresse dentro dos padrões sanitários adequados. A reportagem seguiu para o Mercado Municipal de Itaporanga, onde o repórter entrevistou João Guimarães, marchante. Ele relatou que, com a ausência de um Matadouro Público em funcionamento, muitos comerciantes recorriam a locais clandestinos para o abate dos animais ou pediam autorização para realizar o procedimento na cidade vizinha, Pedra Branca. Desde o fechamento do antigo Matadouro, localizado no centro de Itaporanga, há 10 anos, Pedra Branca tornou-se a única alternativa viável para os marchantes da região.

Enquanto imagens dos comerciantes cortando e preparando a carne para venda eram exibidas, João Guimarães surgiu primeiramente em *off* e, posteriormente, aparecendo na tela, informando que as vendas haviam caído 80% desde o fechamento do Matadouro. Ele explicou que, anteriormente, os comerciantes possuíam um selo de segurança, o que havia possibilitado até a industrialização do serviço. No entanto, com a interrupção das atividades do Matadouro, essa certificação foi perdida, impactando diretamente a comercialização da carne. A reportagem apresentou novos entrevistados: José Ienes, marchante, que ressaltou que a clientela que permaneceu era composta, majoritariamente, por consumidores fiéis ao trabalho dos marchantes; e Leninha Soares, consumidora, que destacou que a reabertura do matadouro tornaria o processo de abate mais seguro e confiável. Em seguida, José Ienes voltou a falar sobre o aumento dos custos enfrentados pelos comerciantes, uma vez que novas etapas foram adicionadas ao processo de transporte da carne, encarecendo o produto. Durante

esse relato, foram exibidas imagens do mercado, onde a carne era comercializada, e do Matadouro inacabado, que, apesar de estar quase concluído, ainda não tinha previsão de entrega.

Em um *off*, enquanto imagens do matadouro abandonado eram exibidas, Laerte informou que o projeto foi idealizado há 12 anos, prazo que foi destacado na tela com um efeito gráfico. As justificativas para o atraso incluíam erros na execução, a demolição de parte da obra, o impacto da pandemia, o aumento dos custos dos equipamentos necessários e a falta de recursos financeiros.

FIGURA 40: Tempo de espera pelo Matadouro de Itaporanga



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

Na sequência, a equipe de reportagem apresentou uma entrevista com Damião Ferreira, representante da prefeitura, que afirmou que a obra estava na fase final de conclusão e explicou que, desde 2017, a gestão atual precisou refazer todo o projeto devido aos problemas estruturais já citados. Para aprofundar a análise sobre os desafios enfrentados na execução de obras públicas, a equipe de reportagem entrevistou a professora Glenda Dantas, especialista em Gestão Pública pela UFPB. Ela falou sobre a fragilidade dos processos administrativos municipais, explicando que a ausência de uma estruturação eficiente no nível executivo poderia desencadear problemas na execução da obra e entraves orçamentários. Sua fala foi intercalada com imagens de sua entrevista e trechos do próprio Matadouro inacabado.

Em seguida, a reportagem trouxe o depoimento de Marinaldo Silvino, morador da região, que destacou os impactos negativos da paralisação da obra para os marchantes e para a segurança alimentar da população. Diferente das outras obras investigadas ao longo da série, o valor total do investimento na construção do matadouro não foi divulgado. Aos seis minutos e 26 segundos foi finalizada a parte de Itaporanga e no canto esquerdo da tela, pela

última vez na série de reportagens, apareceu o mapa da Paraíba, marcando a última parada: Monteiro, cidade que já havia sido abordada em um episódio anterior.

FIGURA 41: Monteiro no mapa da Paraíba



Fonte: Série de reportagens "Obras inacabadas", JPB2, Globo Play.

A reportagem iniciou-se com um *off* de Laerte Cerqueira, enquanto imagens da transposição do Rio São Francisco e de algumas moradias eram exibidas. O repórter contextualizou que, há sete anos, as obras da transposição do Rio São Francisco forçaram a remoção de diversos moradores de suas terras, levando à criação da Vila Produtiva de Monteiro como compensação para os agricultores afetados. No entanto, apesar da promessa de um lote para produção, acompanhado de um hectare de terra com irrigação garantida, essa última parte ainda não tinha sido concretizada.

A primeira entrevista foi com Aguinaldo Freitas, presidente da Associação da Vila Lafayette, que enfatizou a importância da irrigação para os agricultores locais. Ele explicou os procedimentos necessários para que a água chegasse aos 61 lotes destinados à produção, ressaltando que os trabalhadores não queriam assistencialismo, mas sim condições para exercer sua atividade agrícola. Em seguida, a reportagem apresentou Maria Gorete, agricultora, que reforçou a relevância da irrigação ao afirmar que, com o acesso regular à água, seria possível garantir uma produção contínua e sustentável. As imagens da Vila Produtiva, captadas por drone, ilustraram a situação enfrentada pelos agricultores.

A reportagem seguiu com uma passagem de Laerte Cerqueira, caminhando entre plantações na Vila Produtiva, explicando que alguns moradores recorriam à água de poços artesianos para irrigação, enquanto outros dependiam exclusivamente das chuvas, o que limitava a produtividade agrícola. Em seguida, Maria Gorete voltou a falar, mencionando que aqueles que conseguiram plantar com a primeira chuva ainda teriam alguma renda, mas

muitos não conseguiram produzir sem o sistema de irrigação prometido.

A problemática foi aprofundada com a entrevista de Janaína Andrade, procuradora do Ministério Público Federal (MPF), que destacou que, apesar de a Vila Lafayette ser a única Vila Produtiva idealizada dentro do projeto da transposição do Rio São Francisco, o sistema de irrigação continuava pendente. Enquanto essa situação persistisse, os moradores iriam depender exclusivamente de benefícios sociais, sendo que o MPF realizava cobranças periódicas a cada 60 dias para verificar o andamento das obras. A entrevista foi intercalada com imagens da transposição do rio e da comunidade, ilustrando a precariedade da situação.

Em um *off*, Laerte Cerqueira informou que, além do sistema de irrigação, o MPF também exigia a finalização de outras obras complementares no leito do Rio Paraíba, que recebiam as águas da transposição do Rio São Francisco, mas que ainda não tinham sido concluídas. De volta à entrevista com Janaína Andrade, a procuradora explicou que era essencial concluir o esgotamento sanitário da cidade de Monteiro e revitalizar o Rio Paraíba, que encontrava-se em processo de degradação. Para isso, as autoridades precisavam cumprir seus compromissos e agir de forma efetiva.

Contudo, o governo do estado não concordava com as afirmações do MPF, conforme relatado por Laerte Cerqueira em um breve *off*. A equipe de reportagem então apresentou as duas últimas entrevistas da série. Thiago Pessoa, diretor de operação e manutenção da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (Cagepa), afirmou que o foco do governo e da prefeitura era garantir que Monteiro alcance 100% de saneamento, mencionando que havia um processo de licitação em andamento para investir R\$2 milhões na área que ainda não tinha sido contemplada pelo saneamento básico. Diferente dos outros valores mencionados no decorrer da série, esse valor não foi exibido em tela, mas enquanto o entrevistado falava havia recortes de sua entrevista e de imagens do esgoto a céu aberto em Monteiro, que foram usados para reforçar a gravidade da situação.

Na sequência, Rafaela Camarensse, secretária do Meio Ambiente do Estado, explicou que, das 47 propriedades envolvidas na revitalização da região, 93% já tinham passado pelo processo de reflorestamento e as outras 7% estavam em fase de plantio. Ela afirmou que o trabalho estava sendo realizado por etapas, dada a complexidade e a grande extensão da área, que ultrapassa 600 hectares. Enquanto as falas das autoridades eram exibidas, imagens do esgoto a céu aberto, da Vila Produtiva e das plantações foram usadas para ilustrar a dualidade entre o potencial produtivo da região e os entraves burocráticos que impediam sua plena realização. A reportagem foi finalizada e, no estúdio, a apresentadora Larissa Pereira fez a leitura das últimas notas enviadas pelas prefeituras envolvidas, marcando o encerramento da

série de reportagens "Obras inacabadas".

Em entrevista com Laerte, ele informou que a investigação sobre o Matadouro Público de Itaporanga evidenciou não apenas o abandono da obra, mas também as consequências diretas dessa paralisação para a população local. Laerte Cerqueira (Apêndice 01) relatou que encontrou dificuldades para localizar informações detalhadas sobre essa obra nos registros públicos e na internet, mas, ao realizar uma pesquisa mais aprofundada, encontrou na internet um vídeo de um repórter da TV Diário do Sertão em que um vereador denunciava a situação do Matadouro. A partir desse material, Laerte entrou em contato com o repórter responsável pelo vídeo, que confirmou que a obra ainda estava abandonada e se dispôs a acompanhá-lo até o local. No entanto, Laerte reforçou que o objetivo da reportagem não era denunciar os matadouros clandestinos, mas sim mostrar que a ausência de um Matadouro Público adequado incentivava essas práticas irregulares e comprometia a segurança alimentar da população, como foi mostrado na reportagem.

A necessidade de humanizar a história levou o repórter a buscar personagens que pudessem demonstrar o impacto real da falta do matadouro. "Para mim, uma obra de um Matadouro Público parado não serve de nada. E se você pensar na gente da cidade, para que serve um matadouro?"—questionou Laerte Cerqueira (Apêndice 01), ressaltando que, para quem mora na cidade e consome carne dos supermercados, a importância desse tipo de obra pode não ser evidente. Com isso em mente, ele decidiu acompanhar a rotina dos marchantes locais e registrar suas dificuldades diárias, indo até a feira da cidade na manhã seguinte. No mercado, ele encontrou comerciantes que explicaram que precisavam comprar carne sem procedência garantida, já que a cidade não possuía um local adequado para o abate. Além disso, muitos precisavam deslocar-se até outra cidade para utilizar um matadouro regularizado, o que aumentava os custos e reduzia a clientela. Assim, o episódio sobre o Matadouro Público começou justamente com essa humanização da pauta, destacando a realidade dos trabalhadores da região antes de aprofundar as informações sobre a obra inacabada.

Ao retornar para a redação e apresentar a matéria, Laerte relatou que, inicialmente, sua equipe não compreendia a relevância do matadouro dentro do contexto da série. No entanto, ao assistir ao material finalizado, ficou evidente que a paralisação dessa obra impactava diretamente a economia local, a segurança alimentar e as condições de trabalho dos marchantes. Para o jornalista, essa experiência reforçou a importância do Jornalismo de Dados por fornecer um panorama quantitativo do problema, mas também do Jornalismo Investigativo e da reportagem em campo por entender as nuances e os impactos reais dessas

questões na vida da população.

Para sistematizar as informações apresentadas no quarto episódio da série "Obras inacabadas", foi elaborado um quadro que sintetiza os principais aspectos das obras mencionadas. O quadro inclui detalhes essenciais, como a cidade, o tipo de construção, o ano de início da obra, o montante investido, o estágio de paralisação, as justificativas apresentadas pelos órgãos responsáveis e os entrevistados. Essa organização permitiu uma visualização clara e comparativa das obras inacabadas abordadas neste episódio, destacando padrões recorrentes nos problemas enfrentados, como erros de execução, falta de recursos e abandono prolongado das construções. Além disso, a análise dessas informações possibilitou uma reflexão mais aprofundada sobre os impactos sociais causados pela paralisação das obras e sobre a falta de fiscalização e gestão eficiente dos recursos públicos. A seguir, apresentamos o quadro com os dados das obras investigadas no episódio final da série:

QUADRO 11: Episódio 04 - “Obras inacabadas”

CIDADE	OBRA	ANO DE INÍCIO	INVESTIMENTO	ESTADO DA OBRA	JUSTIFICATIVA	ENTREVISTADOS
Pirpirituba	Mercado Público	2019	R\$622 mil + 3 milhões	demolido, só a fundação	Quebra de contrato, necessidade de readequação	Feirantes da região, secretário de agricultura
Itaporanga	Matadouro Público	2011	-	quase completo, mas a obra foi abandonada	Erro de execução, pandemia, falta de recursos, aumento dos preços	Moradores e ouvidor da prefeitura
Monteiro	Irrigação da Vila Produtiva	2016	-	falta o bombeamento da água	Falta de infraestrutura adequada	Agricultores da região e representantes do Estado

Fonte: Criação própria.

A análise do quadro evidenciou um padrão comum entre as obras inacabadas investigadas no quarto episódio da série: os recorrentes problemas de planejamento, falta de continuidade na execução e abandono das construções. Assim como nos episódios anteriores, a justificativa para a paralisação das obras variou entre questões burocráticas, erros de execução, falta de recursos financeiros e mudanças na gestão pública, resultando em prejuízos diretos para a população local. No caso do Mercado Público de Pirpirituba, observou-se que a obra foi interrompida antes mesmo da conclusão da primeira etapa, demonstrando falhas no

planejamento e na gestão do projeto. Situação semelhante foi verificada no Matadouro de Itaporanga, onde a obra tinha sido idealizada há mais de uma década e permanecia sem previsão concreta de entrega, impactando diretamente a economia local e a segurança alimentar dos consumidores.

Já o Sistema de Irrigação da Vila Produtiva de Monteiro refletia as dificuldades enfrentadas por comunidades que dependiam da agricultura familiar, onde a falta de infraestrutura impedia a geração de renda e a autonomia dos agricultores reassentados. A ausência de um sistema eficiente de irrigação obrigava os moradores a dependerem exclusivamente de fatores climáticos e de recursos limitados, como poços artesianos, dificultando a produção e o desenvolvimento sustentável da região. Outro ponto que merece destaque é a posição das autoridades diante das denúncias apresentadas na reportagem. Como nos episódios anteriores, a justificativa para a não conclusão das obras frequentemente envolvia processos licitatórios complexos, falta de verbas e necessidade de novos investimentos. No entanto, a repetição dessas justificativas ao longo dos quatro episódios da série sugere uma falha estrutural na gestão de recursos públicos e na execução de políticas públicas voltadas para infraestrutura e desenvolvimento regional.

A construção narrativa do quarto episódio da série "Obras inacabadas" foi fortemente sustentada pelos depoimentos dos personagens entrevistados. As falas de moradores, trabalhadores e autoridades funcionaram como um recurso estratégico do jornalismo para telas (Emerim, 2017) investigativo, permitindo que o telespectador compreendesse não apenas os aspectos técnicos e estruturais das obras abandonadas, mas também os impactos reais que essas paralisações geraram na vida cotidiana das pessoas afetadas.

Cada personagem entrevistado cumpriu um papel específico na reportagem. Enquanto os moradores e comerciantes locais reforçaram o sentimento de indignação e frustração, os gestores públicos tentaram justificar os atrasos e entraves burocráticos. Já os especialistas e representantes de órgãos fiscalizadores trouxeram um olhar técnico sobre os desdobramentos dessas situações. Essa diversidade de vozes contribuiu para que a denúncia tivesse ainda mais credibilidade e pudesse aproximar o público da realidade apresentada. A seguir, o quadro destaca as falas mais relevantes do episódio, organizadas conforme o papel de cada personagem na reportagem.

QUADRO 12: Personagens presentes no quarto episódio

Tempo que aparece	Nome do Personagem	Tipo do Personagem	Cidade que o Personagem representa	Fala do personagem
0:37 e 1:27	Chico do Tempero	feirante	Pirpirituba	Um bocado de tempo já, visse, que tá sem mercado aí, tão em reforma aí e ninguém sabe quando vai sair, a gente fica esperando que saia, né, derrubaram e tão aí, aí ninguém sabe como é que vai ficar, né. (...) Com certeza, sempre existiu o mercado aí, né, tomara que saia o mais breve possível, né, pra ver como fica.
1:52	Rinaldo Barbosa	Secretário de Agricultura	Pirpirituba	Fez-se de início a parte de demolição e preparo do terreno e aí durante a pandemia muitas obras foram paradas, na verdade, muita coisa ficou parada, é, passou o período da pandemia foi retomado, a construtora que ganhou o processo licitatório quebrou o contrato, isso foi em início de 2022. Hoje a gente tem licitado aí R\$3 milhões, aproximadamente, desses R\$600 mil já foram investidos, já foi executado.
2:27	Alessandra Alves	Moradora	Pirpirituba	Ah, a gente tá bem, a gente tá bem ansiosos né, pra que tenha esse espaço, até para os feirando trabalharem lá mais organizado e limpo, porque aqui acaba um pouco mais bagunçado
3:22 e 3:54	João Guimarães	Marchante	Itaporanga	Hoje a gente mata, em local clandestino, muitas vezes a gente recorre a Pedra Branca, né, onde tem um matadouro, mas pedindo a prefeitura de lá, né, para poder liberar o abate. (...) A queda nas vendas foi mais de 80% depois que fechou o matadouro, cheguei a matar 15 bois por semana, hoje estou matando dois, três. A gente tinha um selo antes, quando tinha o matador, o selo de segurança que a gente podia até industrializar.
4:07 e 4:35	José Ienes	Marchante	Itaporanga	A clientela que a gente tem é porque já conhece a gente de muito tempo e sabe como é o comportamento da gente e não deixa, mas o novo fica receoso. Há 28 anos que a gente vem trabalhando nesse ramo e aí a clientela já conhece, sabe que

				<p>a gente não vai botar um produto que não seja de qualidade.</p> <p>(...)</p> <p>O custo aumenta de todo mundo, por causa que você tem que matar fora e tem que trazer, tudo é gasto. Você paga transporte para trazer, transporte para levar, as pessoas para tirarem</p>
4:23	Leninha Soares	Consumidora	Itaporanga	<p>Eu já compro aqui há um bom tempo e não tenho reclamação não. Eu creio que seria bem melhor, seria mais confiável, né, o abatimento.</p>
5:04	Damião Ferreira	Ouvidor da Prefeitura	Itaporanga	<p>Estamos na reta final agora da licitação para a compra de equipamentos, a estrutura física do matadouro já foi entregue desde o ano passado, a empresa concluiu a obra. Houve uma inconsistência no projeto e quando o novo prefeito, atual, assumiu, 2017, ele teve que fazer um novo projeto</p>
5:28	Glenda Dantas	professora de gestão pública na UFPB	Não se aplica	<p>Quando, é, não existe projeto em nível executivo ou o projeto básico ele apresenta fragilidades a tendência é que, no processo de execução deste projeto, haja problemas, haja demoras ou então, muitas vezes, o orçamento feito ele não é durante a execução se verifica que ele não é mais compatível, não é mais suficiente, daí a necessidade de ter um aporte maior de recursos, nesse caso, na forma de um aditivo</p>
6:04	Marinaldo Silvino	morador	Itaporanga	<p>Toda gestão, todo ano de eleição diz que vai concluir e a população sofrendo desse jeito. As pessoas às vezes vai comprar carne no frigorífico de nome porque sabe que só vende coisa de qualidade e não compra dos marchantes e os marchantes sendo prejudicados.</p>
6:52 e 7:06	Aguinaldo Freitas	presidente da associação da Vila Produtiva	Monteiro	<p>Desde que chegamos aqui estamos nessa espera, né, da irrigação, então é um processo lento, né porque já era pra tá bem adiantado.</p> <p>Nem todo mundo tem poço, justamente, e quem não tem poço não tem como produzir, só na época da chuva, eles iam colocar uma bomba elevatória, lá no canal que fica a meio quilômetro daqui,</p>

				de lá essa bomba vai bombear a água aqui pra vila Lafayete, aqui vai ter uma estação de bombeamento e chegando essa água na estação de bombeamento ela vai para os lotes, aqui temos 19 lotes, aqui próximo e mais um pouco adiante tem mais 42 lotes. Esse é o ponto chave, a água chegando, nós agricultores, vamos ter uma oportunidade de podermos desenvolver o nosso potencial e ter uma vida melhor.
8:08 e 8:40 e 9:47	Maria Gorete	Agricultora	Monteiro	<p>A gente quer o nosso lote irrigado, pra gente ter uma melhora, né, com um hectare irrigado a gente vai ter água diariamente.</p> <p>(...)</p> <p>Quem plantou nas primeiras chuvas e se continuar a gente ainda tem chances de ter alguma renda, mas se você perdeu a primeira chuva, já era. Tem que ser na torcida e rezando, pedindo a Deus pra tocar no coração dele e me deixar aqui até quando essa irrigação chegar.</p> <p>(...)</p> <p>Aqui é uma vila produtiva, vila produtiva, né, aí a gente só pode produzir através dessa irrigação</p>
9:04 e 10:14	Janaína Andrade	Procuradora do MPF	Não se aplica	<p>Embora a Vila Produtiva Lafayete seja a única vila idealizada dentro de todo o projeto da transposição do rio São Francisco que tenha água para consumo humano e esteja caminhando para se ter o seu sistema de água para irrigação, ela não tem efetividade, essas famílias tinham uma autonomia para produção, da agricultura e também para a criação de animais, elas tinham poços artesianos e hoje elas não tem mais isso. Dependendo exclusivamente de benefícios sociais, não há nenhuma medida judicial, mas a cada 60 dias se cobra informações de como está o andamento dessas obras complementares para permitir que a Vila Lafayete possa ter produção.</p> <p>(...)</p> <p>No eixo leste, no canal de Monteiro, é preciso que seja efetivamente concluído o sistema de esgotamento sanitário da cidade de Monteiro, é preciso que haja a revitalização do Rio Paraíba, porque na</p>

				Paraíba, no eixo leste a transposição do rio São Francisco ela tem uma especificidade, o canal produtor da transposição, as águas que chegam até o canal de transposição de Monteiro elas vão ser transpostas até o açude Eptácio Pessoa pelo leito do Rio Paraíba, é um canal natural e se esse canal condutor não tem a sua saúde, o rio Paraíba está assoreado, é um rio que está morrendo, é preciso que as autoridades cumpram o seu dever e façam a revitalização do Rio Paraíba.
11:08	Thiago Pessoa	diretor de operação e manutenção da Cagepa	Não se aplica	Em Monteiro a gente já vem com um programa de saneamento nos últimos anos, junto com a prefeitura, né, de deixar Monteiro 100% saneado, o que acontece lá agora é um loteamento privado onde a solução adotada por eles foi uma solução individual e não deu resultado. A Cagepa imediatamente quando soube disso já direcionou toda a área e a gente está licitando agora nesses próximos meses, para ter início daqui pro final do ano para ter início a essa obra desse loteamento. Vai ser investido um valor de quase R\$2 milhões de reais pra gente deixar toda essa área aí saneada.
12:01	Rafaela Camaraense	Secretária do Meio Ambiente da Paraíba	Não se aplica	Hoje nós estamos atuando em 47 propriedades, dessas 47 propriedades 93% já foi, de fato, reflorestado, os outros por cento estamos em fase de plantio, inclusive a partir do momento que nós concluirmos essa fase nós iremos para outra etapa onde nós visamos fazer o plantio e reflorestamento de mais de 50 hectares. Então o projeto ele vem acontecendo, nós estamos fazendo o reflorestamento, nós estamos fazendo o acompanhamento, a Sudema também tem feito o acompanhamento com relação às atuações, ao plantio, enfim, tudo tem acontecido, mas obviamente é feito através de etapas. É um projeto muito grande, é uma extensão muito grande, são mais de 600 hectares.

Fonte: Criação própria.

O último episódio da série "Obras inacabadas" aprofundou a discussão sobre a ineficiência da gestão pública e suas consequências diretas em setores essenciais, como

abastecimento, segurança alimentar e infraestrutura urbana. A partir dos depoimentos dos entrevistados, evidenciou-se um padrão de paralisação de obras que afetaram diretamente a população, dificultando o acesso a serviços básicos e gerando prejuízos econômicos e sociais. A ausência do Mercado Público de Pirpirituba, por exemplo, impactava o trabalho dos feirantes, que precisavam improvisar bancas nas ruas em condições precárias, como relatado por Chico do Tempero e Alessandra Alves. A falta de estrutura adequada não só comprometeu a segurança dos comerciantes, mas também prejudicou a organização da cidade. Já em Itaporanga, o fechamento do Matadouro Público levou marchantes como João Guimarães e José Ienes a recorrerem a abates clandestinos ou a deslocamentos para outras cidades, elevando custos e comprometendo a segurança alimentar. O impacto econômico da não conclusão da obra ficou evidente na queda expressiva das vendas, já que muitos consumidores se sentiam inseguros sem o selo de inspeção sanitária.

A fala da professora Glenda Dantas, especialista em gestão pública, reforçou um ponto crucial: a fragilidade nos processos executivos e a falta de planejamento adequado foram fatores determinantes para os atrasos e paralisações. Como apontado por Bardin (2016), a categorização dos discursos permitiu identificar padrões estruturais que se repetiam em diferentes contextos. No episódio, esses padrões foram organizados em três eixos principais:

- a) Indignação e frustração da população: Os depoimentos de Chico do Tempero e João Guimarães expressaram o sentimento de abandono por parte do poder público. Os entrevistados relataram as dificuldades do dia a dia sem acesso às infraestruturas prometidas, expondo as consequências diretas para suas atividades econômicas e qualidade de vida.
- b) Justificativas da gestão pública: Os representantes das prefeituras e secretarias utilizaram suas falas para tentar explicar os motivos das paralisações, citando dificuldades burocráticas, readequações de projetos e falta de recursos financeiros. O ouvidor da Prefeitura de Itaporanga, Damião Ferreira, por exemplo, argumentou que a obra do matadouro já tinha sido concluída, mas dependia de novos equipamentos para funcionar. No entanto, a ausência de prazos concretos e a recorrência de obras inacabadas ao longo dos anos reforçaram a desconfiança da população.
- c) Impactos sociais e econômicos: A fala da procuradora Janaína Andrade destacou como a falta de irrigação na Vila Produtiva Lafayette impediu a autonomia dos agricultores, forçando-os a depender de benefícios sociais. Para

Maria Gorete e Aguinaldo Freitas, a ausência da irrigação inviabilizou a produção, tornando insustentável o modelo de agricultura familiar na região. Além disso, a revitalização do Rio Paraíba, apontada como essencial para garantir a funcionalidade da transposição do Rio São Francisco, ainda não foi concluída, agravando os desafios enfrentados pelos moradores.

Ao reunir esses diferentes pontos de vista, a reportagem não apenas denunciou o problema, mas também provocou reflexões sobre a responsabilidade dos gestores e a necessidade de maior fiscalização na aplicação dos recursos públicos. Segundo Krippendorff (2004), a construção de narrativas jornalísticas eficazes requer a articulação entre fatos objetivos e interpretação crítica, estratégia amplamente utilizada pela série "Obras inacabadas". O contraste entre os discursos oficiais e os relatos dos cidadãos reforçou a tensão narrativa, tornando o episódio ainda mais impactante para o público.

Após a exibição de todas as reportagens da série, algumas prefeituras se manifestaram oficialmente sobre as obras inacabadas. Durante o JPB2, a apresentadora Larissa Pereira, apresentou as notas enviadas pelas administrações municipais, esclarecendo posicionamentos, justificativas e eventuais medidas adotadas. O quadro abaixo sintetiza essas informações, permitindo a identificação das prefeituras que optaram por se pronunciar, o episódio ao qual cada resposta se refere e o teor das declarações oficiais.

QUADRO 13: Notas das prefeituras envolvidas

Cidade	Episódio	Nota
Araçagi	Episódio 01	O ex-prefeito de Araçagi, Onildo Câmara, afirmou que em 2012 deixou a creche 95% pronta, mas não sabe porque os gestores que o sucederam não concluíram.
Guarabira	Episódio 01	O prefeito de Guarabira, Marcos Diogo, afirmou que a construção da creche na cidade começou em uma gestão anterior, em 2014, e parou por falta de recursos do governo federal. Marcos Diogo disse que já pediu autorização para concluir a obra com recursos próprios, mas o pedido foi negado.
Catingueira	Episódio 01	Não teve nota
Condado	Episódio 01	Não teve nota
Marizópolis	Episódio 02	A prefeitura de Marizópolis afirmou que a construção da Escola e do Posto de Saúde da Comunidade Riachão foi paralisada em gestões anteriores e que está analisando com uma equipe técnica como vai concluir essa obra.
Patos	Episódio 02	Não teve nota

Monteiro	Episódio 03	Não teve nota
Patos	Episódio 03	Em Patos, a prefeitura informou ontem que falta licitar e adquirir os equipamentos e a parte cênica para entregar o teatro e que a previsão para isso é junho do ano que vem.
Pedra Branca	Episódio 03	Em Pedra Branca, o Ministério das Cidades, afirmou que a companhia responsável, a Companhia Hipotecária Brasileira, tem até agosto de 2025 para entregar as casas. O problema é que segundo o Ministério a companhia está em processo de falência, a orientação do Governo Federal é que a prefeitura entre em contato com o responsável pela companhia para avaliar a situação
Pirpirituba	Episódio 04	A secretária de Agricultura reforçou que ainda está aguardando a readequação do projeto e do novo cronograma de obras da Caixa Econômica para liberação de dinheiro para a segunda etapa da obra.
Itaporanga	Episódio 04	Não teve nota
Monteiro	Episódio 04	A prefeitura informou que buscou junto com a Cagepa a realização de um projeto de esgotamento sanitário para regularizar a situação de algumas casas construídas nas proximidades do canal da transposição. A Cagepa ressaltou que o processo está em fase de licitação. A prefeitura de Monteiro disse ainda que solicitou a limpeza do canal fluvial para um melhor escoamento das águas.

Fonte: Criação própria.

Embora algumas prefeituras tenham se manifestado oficialmente após a exibição das reportagens da série, as respostas apresentadas reforçaram a falta de previsibilidade e comprometimento na solução dos problemas. Em Araçagi e Guarabira, por exemplo, os gestores atribuíram a paralisação das creches a administrações anteriores e à falta de repasses do governo federal, sem oferecer prazos concretos para a conclusão das obras. A prefeitura de Marizópolis adotou uma abordagem semelhante, afirmando apenas que estava analisando como finalizar as construções interrompidas no passado. Outras prefeituras apresentaram previsões, mas ainda sem garantias de execução. Em Patos, a prefeitura informou que pretendia licitar e adquirir os equipamentos do teatro municipal até junho de 2024, enquanto em Pedra Branca, o Ministério das Cidades reconheceu que a Companhia Hipotecária Brasileira, responsável pelo conjunto habitacional, estava em processo de falência, sugerindo que a prefeitura avaliasse alternativas. No caso de Pirpirituba, a gestão municipal aguardava a readequação do projeto para a liberação de recursos, sem definição clara de prazos. Já Monteiro destacou que iniciou um projeto de esgotamento sanitário em parceria com a Cagepa, mas que ainda estava em fase de licitação.

A recorrência de justificativas que transferem a responsabilidade para gestões

anteriores, entraves burocráticos ou dificuldades financeiras demonstra a fragilidade dos mecanismos de planejamento e fiscalização das obras públicas. A ausência de notas de várias prefeituras reforça a falta de transparência na comunicação com a população.

Entende-se que a série “Obras inacabadas” cumpriu um papel fundamental ao expor deficiências na gestão pública, utilizando o jornalismo investigativo e dados públicos para cobrar respostas das autoridades e dar voz à população diretamente afetada por esses descasos, fortalecendo o debate sobre transparência, fiscalização e responsabilidade na administração pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A série “Obras inacabadas”, produzida e exibida pela TV Cabo Branco, representa um marco no jornalismo investigativo paraibano ao utilizar dados públicos e narrativas humanizadas para expor falhas na gestão de recursos e fomentar o debate sobre transparência e *accountability* (Akutsu; Pinho, 2002) governamental. Com um trabalho metódico de apuração, a reportagem conseguiu traduzir números abstratos em histórias concretas, aproximando o público das realidades enfrentadas por comunidades afetadas pelo abandono de obras públicas.

O uso estratégico do Jornalismo de Dados foi essencial para consolidar a credibilidade da série. Como destacou o repórter Laerte Cerqueira (Apêndice 01), o acesso a informações detalhadas exigiu cruzamento de diferentes bases de dados, desde o *dashboard* do Tribunal de Contas da União (TCU) até relatórios fornecidos pelo Ministério Público Federal (MPF). Essa dificuldade evidencia um dos desafios centrais do Jornalismo de Dados no Brasil: a falta de atualização e a burocracia para obtenção de informações fundamentais para a fiscalização da gestão pública. Como pontuado por Laerte, sem esse tipo de levantamento, muitas denúncias permaneceriam invisíveis, limitadas à percepção individual da população.

Além do aprofundamento investigativo, a série também se destacou pela sua adaptação ao jornalismo para telas, conceito abordado por Emerim (2017). O uso de destaques gráficos visíveis em qualquer plataforma (televisão, *tablet*, *smartphone* ou computador) para evidenciar valores financeiros, imagens aéreas captadas por drones e uma montagem dinâmica reforçou a experiência televisiva e facilitou a compreensão do público. Esse aspecto visual foi essencial para tornar os dados acessíveis, contribuindo para o engajamento da audiência.

Diante dos desafios crescentes para a obtenção e a interpretação de dados públicos, a série “Obras inacabadas” reforçou o papel do Jornalismo de Dados como uma ferramenta essencial para a sociedade contemporânea. Em um cenário onde a desinformação e a manipulação de dados são desafios constantes, reportagens baseadas em dados oferecem uma alternativa robusta e verificável, permitindo que a audiência tenha acesso a informações contextualizadas e confiáveis. O uso de técnicas de visualização de dados, inteligência artificial e automação no jornalismo tende a se expandir nos próximos anos, tornando a prática cada vez mais estratégica para a cobertura de temas de interesse público.

A repercussão da série foi significativa. Como observado por Beto Silva (Apêndice 03), o impacto das reportagens movimentou órgãos fiscalizadores, provocou respostas dos

envolvidos e gerou mobilização social. Segundo o referido jornalista, muitos cidadãos se sentiram representados, e a exibição da série renovou a esperança da população de que as obras fossem retomadas e concluídas. Para Laerte Cerqueira (Apêndice 01), esse retorno positivo foi um dos fatores determinantes para a realização de uma segunda temporada da série, demonstrando como o jornalismo pode influenciar diretamente a sociedade e pressionar autoridades a prestarem contas.

Entretanto, a série também expôs desafios estruturais do jornalismo investigativo no Brasil. Como enfatizou Laerte, "há um movimento contrário à transparência, no qual emendas impositivas e decisões políticas dificultam o rastreamento do uso de verbas públicas" (Apêndice 01). Além disso, "a falta de mecanismos eficazes de punição para empresas que abandonam obras e gestores que falham na execução de projetos perpetua a cultura de desperdício de dinheiro público" (Apêndice 01). O repórter ressaltou que a luta pela transparência é contínua, e que os jornalistas precisam estar cada vez mais preparados para decifrar e contextualizar dados, garantindo que a sociedade tenha acesso a informações precisas e de interesse público.

O fato da TV Cabo Branco contar com um Núcleo de Dados, que tem por função a produção de conteúdos com esse tipo de informação de maneira mais aprofundada, conforme relatado na entrevista semiestruturada de Dani Fachine (Apêndice 02), é algo que cabe ser salientado. Isso demonstra a importância que o uso desse recurso vem alcançando, inclusive, no cenário do jornalismo paraibano e aponta para um possível crescimento, uma vez que esse Núcleo foi criado recentemente, em 2022, pela Rede Paraíba de Comunicação, da qual a TV Cabo Branco faz parte.

Os entrevistados foram unânimes em afirmar que o futuro do Jornalismo de Dados é promissor, mas desafiador. Laerte enfatizou que o Jornalismo de Dados deve extrapolar a aplicação que já é feita pelos núcleos especializados dentro das redações, pois precisa ser uma habilidade comum dominada por todos os jornalistas, permitindo que mais profissionais possam utilizar essas técnicas para interpretar e cruzar informações de interesse público. Beto Silva ressaltou que o Jornalismo de Dados se tornou mais firme e robusto, servindo como alicerce para a construção de reportagens investigativas cada vez mais aprofundadas.

Para aqueles que desejam ingressar na área, os entrevistados recomendaram formação contínua e domínio de ferramentas específicas. Laerte Cerqueira destacou a importância de cursos especializados em Jornalismo de Dados, além da necessidade de um olhar crítico sobre a origem e a atualização das informações disponíveis. Ele também ressaltou que os jornalistas devem desenvolver uma curiosidade epistemológica, ou seja, não apenas buscar dados brutos,

mas entender o contexto por trás deles, questionando por que determinadas informações são disponibilizadas e outras não. Beto Silva, por sua vez, recomendou que jornalistas interessados no tema se familiarizassem com plataformas de pesquisa e análise de dados, buscassem parcerias com especialistas e estivessem sempre atentos à qualidade e confiabilidade das informações coletadas.

Apesar da relevância da série “Obras Inacabadas” e da experiência em campo do jornalista responsável, Laerte Cerqueira, a reportagem esbarrou em limitações técnicas que comprometem o aprofundamento da análise dos dados públicos. O próprio repórter admitiu, em entrevistas e bastidores, que ainda não domina plenamente as ferramentas de extração e cruzamento de dados, o que dificultou, por exemplo, a correlação entre os bancos de dados fornecidos por instituições como o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e demais órgãos fiscalizadores. A ausência dessa articulação entre fontes limitou o potencial investigativo da série, que poderia ter avançado em análises comparativas mais robustas, identificação de padrões e responsabilização mais precisa dos gestores envolvidos.

Outro ponto que poderia ter sido melhor explorado diz respeito à estratégia de distribuição e engajamento com o público, especialmente no ambiente digital. Faltou uma articulação crossmídia mais estruturada entre a reportagem televisiva e as redes sociais da TV Cabo Branco e do jornalista. A série poderia ter se beneficiado de ações como chamadas nas redes para que o público acompanhasse os episódios ao vivo, bem como convites ao final de cada matéria para que os telespectadores compartilhassem suas opiniões nas plataformas digitais usando uma hashtag específica ou comentando diretamente nos teasers da reportagem. Ainda há muito espaço para avançar no uso de dados públicos no jornalismo paraibano, mas a série “Obras Inacabadas” representa um excelente ponto de partida para fortalecer essa frente de cobertura na imprensa local.

Para além disso, o estudo evidenciou que a fiscalização da gestão pública não deve depender apenas do jornalismo investigativo, mas também do engajamento contínuo da sociedade civil. A transparência dos dados governamentais e a acessibilidade das informações são fatores fundamentais para garantir que a população possa monitorar e cobrar a aplicação correta dos recursos públicos. Nesse sentido, reportagens como “Obras inacabadas” servem não apenas como denúncia, mas como incentivo à participação ativa dos cidadãos na fiscalização do Estado.

Dessa forma, “Obras inacabadas” reforça a importância do jornalismo investigativo como ferramenta de fiscalização e mobilização social. O trabalho não termina com a exibição da série, mas permanece como um alerta constante sobre a necessidade de monitoramento

contínuo e de cobrança por parte da população. Como pontuou Laerte, o legado desse tipo de reportagem não está apenas na denúncia, mas na necessidade de continuidade desse trabalho, garantindo que o jornalismo siga exercendo seu papel como fiscalizador dos recursos públicos.

Ao transformar dados brutos em narrativas acessíveis e impactantes, a série reafirma o papel do jornalismo como instrumento de mudança. Mais do que expor falhas na administração pública, a série “Obras inacabadas” demonstrou que o jornalismo, quando bem fundamentado e comprometido, pode gerar impacto real na vida das pessoas e na condução da gestão pública.

Diante do exposto nas considerações, este estudo teve como objetivo analisar como os dados foram coletados, manipulados e apresentados, examinando a estrutura narrativa adotada para contextualizar as informações e os desafios enfrentados no processo de checagem e verificação de dados públicos. Além disso, buscou compreender os preparativos para a produção da série, identificando as estratégias utilizadas para tornar as informações acessíveis ao público e avaliar os impactos sociais das obras inacabadas. A pesquisa demonstrou que o Jornalismo de Dados desempenhou um papel fundamental na fiscalização da aplicação de recursos públicos e na promoção da conscientização coletiva sobre transparência e responsabilidade na gestão pública. Assim, os objetivos propostos foram plenamente alcançados, evidenciando como a integração entre dados públicos e narrativa jornalística pode contribuir para ampliar a fiscalização social e fortalecer o debate público sobre a administração de recursos governamentais.

O uso estratégico do jornalismo de dados, aliado ao jornalismo investigativo, demonstrou como a transparência na administração pública pode ser fortalecida por meio da análise, contextualização e divulgação dessas informações, promovendo um debate mais qualificado e exigindo maior responsabilidade dos gestores públicos. A produção da série envolveu desafios que refletem o atual cenário do jornalismo investigativo baseado em dados no Brasil, incluindo limitações no acesso a informações públicas, dificuldades na atualização dos bancos de dados governamentais e a necessidade de interpretar e traduzir esses números para torná-los compreensíveis ao público. Como apontado por Laerte Cerqueira, jornalista responsável pela série, a obtenção de dados confiáveis exigiu a combinação de fontes oficiais, como o Tribunal de Contas da União (TCU), e documentos exclusivos obtidos através do Ministério Público Federal (MPF). Esse processo evidencia um dos maiores desafios do jornalismo de dados contemporâneo: a necessidade de aprofundamento na investigação para garantir que as informações coletadas sejam verificadas, contextualizadas e apresentadas de

forma acessível à população.

A partir deste estudo, futuras pesquisas podem aprofundar a aplicação do Jornalismo de Dados em produções televisivas, analisando como diferentes veículos utilizam dados públicos para embasar reportagens investigativas e fortalecer a transparência na gestão pública. Além disso, estudos podem examinar a relação entre o Jornalismo de Dados e sua influência na formulação de políticas públicas, investigando se e como reportagens como “Obras inacabadas” impactam diretamente decisões governamentais e processos de fiscalização. Investigações comparativas entre telejornais regionais e nacionais também podem revelar diferenças na abordagem, no alcance e no impacto dessas reportagens sobre a sociedade. Outro caminho promissor seria explorar a percepção do público em relação ao uso de dados nas narrativas jornalísticas, avaliando de que forma a exposição de informações quantitativas influencia a compreensão e a mobilização dos cidadãos diante de temas de interesse público. Dessa forma, este trabalho não apenas contribui para o debate sobre o uso de dados no telejornalismo, mas também abre espaço para novas reflexões sobre o impacto do Jornalismo de Dados na sociedade e sua importância na promoção da transparência, da responsabilidade governamental e da participação ativa dos cidadãos.

6 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. O jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 73-84, jul./dez. 2006.
- AMARAL, M.; VIANA, N. **Furos, mentiras e segredos revelados: uma década de reportagens da Agência Pública**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.
- AMADORI, R.; MARQUES, M. A instantaneidade e a construção da notícia no jornalismo online. In: XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 2009, Brasília. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2009/resumos/r17-0304-1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- ANDERSON, C.W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, São Paulo, n.5, ano 2, p. 30-89, abr./jun. 2013.
- BARBOSA, S. A.; TORRES, V. **O paradigma ‘jornalismo digital em base de dados’**: modos de narrar, formatos e visualização para conteúdos. *Galáxia* (São Paulo - Online), n.25, p. 152-164, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina Brasil, 2016.
- BATISTA, M; ROCHA, V; SANTOS, J. Transparência, corrupção e má gestão: uma análise dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 5, p. 1382–1401, 2020.
- BECKER, V.; GAMBARO, D.; SOUZA FILHO, G.L. O impacto das mídias digitais na televisão brasileira: queda da audiência e aumento do faturamento. **Palavra Chave**, v. 18, n. 2, p. 341-373. 2015.
- BERTOCCHI, D. **Dos dados aos formatos: a construção de narrativas no Jornalismo Digital**. Curitiba: Editora Appris, 2016.
- BISIANI, S.; ABELLAN, A.; ROBLES, F. A.; GARCÍA-AVILÉS, J. A.; The Data Journalism Workforce: Demographics, Skills, Work Practices, and Challenges in the Aftermath of the COVID-19 Pandemic. **Journalism Practice**, v. 19, n. 3, p. 502-522, 2023.
- BOORSTIN, D. From news gathering to news making: a flood of pseudo-events. *The Image: A Guide to*. 1971. In: **Teoria da comunicação e jornal de pesquisa**. Edição 24 Inverno-Primavera de 2007, p. 251-270, 2007.
- BRENOL, M. Jornalismo e transparência pública digital: aliados pela qualidade do debate público. **Intexto**, n. 52, p. 94992–94992, 2021. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/94992>>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- BRITO, A.; SERRANO, P. Entre o profissional e o pessoal: explorando a dinâmica do telejornalismo local no Instagram. **Temática**, v. 20, n. 8, p. 167-181, 2024.

CANAVILHAS, J. (Ed.). **WebJornalismo: 7 Características que marcam a diferença**. Covilhã, Portugal: LabCom, 2014.

CANNITO, N. **A Televisão digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócios**. São Paulo: Summus, 2010.

CASSIANO, K. K.; SANTOS, Í. G. dos. O Jornalismo de Dados como Estratégia para o Resgate da Credibilidade Jornalística. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 127-145, jul./dez. 2023.

CHARBONNEUX, J.; GKOUSKOU-GIANNAKOU, P. O Jornalismo de "Dados", uma prática de investigação? Um olhar sobre os casos alemão e grego. **Brazilian Journalism Research**, 11, 2, 266-291, 2015.

CODDINGTON, M. **Aggregating the News: Secondhand Knowledge and the Erosion of Journalistic Authority**. New York Chichester, West Sussex: Columbia University Press; 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7312/codd18730> <https://doi.org/10.7312/codd18730>. Acesso em: 29 mai. 2024.

CONTATO, A. **As transformações do telejornalismo brasileiro e suas implicações no telejornalismo regional: um estudo do Paraná TV 1º Edição**. Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/7a7c01fb-8a6c-4517-8bc5-261279f126d8/content>. Acesso em: 25 jan. 2025.

CUSHION, S. **television journalism: Journalism studies: key texts**. Los Angeles: SAGE, 2012.

DENZIN, N. K. **The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods**. Nova Iorque: Routledge, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315134543>. Acesso em: 26 mai. 2024.

EMERIM, C. Telejornalismo ou jornalismo para telas: a proposta de um campo de estudos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 14, n. 2, p. 113-122, 2017.

FINGER, C.; EMERIM, C.; CAVENAGHI, B. Metodologias de Pesquisa em Telejornalismo. **Revista Sessões do Imaginário (PUC/RS)**, v. 22, n. 37, p. 2-9, 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/28073/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

FORTES, L. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2012.

GHAZIRI, S. **Entre ler e assistir: experiências de leitura de textos em movimento do telejornalismo news na escola**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/4d95060f-90d4-47bf-9c85-f00ebd4bfa41/content>. Acesso em: 24 jan. 2025.

GONÇALVES, F.; STACCIARINI, I.; NASCIMENTO, S. O uso da LAI por jornalistas: uma análise de requerentes, pedidos e respostas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 15, n. 2, p. 130-140, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2018v15n2p130>>. Acesso em: 22 jan. 2025.

GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; CHAMBERS, L. **The data journalism handbook**. 1 ed. California: O'Reilly Media, 2012.

- GRAY, J; BOUNEGRU, L. **Manual de Jornalismo de Dados: Rumo a uma prática crítica de dados**. 2 Ed. 2021. Disponível em: https://datajournalismcom.s3.eu-central-1.amazonaws.com/handbooks/The-Data-Journalism-Handbook-2_PT.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.
- GIBBS, G. R. *Analyzing Qualitative Data*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4135/9781526441867>. Acesso em: 30 mai. 2024.
- HERAVI, B. R.. 3Ws of Data Journalism Education: What, where and who? **Journalism Practice**, v. 13, n. 3, p. 349–366, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17512786.2018.1463167>. Acesso em: 25 mai. 2024.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- JUNIOR, M. **A sedução da notícia: a informação-espetáculo no Jornal Nacional**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. Londres: Sage, 2004.
- LEWIS, N. P.; WATERS, S. Data Journalism and the Challenge of Shoe-Leather Epistemologies. **Digital Journalism**, v. 6, n. 6, p. 719–736, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1377093>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- MACHADO, A. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.
- MAIOR, G. **Histórias da Televisão na Paraíba**. João Pessoa: A União, 2017.
- MANCINI, L; VASCONCELLOS, F. **Jornalismo de Dados: conceito e categorias**. *Fronteiras - estudos midiáticos*, v. 18, n. 1, p. 69-82, 2016. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2016.181.07>. Acesso em: 19 jan. 2025.
- MATTOS, S. **Um perfil da TV brasileira: 40 anos de história**. Salvador: Abapa/A Tarde, 1990.
- MATTOS, S. A evolução histórica da televisão brasileira. In: Vizeu, A.; Porcello, F.; Coutinho, I. (Orgs.). **60 anos de Telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.
- MENDEL, T. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2009.
- MOURA, S. **Caco Barcellos: o repórter e o método**. João Pessoa: Editora UFPB, 2007.
- NASCIMENTO, S. **Os Novos Escribas: o fenômeno do Jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.
- OLIVEIRA, A. P. B.; ANGELUCI, A. C. B. Competences and Skills in Data Journalism: Perceptions on the Profile of Brazilian Professionals. **Brazilian Journalism Research**, v.15, n.2, p. 381–399, 2019.
- PARASIE, S.; DAGIRAL, E. Des journalistes enfin libérés de leurs sources. **Sur le Journalisme**, v. 2, n. 1, p. 52–63, 2013..

PEREIRA, G. **Novas telas para o telejornalismo**: o conflito entre o quarto e quinto estado/poder e a expansão do conteúdo para além das localidades. 2020. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/11561/1/gustavoteixeiradefariapereira.pdf> Acesso em: 10 jul. 2024.

PEREIRA, H. **Paraíba na rede**: como o jornalismo das TVs Cabo Branco e Paraíba chega aos telejornais da Rede Globo. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/12623/1/Arquivototal.pdf>, Acesso em 28 jan. 2025.

REZENDE, G. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. ed.2, São Paulo: Summus, 2000.

REZENDE, G. 60 anos de Telejornalismo na TV brasileira: percalços e conquistas. In: VIZEU, A.; PORCELLO, F.; COUTINHO, I. (Orgs.). **60 anos de Telejornalismo no Brasil**: história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010.

RICCO, F.; VANNUCCI, J. **Biografia da Televisão Brasileira**. v. 2. São Paulo: Editora Matrix, 2017.

RODRIGUES, C. **Um estudo de caso sobre jornalismo de dados abertos**: método, evidência, e transparência nas rotinas produtivas no Brasil e na Inglaterra. 2021. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, L. Jornalismo americano: duas histórias de poder. **Revista de Comunicação Social**, v. 16, p. 71-86, 1986.

SALAVERRÍA, R. Ideas para renovar la investigación sobre medios. **Profesional de la información**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 223–226, 2015. DOI: 10.3145/epi.2015.may.01. Disponível em: <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2015.may.01>. Acesso em: 8 feb. 2025.

SEQUEIRA, C. M. **Jornalismo Investigativo**: o fato por trás da notícia. São Paulo: Summus Editorial, 2005.

SIQUEIRA, F.; VIZEU, A. Jornalismo em transformação: as escolhas dos formatos das notícias na TV. In: VIZEU, A.; MELLO, E.; PORCELLO, F.; COUTINHO, I (Orgs.). **Telejornalismo em questão**. v.3, Florianópolis: Editora Insular, 2014.

SILVA, C. E. L. **Muito Além do Jardim Botânico, um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores**. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1985.

SOUZA, J. A memória do telejornalismo: transformações tecnológicas e culturais do arquivamento, acesso e uso do arquivo de imagem na internet. **Revista Alterjor**, São Paulo, Brasil, v. 23, n. 1, p. 278–295, 2021. DOI: 10.11606/issn.2176-1507.v23i1p278-295. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/174380>. Acesso em: 8 feb. 2025.

TRÄSEL, M. Jornalismo guiado por dados: aproximações entre a identidade jornalística e a cultura hacker. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Santa Catarina, vl. 11, n1, p. 291-304, jan./jun. 2014.

TEMER, A. Desconstruindo o telejornal: um método para ver além da *mélange* informativa. In: VIZEU, A.; MELLO, E.; PORCELLO, F.; COUTINHO, I. (Orgs.). **Telejornalismo em questão**. v.3, Florianópolis: Editora Insular, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERRAN, H. Contando histórias por trás de números sem esquecer a questão do valor. In: GRAY, J.; BOUNEGRU, L. (Org.). **Manual de Jornalismo de Dados: rumo a uma prática crítica de dados**. 1. ed. 2021. p. 41-49.

WURGLER, L.; CANCELA, P. How Do Investigative Journalists Initiate Their Stories? Exploring the Investigative Ecosystem of Switzerland. **Journalism Practice**, v. 18, n. 6, p. 1398-1419, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17512786.2022.2103019>. Acesso em: 18. jun 2024.

ZUCCOLOTTO, R; ANTONIO, M; TEIXEIRA, C. **Governo e Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro**. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/4161/4/Transparencia.pdf>. acesso em 21 jan. 2025.

APÊNDICE 01 - Entrevista com Laerte Cerqueira

Laerte Cerqueira foi o idealizador da série "Obras inacabadas", sendo o principal responsável pela pesquisa nos bancos de dados públicos e pelo desenvolvimento da lógica das reportagens. Sua atuação foi essencial para estruturar a narrativa jornalística da série, garantindo que os dados coletados fossem analisados e contextualizados de maneira rigorosa. Dada a relevância de seu papel na construção da série, esta entrevista semi-estruturada torna-se uma fonte fundamental para este trabalho. A entrevista foi conduzida no dia 11 de janeiro de 2025, em sua residência, e está organizada em três seções principais: *Planejamento e Pesquisa*, *Descobertas e Resultados* e *Reflexões e Melhorias*. A entrevista durou 55 minutos e a seguir, serão apresentadas as respostas do jornalista, fornecendo uma visão aprofundada sobre o processo de concepção, apuração e execução da série.

Sessão 01: Planejamento e Pesquisa

1. Como foi o processo inicial de planejamento para a série de reportagens?

Eu já tinha feito uma série de obras inacabadas, mais ou menos, em 2015 ou 2016, eu não lembro mais. E eu resgato essa fala, porque sempre me incomodou a história da gente dizer, ah, tem tantas obras inacabadas, só que sem dar uma contextualização, né? Isso me incomodava na época do jornal. O jornal dava o relatório: o tribunal de contas, disse que tem tantas obras inacabadas. Só que aí você não tinha uma noção de onde eram essas obras, quem é que estava sendo prejudicado, o que é que estava acontecendo. Quando foi no ano de 2023, por algum motivo eu vi que o tribunal de contas da União tinha um painel, tinha criado um painel de obras inacabadas. E aí eu resolvi verificar se esse painel de fato funcionava, né? Até para poder trazer dados novos, para fazer um trabalho que não fosse um trabalho só de reprodução do conteúdo do tribunal ou de órgãos de controle, mas que eu tivesse algo original nosso, meu mesmo. Aí eu entrei no site, de fato, o site do tribunal de contas da União, painel do TCU, de obras inacabadas, é muito bom. Ele é responsivo, você consegue filtrar bem, é fácil. Então quando eu vi ali tudo muito claro, quais são as obras da Paraíba, quantas eram de saúde, quantas eram de educação, eu falei, caramba, eu preciso fazer isso. Aí eu vi na época a quantidade, eu não lembro mais. Eu sei que recentemente eu vi, eles atualizam de seis em seis meses, a última atualização foi em abril de 2024. Então eu vi que funcionava, só que eu tinha a quantidade, mas eu não sabia quais eram as obras especificamente que estavam inacabadas.

Só que aí, eu tinha os dados, o tribunal de contas podia me ajudar, obviamente, com as informações de que obras eram, só que eu não queria ficar com base só no tribunal de contas da União, eu queria outros órgãos. Fui para o Ministério Público Federal, mandei e-mail para o Ministério Público Federal, primeiro liguei para os assessores, depois mandei mensagem para o Ministério Público Federal para saber quantas obras o Ministério Público Federal investigava por estarem paradas, né? Quantas tinham inquérito, quantas não tinham. Eu tive uma certa dificuldade, mas eles me mandaram um relatório.

2. Demorou muito para eles mandarem esse relatório?

Não, não demorou. É porque cada procurador tem uma quantidade de obras que é por região. Então, assim, eu estava focando lá no Sertão e Cariri, porque eu já tinha muita obra, de acordo com o tribunal de contas da União, aqui da região metropolitana, Guarabira. Aí eu fui e fui para o Ministério Público Federal. Também fui para o Tribunal de Contas do Estado, pedindo o relatório do Tribunal de Contas do Estado. O Tribunal de Contas do Estado não tinha um relatório consolidado como o Tribunal de Contas da União. Eu cheguei a falar com auditores do Tribunal de Contas do Estado para ver se eu conseguia esse relatório consolidado de obras paradas. Eles têm um relatório, mas, se eu não me engano, são de relatório de obras, mas você não consegue identificar quais são as que estão paradas, na atualidade, as que estão inacabadas, porque havia uma diferença de inacabadas e paradas. As obras paradas é que, por algum motivo de licitação, estão temporariamente paradas, as inacabadas já estavam lá há muito tempo sem conclusão.

Eu fui atrás do Ministério Público Federal, Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado, e fiz o seguinte, liguei para os repórteres da região de Guarabira e da região do Sertão, para que eles pedissem ou pegassem lá nos grupos informações sobre obras paradas nas suas regiões, porque serviria como base. Nesse caso, especificamente, o grande receio que eu tinha era chegar lá no local somente por meio dos relatórios, e a obra está concluída, e aí eu perderia muito tempo. Queria fazer um filtro melhor, mas, de fato, foi a base de dados desses órgãos que me ajudou muito, inclusive a estabelecer o roteiro. Agora, o que aconteceu? Para estabelecer esse roteiro, eu precisava também confirmar se essas obras estavam paradas. Então, assim, eu quero fazer uma obra em tal lugar. Eu ligava, tentava ligar para alguém que eu conhecia, algum repórter, alguém de lá. Fazia um processo de produção mesmo, ou dava um Google e botava o nome da obra na cidade, porque os sites locais também, muitas vezes, quando são oposição à prefeitura ou ao governo, ou tem uma obra, por exemplo, como o Matadouro, que é muito emblemática, eles registram. Eu ia fazendo os

cruzamentos a partir dos dados que eu já tinha dos órgãos públicos.

3. Então, você usou nesse primeiro momento os dados, mais as informações de repórteres da região?

Exatamente. Por exemplo, as creches, todas as creches que estavam nesse relatório do Tribunal de Contas do Estado, da União, também estavam no relatório do Ministério Público Federal, porque muitas dessas creches estavam, de fato, paralisadas há muito tempo. É do governo Dilma ainda. E eu tinha ido para fazer essas matérias nessas horas. Algumas das creches que eu fui, se eu não me engano, Araçagi, tem até um flashback porque eu já tinha ido. Das cinco obras que eu apresentei, umas três eu já tinha ido. Na verdade, eu fui justamente para fazer essa cobrança. Só que eu fui no momento, inclusive, em que o governo federal estava anunciando a retomada de obras inacabadas, inclusive o MEC, que foi no primeiro ano do governo Lula. Lula ganhou em 2022 e em 2023 Camilo Santana anunciou a recuperação dessas obras. Então, eu juntei, de fato, os dados públicos. Porque a minha preocupação com os dados públicos é a atualização deles. Muitas vezes, por exemplo, no caso do Tribunal de Contas da União, são seis meses. Pelo menos foi o que eu vi lá. Seis meses. Então, dependendo de quando você vai pegar esses dados, as obras podem ter iniciado. E como eu tinha pouco tempo para fazer o percurso, eu precisava ter certeza que as obras estavam paradas. Tem muitas obras paradas, hoje são 502.

4. Eu queria entender quais foram os critérios para selecionar essas obras que você foi lá e gravou.

Primeiro, temas. Porque, no final das contas, a gente precisava humanizar a história. Eu não escolhi ginásio. Porque eu tinha muita creche, tinha posto de saúde, tinha o matadouro, tinha vilas olímpicas em patos, duas. Como eu tinha obras que eram muito grandes, com um montante de recursos muito alto, eu acabei não tendo condições de focar nos ginásios.

E olha que tinha muitos. Eu podia ter feito um apanhado, pegar um ginásio só, falar dessa questão da importância dos ginásios na cidade pequena, de 3 mil habitantes, e aí dito os números de ginásios que pareciam obras simples, que estavam parados. Mas acabou que por conta da quantidade de outras obras que eu tinha, eu acabei fazendo essa escolha. E aí é por temas, por região, porque eu queria dar essa dimensão. Então, se eu conseguisse pegar aqui, acho que eu peguei Conde, Santa Rita, e eu não quis escolher João Pessoa, porque João

Pessoa, a gente tem o calendário, a imprensa coloca a luz. Eu queria colocar a luz em locais em que a imprensa não chega.

Por exemplo, eu fui fazer essas obras inacabadas, um conjunto habitacional em Pedra Branca. 40 casas, se eu não me engano, parece pouco, mas assim, 40 casas que estavam abandonadas, quase prontas, e simplesmente levaram tudo, levaram porta, levaram janela, levaram tudo. E quando eu cheguei lá, que a gente botou o drone e quando viu de cima, eu fiquei impressionado, porque era um cemitério de casas. E a gente encontrou essa lista no relatório do Tribunal de Contas da União. E no Tribunal de Contas da União, você vai fazendo o cruzamento, você tem que saber quem foi que começou a obra, aí você vai buscar na própria internet, em outros dados, qual foi o ano que começou, só que no final das contas, o barato de tudo isso é fazer o cruzamento entre o que está no papel e o que está na realidade. A escolha é tema, região (a gente queria colocar luz em locais que a impressão não chega), tempo (20, 15 anos do tempo) e também aquelas obras que a gente foi na série de 2015, e que a gente queria saber se tinham concluído ou não.

5. Teve alguma obra que foi concluída?

Teve algumas que foram concluídas, agora eu não lembro exatamente qual foi não, mas teve algumas. No final das contas, a gente estava com um material tão denso que não dava mais, aí eu fiz com esse material que a gente tinha, mas eu pretendo, obviamente, fazer uma espécie de diagnóstico agora no próximo ano para ver o que foi feito.

6. Quais foram as técnicas de reportagens investigativas utilizadas? Porque, de fato, não foi só pegar os dados e ir lá, teve que fazer uma sondagem antes.

Eu tive que ligar para os repórteres que eu conheço, que moram nessas regiões. Eu buscava o seguinte: repórteres de rádios dessas cidades. Buscava, na internet mesmo, buscava o telefone da rádio, ligava para lá, ou ligava para alguém que conhecia uma outra pessoa para confirmar essa obra de fato está parada, há quanto tempo, de quem foi. E aí eu tentava, obviamente as pessoas ficam com medo da questão política, e eu já dizia, não tem nada a ver com a questão política especificamente, é uma série que a gente está fazendo aqui, eu já fiz uma outra vez, e de fato a credibilidade do nome ajuda. Porque as pessoas já sabiam que eu não estava fazendo politicagem. Teve um episódio que foi muito marcante para mim, que foi o seguinte, eu estava com muita dificuldade de encontrar, estava na região de Itaporanga, estava com o meu tempo apertado, e eu ia fazer um matadouro numa cidade. Só que não tinha registro na internet de questionamento sobre esse matadouro. Mas tinha uma cidade vizinha,

que era Itaporanga. Eu descobri pesquisando na internet um matadouro na região de Vale do Piancó, alguma coisa assim. E aí eu vi um vídeo de um repórter de Itaporanga, da TV Diário do Sertão, com o vereador falando dessa obra e “batendo” no prefeito. Obviamente não era o meu objetivo, mas aquele vídeo me ajudou, eu estava indo para Serra Branca, porque Serra Branca fica depois de Itaporanga, para fazer as casas. Só que eu queria encontrar alguma coisa antes de Serra Branca, para poder complementar. Aí eu vi esse vídeo, liguei para um amigo meu, pedi o telefone do dono do Diário do Sertão, e ele me deu o telefone do repórter que fez o vídeo. Quando eu liguei para ele, disse quem eu era, que tinha visto o vídeo e que queria saber se esse matadouro ainda está assim, e se ele podia me receber, para me levar lá, porque aí o cara já sabe onde eu não ia perder tempo. Dito e certo, parei para almoçar e cheguei lá após três horas, porque eu queria também ir para Serra Branca, já fazia tudo a tarde. Aí, ele disse que estava disponível, passei lá, de carro e fui para esse matadouro. Quando cheguei lá ele me mostrou o matadouro, a gente entrou e assim, estava fechado com uma corrente sem cadeado, então se está sem cadeado, está aberto. Aí a gente entrou, sem nenhum medo, para não ter denúncia depois. Entramos, fiz as imagens lá dentro, fiz uma passagem lá dentro, e aí ele foi me contando a história, de que tinha matadouros clandestinos, e me mostrou os matadouros clandestinos, onde é que estava ocorrendo, aí foi que a gente pegou o drone e foi mostrar. Nosso objetivo não era fazer denúncia sobre os matadouros clandestinos, porque era uma outra matéria. A gente ia dizer que a consequência de não ter um matadouro há tanto tempo era justamente a proliferação dos matadouros clandestinos. Fizemos as imagens, e eu disse, “a gente precisa humanizar isso, o que é um matadouro?” Para mim, uma obra de um matadouro público parado, não serve de nada. E se você pensar na gente da cidade, para que serve um matadouro? Para a gente da cidade que compra carne no supermercado, em balada, não entende isso. Aí eu disse, não, eu preciso ir para a feira. Aí eu perguntei: tem feira aqui? Ele disse que tinha no outro dia de manhã, aí eu dormi nessa cidade. Quando foi 5 horas da manhã, ele me levou na feira, e estavam lá os marchantes, cortando carne, comecei a perguntar, eles estavam tendo que usar um matadouro de outra cidade, e que tinha muita carne clandestina, e que ele muitas vezes tinha que comprar essa carne, e que não tinha procedência, enfim. E aí eu tive a matéria, aí eu consegui, tanto que a matéria do matadouro começa com a humanização, começa justamente com a passagem da feira, com a dificuldade que eles têm. Então foi por causa desse cara, que eu consegui na internet, que eu vi o vídeo, que eu consegui entender a importância, porque quando eu cheguei aqui para os editores e falei, não, a gente também fez o Matadouro Público. De início a equipe não entendeu a importância, aí eu disse, você vai ver a importância do Matadouro

Público, porque eu também não tinha noção disso. Então, no final das contas, o papel do Jornalismo de Dados é importante, ele traz os dados, mas é viver e conversar com as pessoas que ajuda você a entender de fato o que está acontecendo.

A mesma coisa ocorreu com o conjunto de casas. A gente saiu de lá de Itaporanga quase 4 horas da tarde e fomos para Pedra Branca, que dava 20 minutos. Chegamos lá, assim que o carro da TV chegou, começou o burburinho na cidade, a gente fez as imagens, e aí disseram, vocês estão fazendo o quê aqui? Respondi que estávamos fazendo uma matéria sobre essas casas e a população disse que ia falar com o prefeito. Eu disse, pois, chama o prefeito. Foram atrás do prefeito, a gente nem precisou correr atrás disso. Quando chegou lá, chegou o secretário e o prefeito. Eu disse, que estávamos fazendo essa matéria, mas que ninguém estava falando mal da prefeitura, agora a gente tinha que saber por que estava parado. Eles disseram: “essa obra está parada há muito tempo, a prefeitura tentou tomar conta e não conseguiu”. Lá gravei com o próprio secretário porque o prefeito não quis falar. Aí depois chegou a mulher do prefeito para tirar foto comigo, a mãe da mulher do prefeito que gostava de mim e a gente conseguiu fazer a matéria lá.

A maior dificuldade foi humanizar ali, porque tem uma ligação política e a técnica é correr atrás mesmo, bater de porta em porta. E aí a gente queria falar sobre as casas, até que alguém indicou uma mulher que tinha conseguido essa casa e ficamos lá esperando essa mulher chegar do trabalho. A gente gravou com ela. Ela estava muito emocionada porque tinha recebido uma casa no programa anterior e estava muito triste que outras pessoas não tinham se beneficiado com essa casa nessa versão do programa. Foi com ela que terminamos VT. É tanto que só tem esse personagem, porque eu não consegui falar com outras pessoas.

A técnica é, primeiro, conversar com as pessoas. É fundamental entender o contexto da obra. Porque você está de fora. Se você não ouvir as pessoas que estão lá você não entende o dano a comunidade, Quando você pergunta o tempo que a obra está parada, eles não têm noção de tempo real. Elas dizem assim: “ah, tem muitos anos, mais de 10 anos”, e quando vamos procurar não é 10, são 8 anos parado. Mas eles entendem como são prejudicados. “Prejudica porque a gente está tendo que usar o matadouro da cidade do lado”, “É ruim porque meu filho tem que ficar com a minha avó. E a avó, às vezes, sai para fazer alguma coisa, vai para o médico e ele fica na rua”. Enfim, entender esse contexto é fundamental para você ver o tamanho do problema. Aí, quando você fala assim da seleção, você tem uma seleção, você tem critérios prévios. Região, tema, valor, tamanho da obra. Mas esses critérios, muitas vezes, podem mudar com uma conversa. Quando você chega para conversar com uma pessoa e ela traz uma questão que não estava no seu escopo, não estava na sua radiografia. E

aí você vai e muda, inverte. Em patos, por exemplo, quando a gente fez essas obras da Vila Olímpica. O que é que ocorreu com essa obra da Vila Olímpica? Eu liguei para um repórter para conseguir o personagem do atleta. Eu fiz o seguinte, liguei para um cara que foi repórter de esporte TV, ele é de Patos, sabe tudo da cidade. Perguntei se tinha essa obra parada da Vila Olímpica, ele confirmou e me enviou o link e aí que fui pesquisar de fato. A data da obra não batia, mas tinha na internet o dia que a ordem de serviço que foi assinada, as emendas parlamentares foram enviadas para lá. E meio que batia os números, eram arredondados, mas batia. Aí eu disse, bicho, eu preciso de um personagem, eu preciso de alguém que possa me ajudar a explicar o prejuízo que uma Vila Olímpica dessa parada traz para a cidade. Aí ele foi, e encontrou um atleta. Ele me passou o contato do pai de um de um corredor, de um atleta, que tinha que vir para João Pessoa para treinar, porque ele era corredor e não tinha uma Vila Olímpica na cidade.

Ele vinha para João Pessoa ou treinava lá no barro, na terra. Mas esse personagem eu consegui, porque eu liguei para um repórter, ou seja, no final das contas, a gente precisa fazer o trabalho de campo. Primeiro, esse trabalho prévio é fundamental para você ouvir quem tem a proximidade. Esse repórter de esporte já conhecia o personagem, ele tinha feito uma matéria uma vez. Então, assim, se eu não quisesse usar esse personagem, eu podia ir atrás de um outro, de uma criança, ou eu podia fazer o que eu sempre faço. Eu vou, bato na porta do povo, na praça e pergunto: vocês têm uma área de esporte, de lazer aqui? E as pessoas vão falar. Tem aquelas que estão contaminadas com a política local mas, no final das contas, é ouvir. É escutar mesmo. É bater na porta.

Eu fiz esses contatos iniciais porque evita que você vá no escuro. Então, quando eu comecei a fazer a obra da Vila Olímpica de Patos, eu tinha um personagem. Aí fiz o personagem. Na outra obra, que são duas vilas olímpicas, ela não tinha personagem. Então eu cheguei lá e fui fazer as imagens da obra. E aí eu saí batendo de porta em porta e percebi um outro contexto. Ninguém estava reclamando, obviamente, algumas pessoas reclamavam que uma obra daquela ali ia melhorar a qualidade de vida, mas tinha um casal que estava reclamando que a obra demorou tanto que quando chovia, alagava tudo, e eles tiveram que colocar barreiras nas portas, ou seja, é um outro problema causado pela demora. Aí eu botei uma fala de uma pessoa que reclamava da falta de espaço de lazer e botei uma fala rápida dessa senhora.

7. Você falou que usou o dashboard do TCU, mas que alguns dados foram conseguidos de outras fontes, você precisou de alguma ferramenta para visualizar esses dados?

Não, eu não usei. Eu usei, no final das contas, os sites mesmo. Agora, um dia, o Ministério Público me mandou relatórios, que não estavam no site, em PDF. O assessor pedia ao procurador da região se eles tinham algum inquérito aberto por causa de obras paradas e eles mandavam a lista. Algumas já estavam na lista do TCU, as mais antigas, por exemplo, Catingueira, Araçagi, eu já tinha ido. Os nomes de algumas cidades se repetiam. O Ministério Público já havia aberto algum inquérito. O que eu fiz a mais com relação ao Ministério Público é saber a que passo está esse inquérito, se alguém já foi denunciado, se já houve algum tipo de condenação, como é que estava a investigação. Com o Ministério Público eu fui para a parte de investigação. E com o Tribunal de Contas fiz a identificação das obras que estavam paradas. E o Tribunal de Contas do Estado, eu queria saber também se tinha obras do Estado paradas que eles estavam fiscalizando. Só que o Tribunal de Contas do Estado não tinha essa clareza mesmo em quais as obras paradas. Tinham as obras que estão sendo feitas. Inclusive a gente sugeriu que o modelo do Tribunal de Contas da União fosse adotado pelo Tribunal de Contas do Estado. Porque assim você não consegue identificar. Por exemplo, eu recebi a denúncia em Cajazeiras e Sousa, mandei a mensagem para Beto, que é a repórter cinematográfica de Sousa. Eu disse, Beto, eu preciso que você veja nos grupos e nos sites daí quais são as obras paradas que as pessoas estão reclamando muito. Ele falou que tinha muita reclamação de uma obra parada de uma rodovia em Cajazeiras, uma obra do governo do Estado e de fato a obra estava parada, mas ela não estava inacabada e nem estava parada há muito tempo. Ela parou porque a empresa que ganhou a licitação, quebrou e o governo estava fazendo outra licitação. Então, eu não incluí essa, por mais que para a população o efeito dessa paralisação de seis a oito meses, não lembro ao certo, é muito grande, eu não poderia incluir numa série de obras inacabadas porque a obra não está inacabada. Ela está em processo de construção. Lento, mas está em processo. Aí eu tive que tirar. Do Estado, a única que eu peguei foi, se não me engano, a do Rodoshopping, mas foi na segunda temporada.

Sessão 02: Descobertas e Resultados

8. Houve algum retorno ou ação por parte das autoridades competentes após a divulgação das obras abandonadas?

Houve. Eu tive um problema, por exemplo, com o prefeito de Guarabira. A gente fez uma creche lá em Guarabira, gravamos, a gente sabia que era uma obra federal, mas que era tocada pelo município, a gente sabia que a obra estava parada porque o governo federal não

estava mandando recursos, mas a gente precisava fazer, porque a obra estava parada. E a obrigação, no final das contas, é da prefeitura, de explicar por que está parada, porque é ela quem administra o recurso. A gente tem um procedimento que é o seguinte: a primeira série a gente gravava tudo in loco e depois ia atrás da prefeitura e podia gravar depois também ou mandava vídeo, ou pegava uma nota. A gente queria a explicação da gestão. No caso da prefeitura de Guarabira, a gente gravou, não foi atrás da prefeitura no mesmo dia, porque a gente ia atrás de outras obras. Tipo assim, a gente tinha quatro dias para fazer dez obras. Quando a gente chegou, a gente ligou para a prefeitura, conseguiu contatar a secretaria de planejamento se não me engano, e a gente queria uma nota sobre o tema. Demoramos muito para conseguir, e ela demorou muito pra responder, ela mandou a resposta, dizendo que a obra era de responsabilidade do Governo Federal, mas só disse isso, que ia ver se a prefeitura ia se pronunciar de maneira mais afetiva.

Essa gravação foi feita em abril, aí passou abril, maio, junho e julho, quando foi mais ou menos uns 30 dias antes da série ir pro ar, aqui em julho, eu fiquei ligando para a Prefeitura e para o Secretário de Comunicação e ninguém me atendia, então não dei a nota, né. Eu estou dando esse contexto porque quando entrou a chamada no ar, que no outro dia ia entrar a matéria, o prefeito me ligou, muito nervoso. Ele me ligou de maneira muito grosseira e disse que a gente tinha sido antiético. Eu disse que não, que a gente foi atrás da Prefeitura, falou com a secretária e que não deram uma resposta, aí pedi pra ele enviar um vídeo pra gente colocar no ar junto da matéria que ia pro ar no Bom dia Paraíba, na manhã seguinte, porque no jornal da noite a gente não coloca o vídeo fora da matéria, teria que ser uma nota. Ele mandou o vídeo, colocamos, mas no outro dia de manhã, meu nome estava em um monte de haters, funcionários da Prefeitura de Guarabira, falando mal de mim, do meu trabalho, da TV, por conta disso.

A gente sempre vai atrás, porque como eu disse a você, a gente precisa entender o contexto. Às vezes não é culpa da Prefeitura, às vezes é culpa do ambiente político, econômico. Só que, independentemente de quem é o culpado, e a gente não está aqui para apontar o dedo, a gente primeiro precisa saber qual é o contexto da obra parada e qual é a solução que a gestão vai dar, porque no final das contas ela também é responsável por aquele dinheiro. Então você tem, de fato, algumas resistências na explicação. Mas faz parte também, sabe?

Em Santa Rita, por exemplo, a gente não conseguiu absolutamente nenhuma resposta das obras, da segunda temporada, mas na primeira temporada das creches a gente conseguiu explicações. Quando não era em vídeo era uma nota. Mas a gente também procura na hora

porque no final das contas o nosso foco, num momento in loco, é fazer um grande roteiro de constatação com personagens. Muitas vezes, como a cidade é pequena, a própria Prefeitura, o secretário, aparece. Aí a gente já grava logo, entendeu? E depois a gente liga, porque há um intervalo entre a gravação e a exibição. Aí a gente liga pra saber se a obra começou, se tem prazo pra dar a nota dizendo que depois que a gente foi lá, a obra recomeçou e passar o novo prazo de conclusão.

9. Qual foi a repercussão imediata após a exibição da série “Obras inacabadas”?

É muito grande, porque a população fica muito indignada. Eu fiz essa série em 2023, a gente está indo para 2025 e um dia desses eu estava no supermercado, um cara me parou e falou que gostava muito daquele trabalho sobre obras inacabadas. Mas, assim, são várias pessoas o tempo inteiro me parando pra falar de obras inacabadas. Só que foi lá, em 2023, e eu já tinha feito uma em 2015, é porque as pessoas ficam muito revoltadas com o dinheiro sendo jogado fora. A imagem é muito forte.

A ideia da humanização da obra é extremamente importante, porque as pessoas precisam entender que aquilo ali tem um valor monetário, financeiro, mas tem um impacto social muito grande. A creche não funciona, o posto de saúde não funciona, quer dizer, há todo um impacto social, e muitas vezes econômico, de uma obra daquela, parada. Quando as pessoas se deparam com isso, por exemplo, aquela UPA ali no Conde que está parada, doi, mas quando você pega uma mãe que simplesmente não conseguiu fazer um exame, ou tem que ir pra João Pessoa porque não tem um hospital pronto, como foi em Pedras de Fogo, na segunda temporada, é difícil. Enfim, quando você humaniza a história, dá um peso, e as pessoas se impactam muito mais, porque cria o processo de identificação. Então a repercussão é gigante.

É tanto que não existia a segunda temporada, a segunda temporada só foi feita por conta da repercussão da primeira. Era para gravar em abril e entrar em julho. Eu não lembro quantas obras tinha na época, mas eram muitas. As que a gente escolheu, as dez, se eu não me engano, tinham três por matéria, era para ser uma temporada, mas a repercussão foi tão grande, que fizemos uma nova. A série recebeu menção da Assembleia Legislativa, na Câmara. Enfim, a repercussão foi tão grande que, na época, a gerente de conteúdo da TV Cabo Branco, pediram que a gente fizesse uma nova.

E eu disse, que dava pra fazer, que tinham outras obras, porque estava com os dados, mas precisamos readequar o meu calendário de trabalho, e fiz o mesmo processo produtivo, de ligar para as pessoas, saber o que estava parado, o que não estava, mas com uma

obrigação: ser tão impactante quanto a primeira, porque senão as pessoas também não se tocam. E, incrivelmente, a segunda temporada foi tão forte quanto.

A gente pegou um hospital que está há mais de 20 anos parado aqui em Pedras de Fogo, que foi a primeira que eu abri, com equipamentos dentro. Nas duas temporadas eu só usei pós-produção, porque, assim, como os produtores da TV estavam muito carregados com o dia-a-dia e eu tenho uma certa autonomia no processo produtivo, eu já fazia o processo de produção, mas o de pós-produção, de pegar nota, eu tive que recorrer a uma pessoa para me ajudar com isso.

10. Eu sei que hoje a TV tem um setor de dados, para essa segunda temporada eles te ajudaram?

Eu não lembro exatamente se eu pedi, sabe? Hoje é fundamental. Hoje eu não faço mais nada sem pedir porque eles podem contribuir muito, aliás, contribuir de maneira definitiva, mas como eu também gosto muito desse tipo de trabalho, então eu vou atrás, até porque eu cruzei os dados, mas nessa época, se eu não me engano, não. Porque eu comecei a produzir esse material da temporada 1 em dezembro para ser exibido em maio e só foi exibido em julho. Então, assim, foi mais ou menos sete ou oito meses de produção.

Eu falo isso porque em dezembro foi quando eu entrevistei, por videoconferência, um gerente do Tribunal de Contas da União, para ele explicar qual era o método de produção daquele painel, e obviamente, peguei uma informação sobre o impacto das obras inacabadas, como o Tribunal de Contas vê isso para o país. Hoje eu consigo ter uma certa autonomia nesse processo produtivo porque essas fontes que são de fora ou essas fontes que muitas vezes você pode fazer por videoconferência, ajudam você a entender tudo. Antes a gente fazia o seguinte: marcava a entrevista, gravava, depois ia fazer a constatação, hoje eu consigo pegar um especialista em obras no Tribunal de Contas da União, eu ligo para ele, tento o contato com ele e gravo trinta, quarenta minutos com ele para entender qual é a percepção do tribunal em relação a essas obras paradas. Isso me ajuda a inclusive roteirizar a série, eu faço isso no computador e gravo e esse material por videoconferência também é usado.

Se você observar, tem na primeira temporada, mesmo sendo gravado em dezembro ainda deu para a utilizar. Quando você faz um roteiro de perguntas você faz um roteiro de perguntas sobre o problema de maneira geral, não específico, não vou perguntar a ele quantas obras estão paradas na Paraíba, mas qual é o impacto dessas obras paradas. O impacto dela vale em dezembro como vale quando foi exibida em julho.

11. Você acha que a utilização de dados públicos contribui para promover a transparência e a responsabilização?

É fundamental. No final das contas a gente precisa primeiro saber usar melhor. Segundo, usar. Cobrar mais que esses dados estejam disponíveis e principalmente que eles estejam disponíveis de maneira fácil. Ainda é muito difícil, eu não sei se é de propósito ou se não é de propósito, mas é muito difícil você ter acesso a esses dados de maneira clara. Os filtros são difíceis, às vezes nem tem, não são responsivos. Então os órgãos públicos, eles ainda estão muito atrasados nesse sentido, eles cumprem uma função que é jogar tudo em PDF ou em planilha de Excel na internet, mas não dar a esse dado facilidade para ser encontrado. Eu não estou pedindo para traduzir, porque quem tem que traduzir é a gente, quem tem que entender, colocar esses dados de obras inacabadas, por exemplo, dentro de um contexto humano é a gente. Porém, a gente precisa ter facilidade em encontrá-los.

Se a gente, que é jornalista, tem dificuldade, você imagina a população comum. Então, por mais que você chegue na televisão e diga para as pessoas que elas precisam ser mais ativas e ver quais são as obras que estão paradas na sua cidade, e que essa informação está no site do TCE, está no site da prefeitura, é muito, muito difícil. Os sites não são atualizados de maneira rápida. Então, eu tive muito medo de pegar um dado que estava na internet e quando eu fosse para a realidade não ser real. Então, esse cruzamento, essa constatação era fundamental. Aí você diz, ah, por que esse medo? Porque se a gente, com a legitimidade que tem, comete um equívoco nesse processo, simplesmente a gente gera desinformação, mais desinformação do que já tem. E quando é uma fonte legítima, como a nossa, produzindo desinformação, você polui demais o ambiente, as pessoas começam a desconfiar.

Sessão 03: Reflexão e Melhorias

12. Como você vê o futuro do jornalismo investigativo baseado em dados?

Eu vejo que é de muita luta. Primeiro porque existe um movimento em contrafluxo para evitar a transparência. O Congresso Nacional, por mais que diga que abre e que é preciso ter mais transparência, a gente vê as emendas impositivas que são enviadas para as cidades e há uma dificuldade enorme de identificar quem recebe, quem paga, por que paga, os critérios.

Então, assim, é de muita luta. Agora é fundamental que a gente tenha esse letramento. No final das contas, os jornalistas precisam, todos, a gente criou o núcleo, obviamente esse núcleo fica focado nisso, mas todos os jornalistas da redação precisam ter essa habilidade. Precisam ter a habilidade de pegar dados do IBGE e traduzir esses dados. É claro que hoje você tem, por exemplo, ferramentas, você tem inteligência artificial, que pode ajudar no cruzamento dos dados, mas você precisa comparar, não dá para confiar na IA somente, precisa conferir. Essas ferramentas, são importantes demais no papel do jornalismo, agora, os jornalistas precisam estar preparados, continuar se preparando para isso. Todos, não dá para ter um núcleo só, todo mundo precisa ter essa capacidade de enxergar informação relevante nos números, nos dados que estão disponíveis.

A sociedade precisa e deve continuar cobrando da gestão pública e dos gestores públicos, dos órgãos de controle mais informações, mas não informações soltas, precisa, de fato, entregar informações que sejam de fácil acesso e de fácil tradução, porque o dado solto na internet, não tem sentido. Se não tem tiver a pessoa para fazer isso, que tenha esse conhecimento, essa expertise e fazendo uma tradução, uma interpretação honesta, porque a gente sabe que os dados estão aí livres, mas eu posso interpretar da maneira que eu quero, a partir do viés que eu quero dar, a partir da perspectiva que eu quero dar, e essa é uma preocupação que a gente tem que ter.

E aí não é um questionamento sobre interpretações que são feitas de maneira diferente, porque eu posso olhar um dado com uma perspectiva ou com outra, ok, isso é perspectiva, o que não dá é criar um conteúdo que traz desinformação baseado nos dados, que são verdadeiros, e esse é o grande problema, essa é a grande preocupação que a gente tem. Por isso que eu acho que a gente que é jornalista, que trabalha com informação, precisa de fato desse letramento pra ter capacidade de ir atrás, não só para produzir novos conteúdos, mas pra fazer contraposições, pra fazer cruzamentos, para fazer questionamentos, porque as pessoas, e aí na política, principalmente, usam os dados na perspectiva que desejam, e a gente precisa ter capacidade de entendê-los na perspectiva do interesse público.

13. Existe algum plano para continuar monitorando as obras públicas mencionadas nas reportagens?

Tem, a gente deu, inclusive, agora em dezembro, um relatório com os dados de abril, eu quero ver se eu consigo fazer uma nova série no segundo semestre. A grande questão é que demanda tempo, demanda um trabalho que é fundamental pro jornalismo, mas que muitas vezes esbarra na rotina mesmo, na estrutura, no tempo, quer dizer, muitas vezes é o

compromisso profissional que tem que se unir com o desejo da emissora, para que a gente continue fazendo esse trabalho, agora ele é fundamental porque a gente está falando de dinheiro público, e aí há uma intenção, um interesse de fazer isso, porque infelizmente por tudo que eu já lhe falei aqui, pelo histórico de trabalho, infelizmente o Brasil tem uma cultura de incompetência na construção de obra, e não criou ainda, não soube criar ainda mecanismos para punir, por exemplo, empresas que abandonam, projetos que são equivocados, enfim, você não tem mecanismos que façam o dinheiro público ser protegido, então a gente precisa ficar atento a isso, no final das contas, esse tipo de trabalho deixa também um pouco de um legado no sentido de dizer, olha, a gente precisa continuar fazendo.

14. Quais recomendações você daria para os jornalistas que estão interessados em realizar reportagens com esses dados públicos?

Primeiro estudar, fazer um curso mesmo de jornalismo de dados, entender onde eles estão, eu fiz um curso de jornalismo de dados, inclusive só um, devia ter feito mais, mas por conta da minha demanda de trabalho acabei fazendo apenas um, mas ele foi fundamental pra eu poder fazer a série. Entender onde estão esses dados, por que eles existem, por que é importante você colocar uma lupa, porque você tem que questionar. A frieza deles é fundamental.

Primeiro a universidade precisa fazer isso, dar essa noção com uma disciplina ou duas, depois a universidade tem que ter, obviamente, o interesse do estudante ou do jornalista. É incrível porque ter a capacidade de enxergar os dados públicos de maneira curiosa, e aí eu vou usar um termo de Paulo Freire, uma curiosidade epistemológica, não a curiosidade de saber quantas obras estão paradas, mas a de saber quantas obras estão paradas e por que estão paradas, entender o contexto, é a curiosidade que vai além da simplicidade, a curiosidade de entender a origem do problema.

É um diferencial absurdo, jornalistas que sabem utilizar dados públicos, que conseguem entrar no sistema, saber valores de emenda, saber quais são os projetos que estão sendo discutidos na Câmara, na Assembleia, que conseguem entrar nos sites do Tribunal de Contas, eles são o diferencial no mundo de produção de release, porque você tem muitos jornalistas que estão utilizando a técnica jornalística para produzir release para um determinado pessoal, determinado grupo, ok, não há demérito nisso, mas por outro lado, é preciso que o jornalismo também se utilize todas essas técnicas para trazer uma nova perspectiva, para trazer um novo recorte, a partir do interesse público.

Quem tem esse conhecimento, quem consegue encontrar, quem consegue utilizar esses dados, será um jornalista melhor, porque vai entregar conteúdos melhores, pautas melhores, porque vai poder trazer a novidade dentro da repetição de conteúdos que estão proliferados aí nos sites, quer dizer, você abre os sites da Paraíba hoje são matérias que são reproduzidas, replicadas, você tem um ou outro site que tem matéria produzida, exclusiva mesmo, sabe? E no final das contas, não estou falando de jornalismo declaratório, exclusivo com declaratório, não, eu vou ouvir tal político, estou falando do jornalismo que você vai buscar os números, fazer o cruzamento, ouvir as pessoas, é muito mais difícil, é muito mais complexo, porque estruturalmente também é difícil, às vezes a redação é pequena, não dá tempo, você tem que produzir o material factual, mas no final das contas, é a sobrevivência da atividade jornalística.

Os dados falam muito, o Brasil a gente pode dizer que avança e para, que a lei de acesso à informação veio para isso, é gigantesco, só que se não se cumpre a lei de acesso à informação e têm nenhuma punição, se eu pedir esses dados e o órgão não quiser fornecer ele pode dizer que são dados sigilosos, por causa da lei de proteção de dados, que é a LGPD e, não há punição nenhuma. Você tem uma lei que obriga, mas ninguém é obrigado, eu posso criar subterfúgios para não entregar os dados que são importantes, então é uma luta constante, mas é isso, a atividade jornalística é essa resistência, é assim, a gente vai sempre esbarrar na falta de estrutura, falta de agentes, salários baixos, mas a gente vai ter que encontrar pessoas, mecanismos e formas de utilizar esses dados para transformar a sociedade.

Se eu não tivesse esses dados do TCU, se o Ministério Público não estivesse disponível para passar os relatórios, teria ciclos de constatação, ninguém teria certeza, você não tem a história, porque cada obra tem a história, o tempo, começou quanto, porque parou, quanto foi o valor, quanto já foi gasto, quanto vai ser gasto ainda, é isso.

APÊNDICE 02 - Entrevista com Dani Fechine

A entrevista com Dani Fechine, responsável pelo Núcleo de Dados da Rede Paraíba de Comunicação, foi realizada via WhatsApp no dia 28 de dezembro de 2024. As perguntas foram enviadas por escrito, e as respostas da jornalista foram recebidas através da mesma plataforma, conforme descrito a seguir:

1. Quando foi criado o setor de dados da TV Cabo Branco?

O Núcleo de Dados da Rede Paraíba de Comunicação foi criado em março de 2022.

2. Quantas pessoas fazem parte do núcleo?

Atualmente, o Núcleo conta com 10 jornalistas.

3. Vocês participaram da coleta de dados públicos utilizados na série de reportagens "Obras inacabadas", temporada 1?

Não diretamente. Na época, uma de nossas produtoras contribuiu de forma pontual.

4. Quais são as principais atribuições do Núcleo de Dados atualmente?

Hoje, nosso objetivo é produzir, reportar e editar grandes reportagens, com embasamento e contextualização de dados, para todos os veículos de comunicação da empresa (TV, rádio e portais). Para além desse planejamento geral, investigamos alguns assuntos pontuais e factuais, buscando dados estatísticos que sirvam para embasar temas mais quentes.

5. De que forma o trabalho realizado pelo núcleo de dados contribuiu com a série obras inacabadas?

A gente não contribuiu de forma direta, enquanto Núcleo de Dados. Na época, uma das produtoras da TV, que também fazia parte do Núcleo, contribuiu com a produção da série. Mas o Núcleo, diretamente, não se envolveu. Na época, o Núcleo funcionava de outra forma, com outras demandas. A série não é assinada pelo Núcleo de Dados, inclusive. É de Laerte Cerqueira.

6. Qual a principal reportagem que vocês realizaram com base em dados?

Não existe uma única reportagem principal, tendo em vista que, desde 2024, nosso planejamento prevê a exibição de pelo menos uma grande reportagem por mês. Entretanto, uma reportagem de destaque foi realizada em 2024, sobre os impactos climáticos no contexto local da Paraíba.

Links das reportagens mencionadas:

- Reportagens exibidas na TV (em dois VTs):
 1. [Impactos climáticos na Paraíba - Parte 1](#)
 2. [Impactos climáticos na Paraíba - Parte 2](#)
- Reportagem no portal G1:
[Impactos climáticos: Paraíba tem aumento de 106% na área desmatada e elevação gradativa da temperatura](#)

- Reportagem transmitida pela rádio CBN:
[Impactos climáticos na PB: aumento de 106% na área desmatada e elevação gradativa da temperatura](#)
- Material divulgado nas redes sociais:
[Postagem no Instagram](#)

6. Quais ferramentas vocês utilizam para extrair, limpar e analisar dados públicos?

Utilizamos a Lei de Acesso à Informação, Planilhas Excel, Datawrapper, Flourish, Sidra (IBGE), DataSUS, entre outras plataformas públicas

APÊNDICE 03 - Entrevista com Beto Silva

A entrevista com Beto Silva, repórter cinematográfico da Rede Paraíba de Comunicação há 17 anos e correspondente do Sertão, foi conduzida por meio da plataforma WhatsApp em 11 de dezembro de 2024. Beto Silva desempenhou um papel fundamental na produção da primeira temporada da série "Obras inacabadas", sendo responsável pelas imagens utilizadas nas reportagens. Sua participação é especialmente relevante para este trabalho, considerando sua contribuição direta na captura e representação visual dos temas abordados na série. Assim como as perguntas realizadas a Laerte Cerqueira, às questões direcionadas a Beto Silva também foram organizadas em três sessões: Planejamento e Pesquisa; Descobertas e Resultados; e Reflexões e Melhorias. No entanto, o jornalista não precisou responder a todas as perguntas, pois algumas não eram aplicáveis ao trabalho que desempenhou na produção da série. As perguntas foram enviadas por escrito, e as respostas fornecidas pelo jornalista foram recebidas por meio da mesma plataforma, conforme detalhado a seguir:

Sessão 01: Planejamento e Pesquisa

1. Como foi o processo inicial de planejamento para a série de reportagens "Obras inacabadas"?

O projeto inicial foi feito por Laerte e os produtores de João Pessoa. A ideia da série foi criada por Laerte com a ajuda da produção na redação da Cabo Branco e da TV Paraíba em Campina Grande. A minha participação na produção foi com algumas sugestões de obras aqui pelo sertão já que na minha área a cobertura chega perto de cem municípios.

2. Qual foi o procedimento para ter acesso aos dados utilizados dos órgãos públicos?

Basicamente os dados foram levantados pelos produtores. No meu caso eu repassei apenas contato de autoridades/responsáveis pelas obras aqui no sertão.

3. Como vocês definiram os critérios para selecionar as obras públicas que seriam investigadas?

Muitas obras já tinham sido denunciadas pelo Ministério Público. As obras selecionadas foram as que estavam há mais tempo paralisadas, sua abrangência e relevância além do valor da obra.

4. Que técnicas de reportagem investigativa foram mais eficazes durante o processo?

Pesquisas, checagem in loco e informação empírica com checagem posteriormente.

Sessão 02: Descobertas e Resultados

5. Qual foi a reação ao descobrir que cada obra havia consumido essa verba pública e não havia sido concluída?

A primeira reação foi a de empatia com a sociedade, pois saber que muita gente poderia estar usufruindo dos serviços daquela instituição e com as obras paralisadas o prejuízo tanto para a população quanto para os cofres públicos eram enormes.

6. Qual foi a repercussão imediata após a exibição da série de reportagens?

A repercussão foi grande. Movimentou os órgãos fiscalizadores. Os envolvidos se pronunciaram, e a população se sentiu representada e esperançosa na solução do problema.

7. Na sua visão, como a reportagem ajudou a dar visibilidade às regiões afastadas da capital?

Justamente dando visibilidade àquelas cidades onde muitas vezes não consegue ter voz. Serviu para mostrar falhas no planejamento de políticas públicas.

8. Quais foram os principais feedbacks recebidos dos cidadãos locais após a reportagem?

O retorno foi positivo. Muita gente agradecendo e se sentindo representados. A esperança de que a obra fosse retomada e concluída aumentou após a exibição da série.

Sessão 03: Reflexão e Melhorias

9. Quais foram os maiores desafios enfrentados durante a produção da série de reportagens?

Acesso a informação, logística, encontrar personagens e cumprir os prazos.

10. Quais lições foram aprendidas que poderiam ser aplicadas em futuras investigações jornalísticas?

Que o planejamento bem feito foi fundamental. Aprofundar na apuração e amarrar as informações facilitam na hora de gravar na externa. Conhecer ferramentas que facilitam esse planejamento é essencial.

11. Como você vê o futuro do Jornalismo Investigativo baseado em dados públicos?

Promissor. Tem se tornado mais firme e robusto. O uso de dados públicos serve como alicerce na construção de uma reportagem ou até mesmo de uma série.

12. Que recomendações você daria para outros jornalistas interessados em realizar reportagens com dados públicos?

Aprender e se familiarizar com as ferramentas de dados de pesquisas. Criar parcerias com especialistas. Verificar sempre a qualidade e a confiabilidade dos dados.